

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Daniel Cerqueira Pinto**

**GENERAL OLYMPIO MOURÃO FILHO: CARREIRA POLÍTICO-MILITAR E  
PARTICIPAÇÃO NOS ACONTECIMENTOS DE 1964**

**JUIZ DE FORA / MG**

**2015**

Daniel Cerqueira Pinto

**GENERAL OLYMPIO MOURÃO FILHO: CARREIRA POLÍTICO-MILITAR E  
PARTICIPAÇÃO NOS ACONTECIMENTOS DE 1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valéria Marques Lobo

JUIZ DE FORA / MG

2015

**FICHA CATALOGRÁFRICA**

## Folha de Aprovação

## RESUMO

Golpe Civil-Militar de 1964 foi um acontecimento muito importante na história recente no Brasil. No contexto do início dos anos de 1960, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros e posse de João Goulart, notou-se intensas conspirações de militares, políticos e dos setores produtivos contra o Presidente Goulart, incluindo propaganda política variada com capitais gerenciados pelo IPES e pelo IBAD visando à desestabilização final do governo. A participação do General Olympio Mourão Filho foi muito marcante para o sucesso destes acontecimentos. Ele teria agido como grande articulador, ou seja, um dos condutores das ideias que preparou o movimento por onde ele passou. Em 31 de março de 1964, o general Mourão Filho, que comandava a 4ª RM/4ª DI, em Juiz de Fora – MG, teria deslocado as tropas revoltosas em direção ao Rio de Janeiro a fim de depor o Presidente João Goulart e os generais legalistas e implantar novo governo a partir de 1º de abril. Mourão Filho iniciou seus trabalhos conspiratórios ainda em 1962, quando comandou a 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria – RS, passando em seguida para São Paulo. No momento final, teria desprezado a articulação de outros setores, revoltando as tropas mineiras. A partir desta hipótese, procura-se destacar as relações entre segmentos da elite direitista nacional e dos militares com o próprio Presidente João Goulart, a fim de compreender a participação de Mourão Filho na articulação e nos rumos dos acontecimentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** General Olympio Mourão Filho – Presidente João Goulart – Golpe Civil-Militar – Revolução – Política.

## ABSTRACT

The Civil-Military Coup of 1964 is a very important happening in Brazil's recent history. In the context of the beginning of the 1960's, after the renunciation of President Jânio Quadros and after João Goulart took office, it has been noted intense conspirations from the military, politician and productive sectors against president Goulart, including varied politic propaganda sustained by IPES and IBAD, with eyes to finalize the destabilization of the government. The participation of General Olympio Mourão Filho was very important for the success of these events. He would have acted as the great articulator, i.e. one of the conductor of the ideas that prepared the movement through where he passed. In March 31, 1964 General Mourão Filho, who commanded the 4<sup>th</sup> Military Region/ 4<sup>th</sup> Infantry Division, in Juiz de Fora – MG, would have moved the revolting troops in direction to Rio de Janeiro with the meaning

to depose President João Goulart and the legalist generals and establish a new government in April 1<sup>st</sup>. Mourão Filho started his conspiratory works still in 1962, when he commanded the 3<sup>rd</sup> Infantry Division, in Santa Maria – RS, then moving to São Paulo. In the final moment, he would have despised the articulation of other sectors, revolting the Minas Gerais troops. From this hypothesis on, this work intends to highlight relations between segments of the rightist national elite and of the military and their relation with President João Goulart, in order to understand the participation of Mourão Filho in the articulation and the flow of the events.

**KEY-WORDS:** General Olympio Mourão Filho – President João Goulart – Civil-military coup d'etat – Revolution – Politics.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a DEUS, muito obrigado Senhor.

Agradeço aos discentes, bem como aos docentes do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF.

Obrigada por tudo Daiana, minha esposa e incentivadora.

Agradeço sempre a minha mãe, dona Rosa.

Aos meus colegas de mestrado Adalberto e Liliane com quem pude dialogar e trocar conhecimentos e experiências.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACPA – Associação Comercial de Porto Alegre  
 AD – Artilharia Divisionária  
 ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra  
 AIB – Ação Integralista Brasileira  
 AMAM - Academia Militar das Agulhas Negras  
 BC – Batalhão de Caçadores  
 BCCL – Batalhão de Carros de Combate Leves  
 BE COMB – Batalhão de Engenharia de Combate  
 CIA PE – Companhia de Polícia do Exército  
 CONCLAP – Conferência Nacional das Classes Produtoras  
 CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
 CTR – Comissão Técnica de Rádio  
 CUTAL – Central Única dos Trabalhadores da América Latina  
 DAS – Diretoria de Assistência Social  
 DC – Divisão de Cavalaria  
 DGP – Departamento Geral do Pessoal  
 DI – Divisão de Infantaria  
 ECEME – Escola de Comando e Estado Maior do Exército  
 EEM – Escola de Estado-Maior  
 EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil  
 EME – Estado Maior do Exército  
 ESAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais  
 ESG – Escola Superior de Guerra  
 FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul  
 FEDERASUL – Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul  
 FGV – Fundação Getúlio Vargas  
 FMP – Frente de Mobilização Popular  
 GO – Grupo de Obuses  
 GU – Grande Unidade  
 GUES – Grupamento de Unidades Escola  
 IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
 ID – Infantaria Divisionária  
 IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
 IPESUL – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul  
 MDE – Movimento Democrático Estudantil  
 MSD – Movimento Sindical Democrático  
 PCB – Partido Comunista Brasileiro  
 PDC – Partido Democrata Cristão  
 PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais  
 PRP – Partido Republicano Progressista  
 PSD – Partido Social Democrático  
 PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
 QG – Quartel General  
 RC – Regimento de Cavalaria  
 RM – Região Militar  
 RO 105 – Regimento de Obuses 105 milímetros  
 STM – Supremo Tribunal Militar  
 UDN – União Democrática Nacional  
 UIT/ONU – União Internacional de Telecomunicações das Organizações das Nações Unidas

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO I – O golpe pela literatura e pelos militares	
1.1 – Literatura .....	15
1.2 – Os militares .....	25
CAPÍTULO II – O General Olympio Mourão Filho	
2.1 – O início .....	40
2.2 – Plano Cohen .....	44
2.3 – O general nos anos 1950 .....	56
2.4 – O início dos anos de 1960 .....	66
CAPÍTULO III – As articulações de Mourão Filho no período pré-1964	
3.1 – Mourão Filho no Rio Grande do Sul .....	72
3.2 – Mourão Filho em São Paulo .....	93
3.3 – Mourão Filho em Minas Gerais .....	106
3.4 – Decisão final .....	114
3.5 – Entendendo melhor a marcha mineira .....	126
3.6 – Mourão Filho após o golpe .....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	135
BIBLIOGRAFIA .....	139

## INTRODUÇÃO

*“Mourão deu a partida no movimento.”*  
(José Tancredo Ramos)<sup>1</sup>

*“Mourão foi corajoso e bravo.”*  
(Francisco Valdir Gomes)<sup>2</sup>

*“Mourão começou o movimento em Minas Gerais.”*  
(Amerino Raposo Filho)<sup>3</sup>

*“O movimento impetuoso de Minas Gerais, com Mourão, fez com que Castelo Branco cedesse à pressão do grupo.”*  
(Petrônio Araújo Gonçalves Ferreira)<sup>4</sup>

*“Mas o general Mourão Filho foi o líder comandante, revoltando a tropa da 4ª Região Militar e marchando sobre o Rio, correndo todos os riscos pessoais e de sua carreira. É o líder maior do movimento armado.”*  
(Jonas Moraes apud Motta)<sup>5</sup>

*“Largou lá de Juiz de Fora, à frente da tropa, e desencadeou o processo do movimento militar de 1964.”*  
(Octávio Pereira da Costa)<sup>6</sup>

Os fatos que marcaram o golpe de 1964 já são bastante conhecidos. Pouco a pouco se vai escrevendo e reescrevendo a história do movimento de 1964. Nos dias finais do mês de março daquele ano intensificaram-se as conspirações de militares, políticos e dos setores produtivos contra o Presidente João Goulart, incluindo propaganda política variada, produzida sobretudo pelo complexo IPES/IBAD, visando à desestabilização final do governo. Tais ações eram justificadas pela incompetência do presidente em atender a demanda social crescente e por sua aproximação com a esquerda. O golpe dependia de respaldo militar, conforme entende

---

1 Motta, 2003, v.2, p.332.

2 Ibidem, v.6, p.136.

3 Ibidem, v.2, p.279.

4 Ibidem, v.6, p.178.

5 Ibidem, v.9 p.29.

6 Ibidem, v.2, p.64.

Carlos Fico<sup>7</sup>, de modo que os generais esperavam uma atitude por parte de Goulart que fosse considerada ilegal, a fim de que houvesse a atuação para tomar-lhe o poder.<sup>8</sup>

Ao analisarmos este período veremos que a atmosfera política era de grande movimentação no governo, que aos poucos ia mostrando sua fragilidade. Jango, como era conhecido, chegara à Presidência num episódio que pode ser compreendido como acaso, tendo em vista a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1961. Neste momento, tentaram impedir sua assunção, o que acabou num governo parlamentarista. O seu governo não agradou os setores conservadores, o que de certa forma se repetiu em determinados setores da esquerda. O Plano Trienal, lançado em 1963, é o exemplo mais cabal. Grupos situados à direita do espectro político o criticaram com veemência e nem mesmo a esquerda se deu por satisfeita. Em março de 1964, o presidente tentou buscar apoio para suas reformas fora do Congresso Nacional, indo diretamente à população num grande comício realizado no Rio de Janeiro, que ficou conhecido como Comício da Central do Brasil.

Entendemos que todos estes acontecimentos ajudavam a complicar ainda mais a situação do presidente, momento em que grupos religiosos também marchavam contra a possível ameaça comunista. A esta altura o golpe era ainda mais iminente e arquitetado. Marcado para abril daquele ano, o golpe foi precocemente iniciado, dada a iniciativa do General Olympio Mourão Filho, que acabou, por isso, se tornando uma das principais lideranças do golpe. Em 31 de março de 1964, o general Mourão Filho, que comandava a 4ª RM/4ª DI, em Juiz de Fora–MG, deslocou as tropas revoltosas em direção ao Rio de Janeiro a fim de depor o Presidente João Goulart e os generais legalistas e implantar novo governo a partir de 1º de abril. No entanto, tanto nos meios acadêmicos como entre os militares, há muita controvérsia em torno das razões do golpe, da figura de Mourão, de sua atitude e liderança.

A hipótese principal deste trabalho é que o golpe resultou de um processo que se iniciou logo após a posse de Goulart, onde se notou grande articulação dos que lhe eram contrário, principalmente empresários e militares. Aos poucos estas conspirações foram crescendo e Mourão Filho foi uma figura atuante desde o início. Foram influenciados pela política de segurança nacional que despertou entre os militares um temor anticomunista. Sendo assim, a partida com as tropas de Juiz de Fora não pode ser compreendida como uma atitude intempestiva de Mourão, mas o ponto culminante de um processo que há muito vinha

7

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 16.

8

Ibidem, p. 17.

sendo gestado. Desta forma, mais que um acidente de percurso, Mourão Filho, teria sido um grande articulador, ou seja, um dos condutores das ideias e esteve na preparação do movimento por onde ele passou.

Contudo, como disse, tanto na literatura quanto entre os militares as visões acerca do general Mourão são variadas. Heloísa Starling<sup>9</sup> e Carlos Fico estão entre os que compartilham da noção de que Mourão foi o principal condutor do golpe, considerando apenas o momento final e sem desprezar outros que também conspiraram neste período. O próprio Mourão Filho, no livro de suas memórias<sup>10</sup>, mostra diversas ações durante os anos de 1962 à 1964 ligadas às articulações visando o golpe. Mais adiante, veremos a posição de outros militares a respeito de Mourão.

A presente dissertação é fruto de uma inquietação surgida a partir da leitura de diversas obras que apontam a autoria do general Mourão Filho nas articulações do golpe, uma vez que o próprio general atuou na campanha pela legalidade, em 1961, favorável à posse de João Goulart, opondo-se aos ministros militares. Pouco depois, Mourão Filho passou a conspirar contra o novo Presidente, primeiro em Santa Maria, depois em São Paulo e finalmente em Juiz de Fora, causando mal-estar e até inimizades dentro da corrente favorável a Jango. Pouco mais de dois anos depois, este mesmo general, outrora legalista, comandaria as tropas do movimento de deposição de Jango. O próprio Mourão assume que o início das conspirações se deu ainda no Rio Grande do Sul, quando comandou por lá.

Portanto, este trabalho visa compreender como se deu a participação do general Olympio Mourão Filho na formação da mentalidade golpista, desde janeiro de 1962, em Santa Maria, até março de 1964, em Minas Gerais, buscando compreender, ainda, os fatores que na trajetória de Mourão Filho desde os anos 30 justificam este comportamento golpista. Serão analisados aspectos ligados à preparação, mobilização e condução da tropa, possibilitando avaliar a importância da pessoa do General Mourão no contexto geral do golpe e na liderança mineira, uma vez que a bibliografia existente, embora, em parte, atribua a Mourão a liderança do movimento, não analisa sua trajetória, não define as articulações iniciais e o momento em que Mourão se insere nessa liderança.

Do ponto de vista metodológico, de forma a abarcar a ampla realidade estudada, optamos pela pesquisa bibliográfica, que analisa as principais produções acadêmicas sobre o período. Em seguida, analisam-se os aspectos ligados à carreira militar e política de Mourão

---

<sup>9</sup> STARLING, Heloísa. Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis, Vozes, 1986.

Filho, bem como sua participação em outros conflitos e fatos políticos em décadas anteriores. Por fim, foi analisada a coleção de entrevistas “1964 – 31 de Março – O Movimento Revolucionário e sua História”,<sup>11</sup> como continuação do Projeto História Oral do Exército, onde os militares que vivenciaram os fatos foram entrevistados entre 2000 e 2001 contando suas versões sobre o golpe. A coleção surgiu como uma tentativa do Exército de responder ao revanchismo de que disseram serem vítimas, principalmente com o fim da ditadura militar, pelos militantes de esquerda. Esta obra foi muito importante para entender diretamente a participação do general Mourão Filho na preparação e partida do movimento. Estas narrativas militares também foram muito úteis para sintetizar o delicado momento em que as Forças Armadas estavam inseridas quando da deposição de João Goulart, onde se nota forte enraizamento do golpe na ideologia anticomunista, surgida ainda na década de 1930 após os acontecimentos ligados à intencionalidade comunista e reforçada após a Segunda Guerra Mundial, quando os militares brasileiros passaram a fazer cursos no *War College* norte-americano, nos primeiros anos da Guerra Fria. Cabe ressaltar que a coleção não foi a primeira obra publicada por militares versando sobre o golpe. Ainda nos anos de 1970 foram publicadas algumas obras.

Quanto aos fatos ocorridos em 1964 optamos por chamá-lo de golpe, com base na literatura acadêmica, e de revolução, que é a forma de referência sempre utilizada pelos militares, que constituem o objeto desta dissertação. Para Caio Navarro de Toledo<sup>12</sup> o mais correto seria afirmar que 1964 representou um golpe contra a democracia política brasileira nos pós-1946. Ou seja, um movimento contra as reformas sociais e políticas e a politização dos trabalhadores. Ao passo que, para os militares, o que se deu foi uma revolução, haja vista a percepção acerca da crescente onda comunista que visava à modificação na conjuntura política e econômica, que cresceu após a Segunda Guerra Mundial. Do ponto de vista do grupo ligado à ESG, o crescimento do comunismo levaria a uma revolução, cabendo aos militares fazer uma contra-revolução preventiva.

Dada à notória participação de grupos civis nas articulações, sobretudo no que se refere às intensas conspirações centralizadas no complexo IPES/IBAD, que se estenderam

---

<sup>10</sup> SILVA, Hélio. General Olympio Mourão Filho Memórias: A Verdade de um Revolucionário. Porto Alegre, L&PM, 1978.

<sup>11</sup> MOTTA, Aricildes de Moraes (org). 1964: 31 de Março. História Oral do Exército. Bibliex. Rio de Janeiro, 2003, v.8, p.66.

<sup>12</sup> TOLEDO, Caio Navarro. 45 anos do golpe de 1964. Revista da Unicamp, edição 426, 2009, p.02

para setores da classe média, movimento com mulheres e setores religiosos, identificamos o golpe com caráter civil-militar.

O presente trabalho se constituirá em três capítulos. No primeiro serão abordados aspectos ligados à literatura acadêmica sobre o golpe, os aspectos militares do golpe civil-militar, a visão de militares que vivenciaram os acontecimentos de 1964 a respeito tanto do golpe quanto da participação de Mourão Filho. O segundo capítulo tratará da biografia política do general Mourão Filho, destacando sua participação em diversos episódios das décadas de 1930 a 1950. Por fim, o último capítulo abará a construção da rede conspiratória estabelecida por Mourão nos comandos por onde passou, a decisão final em deslocar as tropas e a vida do general após os acontecimentos de 1964.

## **CAPÍTULO I – O golpe pela literatura e pelos militares**

Neste capítulo buscaremos demonstrar, através da literatura acadêmica e da fala dos militares, que a decisão acerca de um golpe civil-militar no Brasil, em 1964, não foi feita em cima de dúvidas ou de oportunismo, mas consistiu no produto final de um processo de organização política, com raízes no anticomunismo, fixadas entre os militares a partir da Intentona Comunista e expressa na Doutrina de Segurança Nacional. No início de 1960, a classe industrial se organizou contra o Governo Goulart, que, a seu ver, ou ao menos do ponto de vista de seu discurso, poderia abrir caminho para a institucionalização do comunismo no país. Desta forma, militares e civis conspiraram a favor do golpe e muitos acreditavam que poderia haver resistência por parte do governo, razão pela qual jamais se definiu a data em que seria posta em prática a empreitada golpista. No entanto, Goulart caiu fácil diante da investida militar comandada pelo general Olympio Mourão Filho, em 31 de março de 1964, não resistindo e nem acionando o seu dispositivo militar legalista<sup>13</sup> que lhe protegeria contra os golpistas. A partir de 1º de abril um novo governo é implantado no Brasil. Ao contrário de tentativas anteriores de ruptura institucional, em 1964 chegou-se perto de um consenso no interior das Forças Armadas, o que favoreceu a tomada de decisão, precipitando o avanço das tropas de Mourão Filho.

### **1.1 – Literatura**

A participação do general Olympio Mourão Filho nos fatos políticos de 1964 está inserida num contexto muito significativo para a história do Brasil, que mudou os rumos recentes da Nação. Mas antes de analisar de fato o envolvimento do general Mourão é necessário contextualizar os fatos ocorridos no ano 1964, que são muito conhecidos, e até mesmo, voltarmos aos anos iniciais da década de 1960.

O processo de construção histórica que marcou o período de 1961 a 1964 tem sido objeto de interpretações que trouxeram resultados que foram complementares ou até mesmo divergentes. Isso se deve às influências de teorias da época ou condições de acesso às fontes documentais. Muitos acreditavam apenas nas iniciativas do general Mourão Filho como sendo o início do golpe, enquanto boa parte da literatura acadêmica entende o golpe engendrado numa estrutura econômica e social bem complexa. Mas, para uma análise mais aprofundada

do golpe, buscaremos nos trabalhos mais significativos da literatura que obtiveram certa repercussão.

A tentativa de golpe em 1961 deixava evidente que um golpe certo ganhava corpo, apenas restava saber quem o faria. As elites econômicas, a fim de lutar de fato contra o comunismo, perceberam que poderiam se associar aos militares para garantir sua vitória, conforme análise pós-campanha pela legalidade feita em 1962 por Wanderley Guilherme dos Santos.<sup>14</sup> Ele chamou a atenção para o anticomunismo que se via obrigado a fortalecer o seu aparato. Naquele momento as ditaduras militares eram consideradas cada vez mais menos favoráveis ao desenvolvimento dos sistemas capitalistas mundiais, sendo utilizada apenas como último recurso para manutenção do capitalismo.<sup>15</sup>

Ou seja, quando um governo não consegue controlar os conflitos ou impedir o aumento das forças populares, apela-se para o golpe. Foi o caso brasileiro. No governo do Presidente João Goulart, as demandas populares cresciam ainda mais comparadas aos governos anteriores, provocando a reação de grupos que acabariam desencadeando um processo que iria culminar em golpe.

É possível entender que já se desenhava um golpe da elite civil com os militares, os quais participaram de todos os golpes ou tentativas.<sup>16</sup> Como a análise de Santos foi feita dois anos antes do golpe, cabe-nos refletir mais sobre questões teóricas. E umas dessas questões que o autor debate é que, na busca por quem daria o golpe que já era certo, os militares deveriam ser analisados pelo conteúdo social de seus discursos, ou seja, como integrantes da sociedade daquele período.

Os pronunciamentos militares não têm importância porque sejam militares, mas porque contêm determinados compromissos sociais, vale dizer, políticos, assumidos por militares. Quando o conteúdo social de um pronunciamento militar não tem ressonância na coletividade e cai no vazio, a circunstância de ter sido enunciado por um militar de nada importa, historicamente falando. SANTOS (1962), v.5, p.20.

A analisarmos o discurso militar observa-se o compromisso político, buscando soluções em apoio ao capitalismo e contra o comunismo. A tentativa de golpe em 1961 significava que o Brasil caminhava na direção de um golpe. Estaria claro que os militares não deixariam de lado uma oportunidade perdida em 1961. A prova disso é que pouco tempo

---

13 FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 18.

14 SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Quem dará o golpe no Brasil? Coleção Cadernos do Povo Brasileiro. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1962, vol.5, p.7.

15 SANTOS (1962), op cit., vol.5, p.19.

16 Ibidem, vol.5, p.3.

depois da posse de Goulart as conspirações já se iniciaram. A rápida expansão de representações do IPES ao longo do Brasil comprova isso. No Rio de Janeiro, em novembro de 1961, um grupo de militares encabeçado pelo almirante Sylvio Heck já se reunia. Em São Paulo, também no mesmo período, um grupo com civis e os generais Dalísio Menna Barreto e Agostinho Cortes já se encontrava para traçar os rumos de um movimento.

Os autores que buscaram explicar 1964 tiveram diferentes visões de como ocorreram os fatos. Para uns, o golpe resultou de um processo conspiratório, onde as forças conservadoras não desejavam mudanças e resolveram agir contra o governo. Em outras análises vemos o caráter preventivo, que tentava salvar a nação contra o perigo comunista. Há também quem entenda o golpe como resultado de um conjunto de escolhas feitas ao longo dos anos.

Utilizando uma explicação de caráter intencional, ou seja, que o golpe foi resultante de um processo planejado, René Armand Dreifuss entende o golpe como fruto de um grande jogo de interesses das classes dominantes, internacional e direitista. O golpe estava sendo preparado desde 1961 por iniciativa direta de banqueiros, grandes industriais e comerciantes. A análise de Dreifuss nos leva a entender que houve um caráter conspiratório em favor do golpe.

Uma vez unificadas as várias oposições sob uma liderança sincronizada comum, formulando um plano geral, a elite orgânica lançava a campanha político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça da sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou a passividade das classes subalternas.<sup>17</sup>

No Brasil ocorreu um movimento político dos empresários. Este foi muito organizado e apresentou ações incontestáveis.<sup>18</sup> O resultado final foi a sociedade econômica desse período organizando-se em grupos setoriais, que buscavam espaço junto ao governo.<sup>19</sup> Devemos ainda ligar a essa nova sociedade econômica os militares, sobretudo os diplomados pela ESG. Tudo se reuniu no complexo IPES/IBAD/ESG como objetivo da tomada do poder por meio de um golpe preventivo empresarial-militar. Notamos a liderança dos generais Cordeiro de Farias e Golbery do Couto e Silva. Por fim, Dreifuss salienta que outro general a ter presença ativa foi Olympio Mourão Filho.<sup>20</sup>

---

17 DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Vozes. Petrópolis, 1981, p. 229.

18 Ibidem, p.481.

19 Ibidem, p.140.

20 Ibidem, p.369.

A análise de Heloisa Starling também demonstra que houve uma conspiração civil-militar contra o governo de João Goulart. O IPES foi, incontestavelmente, o principal centro da articulação golpista. Mourão, que conspirou em Santa Maria e em São Paulo, foi transferido e iria fazer o mesmo em Minas.<sup>21</sup> Mesmo Mourão não sendo o principal articulador, ou seja, ele era parte do golpe em andamento, no dia 31 de março de 1964, o Exército, sob o comando do general Mourão Filho, desencadeou o primeiro deslocamento de tropas destinado a depor o Presidente João Goulart. Na mesma linha de Dreifuss, Starling destaca a conspiração paralela de Mourão Filho no momento em que forças do IPES/IBAD/ESG já atuavam. Estes mantinham Mourão debaixo de vigilância e controlando suas ações, utilizando-as em momentos oportunos. Pode-se dizer que Mourão estava servindo as lideranças principais como fez em 1937. E algumas lideranças estaduais estavam de olho nos frutos que poderiam colher com o golpe, entre elas o Governador Magalhães Pinto, já visando às eleições de 1965.<sup>22</sup>

Carlos Fico,<sup>23</sup> também com análise conspiratória, imputa ao complexo IPES/IBAD o desenvolvimento de ações contra o governo de João Goulart. A campanha consistia em desenvolver ações de desestabilização, o que não seria suficiente só com a pregação ideológica. Seria necessário construir uma rede de apoio dentro das Forças Armadas, razão pela qual vários associados ao IPES eram militares influentes.<sup>24</sup> Mourão Filho é aceito nesta conspiração por esta razão. Neste ponto, cumpre lembrar que havia outro fato que alimentava o descontentamento dos militares em relação a Goulart, que era sua incapacidade de estabelecer uma política militar satisfatória.<sup>25</sup>

A conspiração como modelo de interpretação mais evidente ganha força. Caio Navarro, também em interpretação de cunho conspiratório, afirma que quem planejou, articulou e desencadeou o golpe foi a alta hierarquia das Forças Armadas, incentivada pelo

---

21 Para maiores detalhes sobre o trabalho conspiratório em Minas Gerais encabeçado pelo IPES e pelo IBAD, verificar as seguintes obras: DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Ed. Vozes. Petrópolis, 1981 e STARLING, Heloisa. Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Editora Vozes. Petrópolis, 1986, p.61.

22 Ibidem, p.138.

23 FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro, Record, 2004.

24 Ibidem, p.36.

25 FICO, Carlos. O grande irmão. Da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p.75.

empresariado e a classe média. A justificativa era quebra da disciplina e hierarquia dentro das Forças Armadas e a corrida comunista.<sup>26</sup>

Estes autores colocam uma questão central que nos deixa evidente o caráter civil do golpe. O presente trabalho não pretende explorar a participação civil no golpe, mas as articulações da elite centralizadas no IPES/IBAB mostram que desde a posse de João Goulart ela atuava de modo a desestabilizar o seu governo. Assim, não só os militares, mas também os civis esperavam que Goulart viesse a cometer algum erro ou se aproximar ainda mais da esquerda radical, que era em outras palavras o medo do comunismo.

Cabe nos realizar a seguinte consideração sobre os organismos IPES, IBAD e CONCLAP: no final da década de 1950, iniciaram-se os trabalhos para a implantação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP). Oficialmente, o IPES passou a existir em 29 de novembro de 1961 e foi muito bem recebido pelos órgãos de imprensa como Correio da Manhã, Jornal do Brasil, O Globo e Última Hora. Expande rapidamente para Porto Alegre, Curitiba, Santos, Belo Horizonte e Manaus. Um ano antes, em 1959, surgiu o IBAD. A instituição busca fazer uma administração paralela ao Estado, influenciando na opinião política de forma que a estrutura social vigente não sofresse alterações. Tais órgãos congregavam inúmeros empresários, profissionais liberais, políticos, latifundiários e militares, os quais não desejavam profundas mudanças políticas.

Por este motivo, no final do mês de março de 1964, a campanha conspiratória envolvendo oficiais foi intensificada. Eles tinham expectativa de uma ação ilegal por parte de João Goulart que viesse a respaldar o golpe, o qual dependia essencialmente de iniciativa militar. Neste caminho, Lucília Delgado mostrou que houve certa polarização entre a esquerda e a direita. De um lado estava o descontentamento das classes produtivas e conservadoras que não desejavam mudanças políticas e econômicas. Do outro lado a esquerda que conclamou João Goulart a abandonar a política de conciliação e partir para um radicalismo nacionalista. Isto abriu o caminho que os militares buscavam para agir.<sup>27</sup> Após o comício de 13 de março de 1964, acentua-se a perspectiva golpista, uma vez que os opositores passam a dispor de elementos mais concretos para justificar a ruptura institucional. Assim,

---

<sup>26</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 45 anos do golpe de 1964. Revista da Unicamp, edição 426, 2009, p.02.

<sup>27</sup> DELGADO, Lucília Neves. PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964). Marco Zero. São Paulo, 1989, p.220.

pode-se compreender que o golpe foi articulado como prevenção dos setores conservadores. As Forças Armadas compunham esta coalizão.<sup>28</sup>

Entendemos pelas visões apresentadas que houve franca conspiração dos setores conservadores para a desestabilização do governo de Goulart. A participação dos setores civil centralizada no complexo IPES/IBAD junto aos militares da ESG foi notória na articulação e preparação ideológica para o golpe. Contudo, à medida que avançavam os fatos, os militares passaram a ter maior controle nas ações, sobretudo no que se refere ao planejamento das tropas e datas para o golpe. Esperavam por parte de Goulart ações que viessem a legitimar uma intervenção.

Para Carlos Fico e Gláucio Ary Dillon Soares, o golpe foi feito pelos militares que realizaram os deslocamentos de tropa, quando também se observou certa hegemonia militar em todas as ações, desprezando as lideranças civis no final do processo de preparação. Mesmo sendo apoiado pelas elites econômicas quanto ao seu preparo ideológico e apoio financeiro para campanhas eleitorais, o golpe foi obra essencialmente dos militares, os quais conduziram todo o processo final. No fim notamos falta de coordenação entre os militares a nível nacional, fato ilustrado pela iniciativa do general Mourão Filho em sair de Minas Gerais com as tropas.<sup>29</sup>

E neste entendimento de que a decisão de movimentar as tropas foi puramente militar, podemos identificar que nos preparativos finais houve especulações dos generais do grupo da ESG, encabeçado por Castelo Branco, em decidir uma data. Em Minas Gerais, Mourão Filho e Guedes se preocuparam na adesão do II Exército dias antes de 31 de março de 1964.<sup>30</sup> Aspectos como poder de fogo, armamentos disponíveis, viaturas empregadas, tamanho das tropas foram discutidos essencialmente pelos militares nos seus diversos planos de emprego. Mourão Filho, quando comandou a 3ª Divisão de Infantaria em Santa Maria, redigiu o Plano Junção, que consistia no planejamento de emprego de tropas, partindo de Santa Maria e incorporando outros comandos do III Exército numa marcha até o Rio de Janeiro.<sup>31</sup> Em Minas

<sup>28</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.). O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil e militar de 1964. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003, vol.3.

<sup>29</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.) 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. FGV. Rio de Janeiro, 1994, p.27.

<sup>30</sup> Anexo nº 11. Relatório das Atividades do Destacamento Tiradentes. General Antônio Carlos Muricy. Juiz de Fora, 7 de abril de 1964, p.4.

<sup>31</sup> MOTTA, Aricildes de Moraes (org). 1964: 31 de Março. História Oral do Exército. Bibliex. Rio de Janeiro, 2003, v.13, p.139

Gerais, o general Guedes já planejava deslocamento de tropas utilizando o contingente da Polícia Militar para reforçar as tropas do Exército.<sup>32</sup>

Para Thomas Skidmore, o golpe também foi claramente uma operação militar, apesar do forte apoio dos civis.<sup>33</sup> Naquela conjuntura pré-64, contudo, enquanto Goulart ganhava tempo para a volta do presidencialismo, os militares também se movimentavam através de parceria com o IPES, trilhando o caminho para uma permanência desta vez mais prolongada no poder, mesmo que não pretendessem isso a princípio.<sup>34</sup> O comício do dia 13 de março e greve dos marinheiros, mexeu de fato com os militares, os quais concluíram que somente sua intervenção podia salvar o Brasil de uma possível e prolongada guerra civil. Mas o movimento ganha força com o memorando do general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército.<sup>35</sup> Por fim, a decisão final do golpe foi dada por Minas Gerais, com a mobilização das tropas pelo general Mourão Filho, no dia 31 de março de 1964. Ainda, no dia 29 de março, o general Amaury Kruehl não havia decidido apoiar o golpe, podendo tentar salvar o mandato de Goulart, caso ele tirasse seu apoio da esquerda radical. Isso endossa a importância que o autor atribui aos militares na condução do golpe.<sup>36</sup>

Outro autor que também posicionou o golpe aqui no Brasil como ação militar foi Alfred Stepan. Para ele os militares, desde 1945 até 1964, desempenharam um papel de moderação entre civis e militares.<sup>37</sup> Hipoteticamente, sugeriu que o grau de sucesso dos militares em golpes ocorre na proporção direta da queda de legitimidade do Executivo e quando a legitimidade conferida à intervenção dos militares é elevada.<sup>38</sup> No Brasil, o governo civil perdeu legitimidade, fornecendo as razões para a intervenção militar. Em 1964, a regra da moderação foi quebrada pela percepção dos militares de que as instituições civis estavam em decadência, aliada à noção de que havia uma ameaça dos militares dentro do próprio meio militar, uma vez que o governo de Goulart impôs regras para promoção de generais, ficando em condições de dar um golpe.<sup>39</sup> A quebra da disciplina por ocasião da revolta dos marinheiros e o encontro com os sargentos do Exército no fim de março serviram de

---

32 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.241-243.

33 SKIDMORE, Thomas Elliot. *Politics ins Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy*. Nova York, Oxford University Press, 1967. No Brasil a obra foi lançada em 1988 com o título: Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64), p.370-371.

34 Ibidem, p.275.

35 Ibidem, p.357.

36 SKIDMORE (1967), op cit., p.363.

37 STEPAN, Alfred. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro. Artenova 1975, p.51.

38 Ibidem, p.62.

39 Ibidem, p.122.

catalizador para o golpe. Os militares não aceitavam a quebra da disciplina militar, que é um dos alicerces do militarismo.<sup>40</sup> Esse quadro favorece a mudança de postura do Exército.<sup>41</sup>

Outro fator a ser considerado como forte na motivação para o golpe foi a ideologia anticomunista. Quando é desencadeado o golpe as forças democráticas já estavam vencidas pela intensa propaganda anticomunista desenvolvida.

Para Nelson Werneck Sodré,<sup>42</sup> o ideal anticomunista foi inaugurado em 1935 com a intentona comunista. A partir daí a política brasileira iria sofrer com golpes, ou tentativas de golpes militares, sucessivos desde a década de 1930.<sup>43</sup> Quando, em 1961, os militares novamente resolveram dar um golpe para impedir Goulart de governar, a campanha pela legalidade cresceu a ponto de os militares recuarem e esperarem por nova oportunidade.<sup>44</sup> Para um golpe certo, aos pouco foram controlando os meios de comunicação, com influência categórica do IBAD no pleito eleitoral de 1962. A doutrinação ideológica de militares e civis já havia sido colocada em prática com a fundação da ESG que funcionava como novo centro doutrinário. A implantação do conceito de guerra revolucionária foi outro passo.<sup>45</sup> Neste sentido, 1964 é visto como um contragolpe ao golpe de esquerda que seria desfechado por João Goulart.<sup>46</sup> Portanto os militares esperavam as condições e o momento de intervir.<sup>47</sup>

Como dissemos, a campanha anticomunista durou 30 anos. Após a intentona comunista, os grupos anticomunistas lançaram-se com vigor a fim de que não houvesse relaxamento.<sup>48</sup> Porém, para Rodrigo Patto Sá Motta, a onda anticomunista torna-se significativa com o aumento das organizações esquerdistas e a posição de Goulart em relação à política externa, que desejava aproximar-se de países não alinhados com o EUA.<sup>49</sup> Os

---

40 STEPAN (1975), op cit, p.151.

41 O general Luiz Carlos Guedes, Comandante da Infantaria Divisionária/4, em Belo Horizonte e um dos atuantes em 1964, publica no seu Comando a decisão de agir. Boletim Interno nº 58, de 3 de março de 1964, da ID/4.

42 SODRÉ, Nelson Werneck. Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil. Vozes. Petrópolis, 1984.

43 Ibidem, p.48-52.

44 Ibidem, p.53.

45 SODRÉ (1984), op cit., p.91-92.

46 D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. Visões do golpe: a memória militar de 1964. Ed. Relumê Dumará. Rio de Janeiro, 1994, p.12.

47 SODRÉ (1984), op cit., p.54.

48 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. FAPESP. São Paulo, 2002, p.216.

49 Ibidem, p.233.

setores que se movimentaram contra o comunismo foram entidades ligadas à defesa da família, religião cristã e propriedade.<sup>50</sup> Nos termos de Motta,

O temor ao comunismo foi o “cimento” da mobilização antiGoulart, o elemento que propiciou a unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do Presidente. O objetivo principal não era dar um golpe, mas combater os comunistas. MOTTA, R. (2002), p.276.

O anticomunismo foi fundamental para derrubar João Goulart. Este movimento era representado de diversas formas, incluindo a cooperação entre o IBAD e o IPES, quando muito dinheiro foi empregado na eleição<sup>51</sup> de candidatos conservadores,<sup>52</sup> de modo que a esquerda não tivesse sucesso.<sup>53</sup> A campanha anticomunista foi intensa.<sup>54 55 56</sup> Somaram-se a este fato as agitações na Marinha, colocando em definitivo os militares no golpe,<sup>57</sup> agindo em cima de clamores de setores contra o comunismo. Na Marcha da Família com Deus, em São Paulo, aconteceram cobranças aos militares.<sup>58</sup> No dia 31 de março, o general Mourão Filho, deslocou-se rumo ao Rio de Janeiro.<sup>59</sup> A adesão de outros comandantes foi rápida.<sup>60</sup>

O anticomunismo esteve presente nas manifestações populares que envolveram as classes médias. No caso paulista, notou-se a presença de jovens e movimentos sindicais com cunho anticomunista. O Movimento Democrático Estudantil (MDE) e o Movimento Sindical Democrático (MDS) foram ligados à mobilização de Mourão Filho em São Paulo.

Para explicar o golpe podemos ainda considerar, além das explicações pré-deterministas e intencionais (conspiratórias corporativas do capital industrial, do anticomunismo e das causas puramente militares), outros fatores, como o jogo democrático a partir de 1961. Nesta data, os ministros militares escolheram a tentativa de veto à posse de Goulart. O Congresso escolheu não se submeter ao veto militar, o que acabou na substituição do sistema presidencialista pelo parlamentarismo. A própria oposição dentro das Forças

50 “Os paulista vão promover a ‘Marcha da Família com Deus’ contra a comunização do país.” *Jornal O Globo*, 16 de março de 1962.

51 MOTTA, R. (2002), op cit., p.240.

52 BLACK, Jan K. *United States Penetration of Brazil. Univ of Pennsylvania*. EUA. 1977. Esta pesquisadora detalha o repasse de verbas para apoio às eleições de 1962 e financiamento de propaganda para partidos.

53 FICO (2008), op cit., p.91.

54 *Jornal O Estado de São Paulo*, 12 de Agosto de 1962.

55 Alerta contra plano de agitação comuno-sindical. *Jornal do Brasil*, 1º de março de 1964.

56 Coluna do Castelo. *Jornal do Brasil*, 22 de março de 1964.

57 MOTTA, R. (2002), op cit., p.269.

58 *O Cruzeiro*, 11 de abril de 1964, p.124.

59 MOTTA, R. (2002), op cit., p.270.

60 SILVA, Hélio. 1964: golpe ou contragolpe. *Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, 1975, p.387, 410 e 433.

Armadas impediu o golpe. Argelina Figueiredo é quem melhor explica por este viés.<sup>61</sup> No período de 1961 a 1964 estavam em jogo reformas e democracia e o resultado culminando com o golpe, foi sem reformas e sem democracia, podendo ter sido diferente, caso as escolhas tivessem sido outras. A esquerda cometeu erros estratégicos. Mas, para o que importa no escopo desta dissertação, a direita acabou saindo fortalecida do processo, crescendo nos erros da esquerda e ampliando as chances de uma bem sucedida ação visando a tomada de poder. A direita escolhe montar uma conspiração de forma bem mais consistente que em 1961<sup>62</sup>, esperando alguma atitude de Goulart que configurasse ilegalidade<sup>63</sup>. Neste jogo entre direita e esquerda, a ameaça comunista se revelava na medida em que as forças de esquerda não recuavam de sua posição cada vez mais radical, como manifestações de diversos grupos contra o governo de Goulart, do final de 1963 até março de 1964.<sup>64</sup> Assim, as Forças Armadas se sentiriam autorizadas a intervir.<sup>65 66</sup>

Uma questão central a ser destacada com a análise de Argelina foi a esperada atitude por parte de Goulart a fim de legitimar a intervenção militar. Jango aproxima cada vez mais desta ilegalidade quando não reprime os excessos da esquerda, deixando a direita convicta de seu casamento com o comunismo. A explicação de Argelina soma-se às demais, complementando as análises acadêmicas sobre o golpe e permitindo uma síntese explicativa que nos parece pertinente para a compreensão acerca da visão desenvolvida pela literatura.

Após uma rápida análise das proposições da literatura especializada entendemos que diversos aspectos e causas são utilizados para explicar o golpe. O caráter conspiratório e preventivo da direita, a polarização entre direita e esquerda e o jogo democrático são causas que apontam a presença dos militares. Contudo o anticomunismo aparece como elemento central. E para conduzir uma conspiração baseada no anticomunismo os militares teriam as maiores razões e melhores condições. O resultado foi um golpe com caráter preventivo a uma revolução comuno-socialista.

Para os autores que atribuem ao anticomunismo a causa central do golpe, eles entendem que esta ideologia se desenvolve a partir da chamada Intentona Comunista, em

---

61 FIGUEIREDO, Argelina. Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política: 1961-1964. Paz e Terra. São Paulo, 1993, p.27-29.

62 STEPAN (1975), op cit., p. 172-173 e 189.

63 AYRES FILHO, Paulo. A revolução brasileira. Frederick A. Praeger. Nova York, 1965, p.246.

64 FIGUEIREDO (1993), op. cit., p.176-183.

65 STEPAN (1975), op cit., p.189.

66 FIGUEIREDO (1993), op. cit., p.176-183.

1935, ganha substância após a segunda Guerra Mundial, com a Doutrina de Segurança Nacional, que subsidia tal temor e ao mesmo tempo oferece as armas para o seu combate, e cresce desde então, tornando-se intenso às vésperas do golpe. Isso de certa forma contribui para a participação de Mourão Filho na elaboração do Plano Cohen e, por conseguinte, na emergência do Estado Novo, como veremos no próximo capítulo. O caso de Mourão Filho exemplifica bem, já que passou por todas as etapas da construção deste sentimento anticomunista, destacando-se em certos momentos, conforme atesta a fala dos militares, como veremos.

## **1.2 – Os militares**

Qualquer referência ao golpe de 1964 logo nos remete às ações militares, com deslocamento de tropas, principalmente de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, sob o comando do general Olympio Mourão Filho, a fim de depor o Presidente João Goulart. Claro que o golpe não consistiu somente nestas ações. Mas a classe militar, ao longo dos anos, assume outro papel além da missão de defesa, alcançando posições políticas. Como vimos, para Nelson Werneck Sodré, as Forças Armadas de países subdesenvolvidos (conceito utilizado quando da edição da obra) se voltavam mais para assuntos internos que os externos. Com o advento do comunismo, os militares não se preocupariam apenas com questões econômicas e políticas, mas também com sociais. Países atrasados investiriam boa parte do orçamento na manutenção dos seus exércitos.

No século XX questões como o comunismo mexeram profundamente com as sociedades e com os militares enquanto indivíduos destas sociedades, acarretando novas formas de doutrinação e publicidade para convencer o maior número de pessoas contra tais perigos.<sup>67</sup> A ruptura com a democracia não era um recurso preferido entre os militares, mas o temor do comunismo, por vezes, os levou a soluções autoritárias. No Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, os militares participaram de diversos golpes ou tentativas de golpe (1945, 1951, 1954, 1955, 1961 e 1964), os quais tiveram resultados distintos, em direção a soluções democráticas ou antidemocráticas. Mas o que defendo é que a solução autoritária de 1964 deriva do temor do comunismo, da mesma forma que nas conjunturas anteriores, quando tal ameaça não era intensa, os militares rejeitaram saídas autoritárias, mesmo que estimulados por grupos civis a intervirem na política de forma mais direta. Em síntese, as Forças Armadas

---

67

SODRÉ (1984), op cit., p.22.

brasileiras não podem ser consideradas essencialmente antidemocráticas, tendo em vista, inclusive, haver neste período alternância de poder, o que foi quebrado apenas em 1964, com a instalação da ditadura.<sup>68</sup>

Por outro lado, na percepção dos militares, a ameaça comunista afeta a estrutura, disciplina e carreira dos militares brasileiros. Com o alinhamento cada vez mais pelo anticomunismo, a instituição não aceitaria mais que militares fossem contra o anticomunismo. Concederia anistia, mas cobraria uma unificação doutrinária. Mesmo com tentativa de coesão interna, sempre surgiam divisões que quebrava a estrutura hierárquica, tornando necessário o doutrinação.<sup>69</sup> Como dissemos, a necessidade de doutrinação e publicidade foi marcante na preparação do golpe de 1964. Os ideais de segurança nacional foram concretizados em ensinamentos aos oficiais na ESG.<sup>70</sup>

Como vimos, na explicação de Alfred Stepan sobre a interferência militar na política notamos certa inclinação dos militares a ocupar uma posição de forte opinião e decisão nas questões nacionais. As relações entre militares e o poder político é explicada pela constante aproximação destes. Os militares não atuam apenas como profissionais detentores que são da autoridade que lhes foi constitucionalmente outorgada, mas em ações de moderação. Tal competência encontra-se intrinsecamente vinculada ao papel dos militares e seu relacionamento com a sociedade civil, cujo aspecto fundamental traduz-se na tensão potencial diante da necessidade dos governantes manterem uma força armada como instrumento da política e da ordem interna, tal como se revelou de forma cada vez mais intensa na conjuntura da Guerra Fria.<sup>71</sup>

Nota-se no Brasil que os civis conservadores utilizaram desta aproximação com os militares para uma relação de moderação. O grupo político dominante garante legitimidade aos militares para atuarem como moderadores do processo institucional.<sup>72</sup> A sustentação dos militares politicamente heterogêneos pelas elites civis facilita a formação de uma coalizão golpista vencedora, que manterá o controle temporário do Estado, por um período determinado.

Essa outorga constitucional dada pela sociedade para defesa da Pátria, da lei e das instituições transforma-se no sentimento de civismo, consolidado pela atuação das Forças

---

<sup>68</sup> SODRÉ (1984), op cit, p.27.

<sup>69</sup> DREIFUSS, René Armand e DULCI, Otávio. As Forças Armadas e a política. In: ALMEIDA, Maria Hermínia e SORJ, Bernard (orgs). Sociedade e política no Brasil pós-64. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1983, p.92.

<sup>70</sup> SODRÉ (1984), op cit, p.48-53.

<sup>71</sup> STEPAN (1975),op cit, p.40-44.

Armadas desde o Império na pacificação e constante participação em conflitos nacionais. Em todas as campanhas militares sempre se viu apregoado o sentido de que as ações eram em prol dos interesses do povo brasileiro. Mais tarde, a forte campanha contra Goulart apoiava-se no civismo como forma de reverter possíveis modificações no caráter social nacional, sobretudo o medo do comunismo. O general Olympio Mourão Filho, em seu manifesto à Nação e às Forças Armadas, no dia 31 de março de 1964, menciona “patriotismo e civismo”.<sup>73</sup> Os militares acreditavam que estavam imbuídos deste sentido.

Neste ponto cumpre mencionar que, para Dreifuss, três grupos ou correntes militares desenvolveram atividades político-conspiratórias contra o governo do Presidente João Goulart: o grupo IPES/ESG, os extremistas de direita e os tradicionalistas.

Os militares do grupo IPES/ESG eram liderados pelos generais Golbery do Couto e Silva, Nelson de Melo e Oswaldo Cordeiro de Farias. Desenvolviam atividades de neutralização do dispositivo militar legalista, principalmente no Rio de Janeiro. Paralela à conspiração de Mourão Filho, este grupo organizou-se em torno do general Castelo Branco.<sup>74</sup> Ligaram ao IPES e ao empresariado.

Os extremistas de direita, chamados de “linha dura”, também eram anticomunistas e antipopulistas e a favor de uma modernização industrial, porém conservadora. Estavam ligados a diversos setores produtivos, sobretudo do estado de São Paulo. Pregavam a luta de civis contra o governo de João Goulart. Mourão Filho se ligou por diversas vezes a integrantes da “linha dura” paulista, conforme relatório do executivo Eldino Brancante.<sup>75</sup> O brigadeiro João Paulo Moreira Burnier foi ativo neste grupo, agindo a favor do Governador de São Paulo, Ademar de Barros no preparo de forças paramilitares e na confecção de armas.<sup>76</sup>

Havia, ainda, outro grupo militar, o dos tradicionalistas, que não tinham treinamento da ESG e nem desejavam mudanças sociais e políticas tão amplas quanto às propostas pelos

<sup>72</sup> STEPAN (1975), op cit, p.101.

<sup>73</sup> MOURÃO, Laurita. Mourão: o general do pijama vermelho. Editora Francisco Alves. Rio de Janeiro, 2002.

<sup>74</sup> DREIFUSS (1981), op cit., p.370.

<sup>75</sup> BRANCANTE, Eldino. Relatório do Estado-Maior Civil Revolucionário, in SILVA, Hélio. L&PM Editores, Porto Alegre, 1978.

<sup>76</sup> BURNIER, João Paulo Moreira. CPDOC. Rio de Janeiro, 2005. p.78. Entrevista aos historiadores Celso Castro e Maria Celina D’Araújo ocorrida em 1993, como parte do projeto “1964 e o Regime Militar”, desenvolvido pelo CPDOC, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no período de 1992 e 1995.

outros grupos. Também eram anticomunistas. Aos poucos foram conquistando seu espaço.<sup>77</sup> Os generais Mourão Filho, Justino Alves Bastos, Antônio Carlos Muricy e Amaury Kruehl.<sup>78</sup>

Por fim, cabe-nos considerar ainda outra vertente: os militares de carreira. Estes tinham comportamento mais linear com a Força. Em geral, não se envolviam em escândalos e visavam sempre ascensão na carreira por meio de cursos e méritos.

Anos após o golpe, os militares também se propuseram a explicar as crises políticas, os motivos e a fundamentação teórica-ideológica que os impulsionaram a participar dos acontecimentos do início dos anos de 1960. Em 1970 foi publicado pelo general Pope de Figueiredo “A Revolução de 1964: um depoimento para a história da pátria”.<sup>79</sup> No ano de 1976, foi a vez do coronel Ernani de Aguiar<sup>80</sup> publicar sua obra, vindo, em seguida, nos anos de 1978, o general Cordeiro de Farias<sup>81</sup>, e o próprio general Mourão Filho<sup>82</sup>, numa obra bastante analisada no presente trabalho. Em 1979<sup>83</sup>, foi a vez dos generais Hugo de Abreu<sup>84</sup> e Luiz Carlos Guedes.<sup>85</sup> Por fim, em 2006, um militar não atuante em 1964, mas muito ativo durante a ditadura, o general Sylvio Frota, publica seu livro.<sup>86</sup> Por fim, em como dissemos, em 2003 a Biblioteca do Exército, dando continuidade ao projeto “História Oral do Exército”, publica a coleção “1964 – 31 de março – O Movimento Revolucionário e sua História”,<sup>87</sup> onde os militares contaram sua ótica sobre o golpe e o regime militar. O projeto ouviu os militares nos anos de 2000 a 2002. Portanto, o grupo ouvido não era constituído dos principais atores do movimento nos anos 1960, mas de militares que estiveram presentes, vivenciando o momento do golpe, ainda que não o tenham protagonizado. Com o intuito de responder às inúmeras publicações que vieram à tona durante esses anos, bem como apresentar a versão dos militares, baseada nas memórias individuais, buscou-se apresentar elementos que pudessem oferecer uma contraposição à visão majoritariamente difundida pela

---

77 DREIFUSS (1981), op cit., p.372.

78 Ibidem, p.373.

79 FIGUEIREDO, Mário Pope de. A revolução de 1964: um depoimento para a história da pátria. Editora APEC. Rio de Janeiro, 1970.

80 AGUIAR, Ernani. A revolução por dentro. Artenova. Rio de Janeiro, 1976.

81 CAMARGO, Aspásia e WALTER, Góes de. Meio século de combate. Diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro, nova fronteira, 1981.

82 SILVA (1978), op cit.

83 CAMARGO, Aspásia e WALTER, Góes de. Meio século de combate. Diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro, nova fronteira, 1981.

84 ABREU, Hugo de. O Outro Lado do Poder. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1979.

85 GUEDES, Luís Carlos. Tinha que ser Minas. Nova Fronteira. Coleção Brasil século XX. Rio de Janeiro, 1979.

86 FROTA, Sylvio. Ideais traídos. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2006.

87 MOTTA, Aricildes de Moraes (org). 1964 – 31 de março – O Movimento Revolucionário e sua História. História Oral do Exército. Bibliex. Rio de Janeiro, 2003.

literatura relacionada ao golpe e o Regime Militar. Pode-se captar através de relatos individuais o indivíduo e a sociedade da qual ele faz parte. As divergências nos depoimentos podem revelar o conturbado momento que significou o governo de João Goulart, inclusive do ponto de vista dos militares.

Através da análise dos depoimentos contidos na coleção, fica evidente que os militares desde a década de 1930 já vivenciavam crises internas, tendo que enfrentar o acirramento de posições políticas de seus integrantes. Em 1964 esta crise foi ao ponto de provocar a interferência no regime político nacional, depondo o Presidente João Goulart.

Reiteramos que o objetivo central deste trabalho é a participação do general Olympio Mourão Filho nas articulações e nos acontecimentos de 1964. Sem tirar o mérito dos demais conspiradores, buscamos extrair dos depoentes da coleção informações que nos levem a compreender a participação de Mourão no período, além das razões do golpe.

No que se refere às razões do golpe, destacamos algumas visões que exemplificam o peso do anticomunismo, surgido após a Intentona de 1935, do doutrinamento no interior das Forças Armadas, para o desencadeamento do movimento. Contudo, iremos observar, ainda, que alguns depoimentos aludem ao antigetulismo, ao antirreformismo, ao antitrabalhismo como motivação para o golpe. Em algumas referências a Goulart, nota-se que a crítica direcionada a ele é fomentada ao mesmo tempo por sua postura reformista, de esquerda, e pela sua ingerência nas Forças Armadas, aproximando-se das camadas subalternas, ferindo a hierarquia e visando dividir os militares.

Para o general Leônidas Pires Gonçalves, que foi Ministro do Exército no governo do Presidente José Sarney (1985-1990) e servia no EME, em 1964, como tenente-coronel, as raízes para o movimento militar que culminou com o golpe em 31 de março de 1964 estão arraigadas nos anos de 1930, precisamente em 1935, quando da intentona comunista. Nesta oportunidade muitos militares do Exército morreram, criando um ódio interno contra o comunismo nos anos seguintes. Como consequência, desenvolveu-se nas escolas militares uma doutrinação anticomunista. Para o general Leônidas, de 1961 a 1964 as causas foram acentuadas com a pregação reformista de Goulart, tendendo para o sindicalismo e o socialismo. Como causas imediatas pode-se dizer que a legitimidade de Goulart tornou-se relativa, pois foi caindo em decorrência do desempenho da economia brasileira que passou por diversas crises. Por fim, fica evidente que, na visão de Leônidas Pires, os militares resolveram intervir em consequência dos últimos acontecimentos, em março de 1964,

envolvendo a quebra da hierarquia e da disciplina, ocasionados pelos movimentos dos marinheiros e dos sargentos do Exército.<sup>88</sup>

A Academia Militar das Agulhas Negras foi centro atuante na eclosão do golpe civil-militar de 1964, deslocando seus cadetes em reforço às tropas de Mourão Filho. Este estabelecimento de ensino tornou-se multiplicador da ideologia anticomunista, baseada na Doutrina de Segurança Nacional. O general Antônio Jorge Corrêa era o Subcomandante da AMAN em 1964 e participou ativamente deste processo de doutrinação. Ocupou o cargo de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, função extinta em 1999, com a criação do Ministério da Defesa. Da mesma forma que o general Leônidas, ele busca explicações nos anos de 1930 para o que aconteceu em 1964. A intentona comunista de 1935 teria sido clara tentativa dos comunistas em tomar o poder nacional, o que não aconteceu, obrigando os militares a ficarem atentos nos anos seguintes.

A forma mais fácil de penetração no meio militar seria através das escolas de formação de oficiais e sargentos. Nos anos de 1950, um grupo de oficiais esquerdistas que atuavam na Diretoria Geral de Ensino consegue aprovar novo regulamento da AMAN, que, para o general Antônio, deformou alguns aspectos da formação e do espírito militar. Mas, em 1960, a entrada do general Castelo Branco para a citada Diretoria o teria levado a observar esta manobra da esquerda, afastando tais oficiais.<sup>89</sup> A reestruturação da AMAN iria convergir para sua participação no golpe, haja vista novo regulamento ser feito e os cadetes que ingressaram a partir de 1961 receberam muitas instruções sobre doutrina de Guerra Revolucionária, já implantada na ESG. Consistia em preparar os militares contra o comunismo e conhecer os processos técnicos utilizados pelos comunistas em suas ações. A fundamentação teórico-ideológica da ESG baseava-se na Doutrina de Segurança Nacional, com forte influência norte-americana, devido ao contato dos militares brasileiros com as Forças Armadas daquele país durante a Segunda Guerra Mundial e à formação que passaram a obter junto ao War College.

A criação da ESG, em 1949, insere de vez os militares na política nacional.<sup>90</sup> O comando da AMAN passou a se coordenar com diversos comandos regionais, principalmente o II Exército e a 4ª RM/4ª DI. Interessante notar que, no relato do general Antônio Jorge

---

<sup>88</sup> MOTTA, A. (2003), op cit, v.1, p.82-83.

<sup>89</sup> Ibidem, v.1, p.30-31.

<sup>90</sup> BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 4ª edição, 2010, p.20-35.

Corrêa, verificamos que o Comandante da Academia em 1963/1964, general Médici, manteve muitos contatos com o general Mourão Filho, da 4ª RM/4ª DI, e com o general Amaury Krueel, do II Exército.

O grupo de oficiais destinados a modificar a mentalidade da AMAN conseguiu êxito em pouco tempo. Os cadetes que atuaram em 1964 haviam ingressado nos anos de 1961 a 1964, na fase que reestruturaram o regulamento e firmaram a ideologia de segurança nacional e o anticomunismo com pontos centrais. Isto foi crucial para a unidade da AMAN em torno do projeto do Exército.

Outro militar na ativa em 1964 foi o general Moacyr Barcellos Potyguara, que chegou mais tarde ao cargo de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e era coronel em 1964, também na AMAN. Como Comandante do Corpo de Cadetes, foi um dos principais responsáveis pela doutrinação dos cadetes dentro dos ideais da Guerra Revolucionária. Sua atuação se deu em virtude da modificação do regulamento da AMAN, que estaria “infestada de comunistas”. Disse que alertava diretamente seus oficiais e cadetes sobre o momento em que viviam, época que um movimento de caráter marxista-leninista se agigantava e os cadetes deveriam estar preparados para defesa nacional.<sup>91</sup>

Outra questão levantada por estes oficiais é que o movimento que os militares e a sociedade organizaram configurava uma contrarrevolução, baseada na doutrina de Guerra Revolucionária que estava sendo desencadeada pelos comunistas. Para Rodrigo Patto Sá Motta, o termo “revolução” surgiu na ESG a partir de influências recebidas de teóricos norte-americanos e franceses e foi adotado pelo Estado-Maior do Exército para designar as estratégias dos comunistas após a Segunda Guerra. Compreendia táticas psicológicas para obter controle das massas, criar ambiente revolucionário e chegar à tomada violenta do poder.<sup>92</sup>

O general Alacyr Frederico Werner, que a exemplo dos dois últimos listados também foi Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas anos depois, servia no EME, em 1964, como tenente-coronel. Ele também remonta a 1935 para buscar as causas do início das questões das Forças Armadas contra o comunismo. Para ele, a queda de Jânio e a iminência da posse de Goulart reavivaram tais questões, uma vez que ninguém esperava que o vice-presidente, ligado às questões trabalhistas, tivesse chances de subir à Presidência. Sendo assim, o general revela que esse episódio teve forte impacto no Exército. Para Werner, a crise de 1961 teria

---

<sup>91</sup> MOTTA, A. (2003), op cit, v.1, p.55.

<sup>92</sup> MOTTA, R. (2002), op cit, p.261.

contribuído para o desencadeamento do golpe, pois os militares que foram vencidos em sua proposição de ruptura institucional naquele período buscavam uma espécie de revanche.<sup>93</sup>

De um modo ou de outro, o anticomunismo foi, na visão dos militares, a razão mais relevante que alimentou a perspectiva golpista, a qual vinha sendo gestada aos poucos. Para alguns a atuação de Goulart nos anos de governo teria sido ligada à expansão da ideologia comunista, devendo ser combatida. Dessa forma, a ECEME abriu a questão para os oficiais com as palestras temáticas do general Hugo Panasco Alvim sobre Guerra Revolucionária. Os oficiais treinados repetiam tais ensinamentos em seus comandos e quartéis. Para ilustrar a instrução era utilizado o caso da Argélia e a atuação francesa que teve êxito.

Portanto, a questão de que as bases do movimento de 1964 estão no anticomunismo encontram-se cada vez mais solidificadas não apenas nos meios acadêmicos, como se viu nas abordagens de Nelson Werneck Sodré e Rodrigo Patto Sá Motta, mas é nítida também entre os militares que estavam na ativa do Exército em 1964 e cursaram a ESG, ou serviam em lugares estratégicos como Escola Superior de Guerra, Escola de Comando e Estado Maior, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Academia Militar das Agulhas Negras e Estado Maior do Exército. Para eles, a doutrinação sobre Guerra Revolucionária e anticomunismo foi intensificada sobretudo após 1961. Eles indicam, ainda, que as questões que envolveram os militares até 1930 eram de caráter apenas político, mas a partir de 1935 a questão ideológica e política caminharam juntas até 1964. O Movimento Comunista Internacional, após a Segunda Guerra Mundial, fortaleceu ações comunistas dentro e fora do Brasil. Isto posicionou os militares cada vez mais perto do campo ideológico anticomunista.

Há ainda outros tantos generais que estavam na ativa do Exército Brasileiro nos anos de 1960 e que partem do viés do anticomunismo com causa central da intervenção das Forças Armadas em 1964. O general Ivan de Souza Mendes declara que as razões do golpe de 64 “devem ser identificadas na resistência dos militares às ameaças de ocupação do poder no Brasil, por grupos totalitários de inspiração comunista.”<sup>94</sup>

De sua parte, o general Geraldo de Araújo Ferreira Braga, além de estabelecer uma conexão entre a herança getulista e o trauma comunista da intentona de 1935, menciona nominalmente os ministros militares, os quais estariam, na sua percepção, ligados aos principais expoentes da esquerda no período.

---

93

MOTTA, A. (2003), op cit, v.1, p.62.

94

O general-de-exército Ivan de Souza Mendes era tenente-coronel em 1964 e Prefeito do Distrito Federal e mais tarde comandou a ECEME. MOTTA, A. (2003), op cit, v.2 p.31.

Quando chega o ano de 1964, vejo no palanque, junto ao Presidente João Goulart, Luiz Carlos Prestes, aquele mesmo chefe de 1935, de uma intentona que assassinou muitos dos nossos, que morreram dormindo, com a traição perpetrada na calada da noite. Ao lado de Prestes, que era um brasileiro comunista a serviço da Rússia, de onde viera para chefiar a intentona de 1935, está o Brizola, está o Miguel Arraes, a fina flor da esquerda brasileira, e com eles os ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.<sup>95</sup>

Fundamentação anticomunista como raiz distante para o golpe também é a explicação do general Octávio Pereira da Costa, que, no entanto, vai além, indicando 1964 como resultado de luta política entre forças varguistas e antivarguistas. Estes embates chegaram ao ponto máximo em 1961, com o veto militar que tenta impedir a posse de Goulart. Assim como para o general Werner, também para Pereira da Costa 1964, dentre outros motivos, pode ser considerado a revanche de 1961. Para ele, Goulart agiu sabendo da resistência que enfrentaria dos militares em seu governo. Com isso aproxima-se das camadas subalternas das Forças Armadas, numa tentativa de minar a unidade e dividir os militares.<sup>96</sup>

Passando agora das questões ideológicas que teriam motivado a ruptura institucional e partindo para a análise do desencadeamento prático do golpe e, mais particularmente, para a relevância da figura de Mourão Filho no episódio, observamos que as visões são variadas. Embora predomine uma perspectiva positiva tanto em relação ao golpe, visto por todos os militares analisados como necessário, quanto no que diz respeito à participação de Mourão Filho, há os que o censuram pela ação mobilizadora das tropas da 4ª RM/4ª DI, antecipando-se ao movimento planejado pelo grupo da ESG. Outros o criticam pela decisão de partir sem antes contar com o apoio expresso de outras Regiões Militares. Para alguns críticos, a precipitação de Mourão resultou na demora em aderir por parte de outros comandos fortes.

Um militar que esteve com Mourão Filho na eclosão do movimento, comandando o Destacamento Tiradentes, general Antônio Carlos da Silva Muricy, admitiu ter havido correria. Segundo Muricy, seriam necessários alguns dias para algumas providências. Aquele momento era prematuro. Em suas palavras, “Chegamos à conclusão de que, para ter toda segurança, antes do dia 10 de abril não era possível ter tudo pronto para partirmos. Havia muito nozinho ainda a atar.” (MOTTA, 2003, v.14, p.39).

Noutra perspectiva, o general Werner, anteriormente mencionado, demonstra que os fatos já relatados (comício da Central do Brasil, rebelião dos marinheiros e reunião no

95

O general-de-divisão Geraldo de Araújo Ferreira Braga era major em 1964 e servia na 2ª Seção do EME. Chefiou a Agência Central do Serviço Nacional de Informação (SNI). Ibidem, v.2 p.98.

96

O general-de-divisão Octávio Pereira da Costa era tenente-coronel em 1964 e instrutor da ECEME. MOTTA, A. (2003), op cit, v.2 p.55-58.

Automóvel Clube) foram a gota d'água para a passagem do sentimento anticomunista à atitude golpista, da ideia ao fato. Para esse general, a liderança e iniciativa de Mourão Filho foram cruciais para a transição entre esses dois estágios.

Tenho a impressão de que um dos líderes teria de ser o General Mourão, porque teve a coragem de desencadeá-la, talvez tenha até se antecipado, com o apoio do General Carlos Guedes, que com ele servia no Estado de Minas Gerais. Alias, naquela altura já existia a ideia de começá-la, mas seria uns dias depois, porque haveria possibilidade de obter a unanimidade imediata e não uma unanimidade conseguida lentamente.<sup>97</sup>

A participação de Mourão na concretização do golpe foi considerada crucial e sua liderança e coragem foram reconhecidas por muitos outros militares. O general Carlos de Meira Mattos,<sup>98</sup> estudioso do movimento e geopolítico ao lado do general Golbery do Couto e Silva, baseou o golpe civil-militar de 1964 numa defesa contra a revolução socialista que estaria prestes a acontecer no Brasil, visando à implantação de um regime marxista. Nesta motivação o general Mourão Filho resolveu partir com o movimento, mesmo sem coordenação com outros conspiradores. Mas como todos os oficiais conspiradores estariam preparados, apenas procurando uma data para o sucesso do movimento, a adesão foi positiva. Meira Mattos justifica a atitude de Mourão Filho afirmando que com a reunião do dia 30 de março, no Automóvel Clube, Mourão teria entendido ter chegado a hora de revoltar-se contra o governo de João Goulart. Nos termos de Meira Mattos, Mourão teria, então, saído por conta própria numa grande correria. Embora tal ação de derrubada do Presidente constituísse um ato inconstitucional, para o general Mattos os conspiradores, incluindo Castelo Branco, Mourão Filho e outros, convenceram-se que seguir o caminho da legalidade e obediência ao governo vinha conduzindo ao comunismo, cabendo-lhes sair da legalidade em nome da salvação nacional.<sup>99</sup>

Outro militar que reconheceu Mourão Filho como desencadeador do golpe, por ter lançado as tropas em direção ao Rio de Janeiro, foi o general César Montagna de Souza.<sup>100</sup> Este militar também participou de ações ligadas ao golpe, quando comandou a tomada do QG da Artilharia de Costa, no Rio de Janeiro, em 1964.

---

<sup>97</sup> MOTTA, A. (2003), op cit, v.1, p.62.

<sup>98</sup> Em 1964 era coronel e comandava o 16º BC, Cuiabá-MT. Com formação nas áreas de História e Geografia, sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Foi considerado um dos geopolíticos. BORGES (2010), op. cit., p. 25.

<sup>99</sup> MOTTA, A. (2003), op cit, v.1, p.223-225.

<sup>100</sup> O general César Montagna de Souza era coronel e servia na Diretoria de Artilharia de Costa e Antiaérea em 1964. MOTTA, A. (2003), op cit, v.3 p.43.

Outra menção a Mourão vem do coronel José Maria Covas Pereira, que participou do grupo do general Jayme Portela no Rio de Janeiro nas conspirações. Para ele, Mourão Filho foi revolucionário desde os preparativos da revolução. Mourão Filho, junto com os generais Castelo Branco, Costa e Silva, Guedes e o marechal Odylio Denys, teria sido muito importante para o movimento na sua percepção.<sup>101</sup>

Mesmo entre os que julgam positivamente a atitude de Mourão há aqueles que a consideram intempestiva, mas que sua intempestividade teria sido a grande responsável por retirar o Exército da inércia, uma vez que o general Castelo Branco, apesar de ser considerado um forte conspirador, não se movia.<sup>102</sup>

Na avaliação de outros, o episódio pelo qual Mourão tornou-se conhecido não deve ser encarado apenas como uma atitude intempestiva. Na realidade, a atitude de conduzir a tropa para o Rio de Janeiro teria sido o ponto culminante de um processo de maturação de uma ideia que vinha se desenvolvendo há muito tempo e que passa pelo seu empenho em transmitir para os subordinados o espírito da Guerra Revolucionária.

Quando terminou em 1961 o curso da ECEME, o general José Antônio Barbosa de Moraes foi servir na 4ª RM/4ª DI, Juiz de Fora, e recorda que foram ministrados os estudos sobre Guerra Revolucionária. Mais tarde, em 1963, chega o general Mourão Filho que de imediato começou a percorrer os quartéis subordinados, intensificando as pregações contra a Guerra Revolucionária. Como Mourão Filho não possuía curso na ESG e foi preterido na promoção a general pelas acusações do plano Cohen, em 1937, esbarrava na falta de prestígio entre muitos oficiais da época. O general Barbosa acredita que o governo não deu importância ao trabalho conspiratório que Mourão estava fazendo. Em relação à possibilidade dele ter precipitado, Barbosa, que servia no Estado-Maior da 4ª RM, como Chefe 3ª Seção, seção de planejamento operacional e de emprego de tropa, afirma também que Mourão não se precipitou porque não conhecia qualquer hora pré-determinada. Portanto, eles não sabiam de nada.<sup>103</sup>

101

O coronel José Maria Covas Pereira serviu em 1964 na ECEME e no EME. Fazia parte do grupo conspiratório do general Jayme Portela, que se reunia no Rio de Janeiro. MOTTA, A. (2003), op cit, v.3 p.163.

102

Ibidem, v.2, p.155.

103

O general-de-brigada José Antônio Barbosa de Moraes servia na 4ª RM/4ª DI em 1964 como major no Estado-Maior de Mourão Filho. MOTTA, A. (2003), op cit, v.2 p.109.

Impressionava-me sua coragem. Fiquei com a sensação de que ele seria imediatamente exonerado do comando; no entanto, esta conversa repetiu-se em todas as unidades da 4ª DI, e ele continuou a frente da GU, talvez porque tivesse a fama de “boquirroto” ou fosse um oficial-general sem prestígio no Exército. Os outros generais não tomavam muito conhecimento dele, e esta pode ser a razão pela qual o governo não tenha se preocupado. MOTTA, A. (2003), v.2, p.196.

O general Barbosa restringe à Minas, especialmente a Juiz de Fora, a liderança incontestável do movimento. Quando o golpe acontece de forma inesperada, Mourão torna-se líder a frente de Guedes e Magalhães Pinto. Entendemos que, para um movimento marcado para abril de 1964 ou até mesmo sem data, a liderança de Mourão foi essencial para a arrancada.

Mourão, como já descrito, buscou tão logo recebeu o comando da 4ª RM/4ª DI, instruir seus subordinados a respeito de Guerra Revolucionária. O coronel Amaury Friese Cardoso era capitão e comandava a 4ª Companhia Leve de Manutenção, em Juiz de Fora, e na primeira visita de Mourão à unidade recebeu a incumbência de ministrar sobre o tema. A influência ideológica foi assimilada e o assunto escolhido foi “Regimes Políticos Contemporâneos – Processo Revolucionário”.<sup>104</sup> Na área da 4ª RM/4ª DI até então não se falavam em revolução ou golpe. O assunto que será mais bem detalhado no Capítulo III, mas vale destacar que Mourão, ao assumir o comando em agosto de 1963, chegou pregando a revolução. Por isso, militares como o coronel Amaury, que serviam com Mourão, viram-no a liderança do movimento armado, o pioneirismo. “O Mourão não foi oportunista, foi um homem de convicções.” MOTTA, R. (2002), v.10, p.347.

Quem se referiu a Mourão com a liberdade de ter servido com ele por um ano e meio foi o general Ramão Menna Barreto. Assistiu ao início do trabalho conspiratório de Mourão que se deu na 3ª DI, em janeiro de 1962. Ao mesmo tempo em que a Divisão recebia material sobre Guerra Revolucionária a ser difundido, o general Mourão começou a buscar apoio para a causa anticomunista. Menna Barreto revelou que Mourão foi removido de São Paulo para Minas Gerais porque continuou a bater muito forte. Um detalhe importante revelado por Menna Barreto foi relacionado ao início da “revolução”, que se deu em Belo Horizonte pelo general Guedes, mas Mourão não fraquejou e se movimentou, constituindo a vanguarda do movimento.<sup>105</sup>

O general Rubens Bayma Denys destacou que vários militares participaram das conspirações. Porém, poucos se envolveram diretamente da deflagração do movimento

---

104

MOTTA, A. (2003), op cit, v.10, p.338.

105

Ibidem, p.138-142.

armado, sendo que as primeiras adesões tinham muitas incertezas. Na opinião do general Denys, um dos principais líderes foi o seu pai, o marechal Odílio Denys, o qual deu início às conspirações. O marechal se ligava com líderes em diversos lugares do Brasil enviando emissários de sua confiança. No início, em 1963, o maior aliado foi o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, o qual decidiu não sair na frente, mais apoiar o estado que resolvesse dar a partida. Segundo o general Bayma Denys, a participação do seu pai, marechal Denys, embora afastado do serviço ativo, comprova-se em Juiz de Fora, no dia 28 de março de 1964, numa reunião na qual ajudou o general Mourão Filho a convencer o Governador Magalhães Pinto a apoiar a deflagração do movimento. Destaca ainda que se a conspiração em Minas não se efetivasse de verdade ou houvesse uma demora em partir, Mourão Filho poderia ser preso. Para o general Bayna Denys coube ao general Mourão Filho o papel de comandante das tropas da 4ª RM/4ª DI.<sup>106</sup>

A influência do Governador Magalhães Pinto, quando Mourão chegou à Minas, foi destacada pelo coronel Luís de Alencar Araripe. Mourão foi sondado pelo Governador a fim de que pudesse comanda as tropas mineiras numa revolução que já estaria sendo planejada.<sup>107</sup>

Muitos não entenderam a saída de Mourão. Mas como o ambiente nacional não era bom e se esperava um golpe da esquerda, a situação foi bem aceita. A falta de comunicação deixou as coisas pouco compreensíveis.<sup>108</sup> A opinião que prevalece sobre Mourão é no sentido que ele foi intempestivo, a sua atuação foi precipitada, mas plenamente justificada tendo em vista o último acontecimento por parte do Presidente, que foi a reunião com os sargentos no Automóvel Clube.

Para os militares, havia chegado o momento de intervir e a decisão de Mourão Filho foi determinante. Os momentos que antecederam ao golpe foram escritos no diário do general Mourão Filho, que foi utilizado pela historiografia como fonte genuína para a compreensão do período e tem sua importância dilatada devido à carência de relatos entre os militares sobre o momento. As articulações de Mourão serão mais bem detalhadas nos próximos capítulos. Mas vale adiantar que sua participação como conspirador na reta final da preparação do golpe foi

106

O general-de-exército Rubens Bayma Denys, que em 1964 era capitão e servia na ECEME. De 1985 a 1990 foi Ministro-Chefe do Gabinete Militar do Governo Jose Sarney e em 1993, Ministro dos Transportes do Governo Itamar Franco. É filho do marechal Odílio Denys, Ministro da Guerra em 1960, no Governo de Juscelino Kubsticheck. MOTTA, A. (2003), op cit, v.1, p.163.

107

O coronel Luís de Alencar Araripe desempenhou, nos anos de 1960, as funções de redator da Revista *Military Review*, em Fort Leavenworth, Kansas, EUA, instrutor da Escola de Guerra Naval e serviu no Conselho de Segurança Nacional e Gabinete do Presidente Costa e Silva. MOTTA, A. (2003), op cit, v.2, p.223.

108

Ibidem, v.1, p.108.

notada por vários oficiais que foram entrevistados no projeto “1964 – 31 de março – O Movimento Revolucionário e sua História”. Alguns oficiais que serviam em setores de elite como ECEME e Conselho de Segurança Nacional foram categóricos quanto à iniciativa e bravura de Mourão.

Com base na literatura e nas proposições dos próprios militares entendemos que a decisão final do golpe não foi feita em cima de dúvidas ou de uma oportunidade momentânea, mas foi o resultado de uma conspiração conservadora e anticomunista. O anticomunismo ganhou força nos anos 1950 com a fundação da ESG e sua Doutrina de Segurança Nacional. No contexto da Guerra Fria, ações comunistas de países aliados à antiga União das Repúblicas Socialistas Soviética eram temidas pelos países ligados ao bloco capitalista. Um dos maiores temores era de ações terroristas para ganhar espaço para o comunismo.

No Brasil, os militares não entraram no poder a partir de 1964. A História tem demonstrado que em todos os momentos de crise institucional as Forças Armadas foram atores políticos atuantes. E em 1964 esperava-se o mesmo comportamento moderador que havia marcado as intervenções militares anteriores, ou seja, a intervenção política seguida do restabelecimento da ordem institucional e a devolução do poder aos civis. Mas na década de 1950 ganha força a Doutrina de Segurança Nacional, teorizada na ESG, que fornece um conteúdo doutrinário e ideológico para conquista e manutenção do poder a partir de 1964.

A análise das razões dos próprios militares para suas ações em 1964 fundamentava-se na constante politização dos militares que os levasse a intervir para preservação dos interesses nacionais, ou seja, arbitrar as crises políticas em nome da ordem interna. Foi isso que aconteceu em 1964, quando estas questões vieram a legitimar o golpe civil-militar em nome de uma reorganização político-social, que afastaria o medo do comunismo, detendo seu crescimento.

A perda em 1961 deixou os militares de olhos abertos, não desejando jogar para perder outra vez. E mesmo que este poder político fosse conseguido em definitivo em forma de um golpe era necessária uma acumulação de forças para dar a este grupo condições de legitimar internamente, através de uma coesão, e via sociedade, que poderia clamar pela intervenção militar.

A criação do IPES e a difusão da doutrina de Segurança Nacional e da Guerra Revolucionária eram táticas de acumulação de poder. Para Barrington Moore Jr, a necessidade de conduzir ações para determinados objetivos demanda a concentração de poder. No caso de 1964, o desenvolvimento de novas atividades conspiratórias exigia a organização de um “poder único”, tanto para a tomada de decisão quanto para o emprego da força. Tudo

então foi articulado pelo grupo IPES/ESG. O processo de acumulação de poder e forças passa pela necessidade de comprometimento de todos os subordinados aos objetivos centrais do grupo<sup>109</sup>, o que foi alcançado pelo doutrinação empreendido por militares como Mourão Filho.

Uma questão para melhor análise é o caráter civil do golpe. Nos últimos anos tem se admitido o termo civil-militar para caracterizar o golpe, o que parece um pouco contraditório por conta da exclusiva participação militar quando da deflagração do mesmo. Mas cabe considerar que os militares atuaram num terreno preparado não só por eles, mas pelas entidades de classe, elite nacional, empresários, católicos e a classe média. Estes atuaram fortemente na consolidação da propaganda anticomunista e antiGoulart. O intenso trabalho conspiratório do complexo IPES/IBAD, com financiamento de campanhas não pode ser desprezado. O caráter conspiratório e preventivo da direita, a polarização entre direita e esquerda e o jogo democrático são causas que apontam a presença dos militares, bem como dos civis de forma ativa. Por isso, admitimos no presente trabalho o caráter civil-militar do golpe, mesmo os militares atuando sozinhos no momento final.

Mesmo ainda carecendo de mais estudos sobre o nível de planejamento e a forma em que foi inserido neste jogo conspiratório, a participação do general Olympio Mourão Filho no doutrinação, na conspiração golpista, no comando do deslocamento armado, foi determinante da deflagração do golpe no dia 31 de março de 1964.

---

109

MOORE JR, Barrington. Poder Político e Teoria Social: sete estudos. São Paulo. Editora Cultrix. 1972, p.13 e 26.

## **CAPÍTULO II – O General Olympio Mourão Filho**

O general Olímpio Mourão Filho tem seu nome na História recente do Brasil pelo seu papel, tido como fundamental para o desencadeamento do golpe civil-militar de 1964. Ainda jovem já participou de campanhas repressivas, conquistando consciência política que mais tarde o impulsionaria a participar dos acontecimentos do início da década de 1960. Um militar anticomunista e tradicionalista, com forte personalidade, teve sua carreira marcada pelo episódio plano Cohen, o que lhe quase custou o generalato. Não cursou a Escola Superior de Guerra, estabelecimento com doutrina modernizante e anticomunista, ficando por vezes isolado de militares influentes e dos grupos que tinham poder de decisão. Com essas características é que Mourão Filho chega em 1964, conduzindo as tropas mineiras contra o governo de João Goulart.

Neste capítulo, acompanharemos a trajetória de Mourão Filho entre as décadas de 1930 e 1950, no intuito de observar elementos que subsidiem nossa percepção de que o anticomunismo, aqui compreendido como fator primordial para o desencadeamento do golpe, se desenvolve bem antes de 1964 e está impresso desde cedo da figura do general Mourão.

### **2.1 – O início**

Olympio Mourão Filho<sup>110</sup> participou da sua primeira atividade militar de cunho político em 1924, quando o 14º Batalhão de Caçadores foi deslocado para atuar em São Paulo na repressão ao movimento tenentista contra o Presidente da República Artur Bernardes.<sup>111</sup> Em São Paulo, os revoltosos ocuparam a capital paulista por três semanas, em seguida se deslocaram para o interior. Nos assentamentos do 1º tenente Mourão Filho é evidente o elogio de seu comandante, tenente-coronel Alfredo da Fonseca, por sua participação legalista.<sup>112</sup> Mourão se portou neste acontecimento com alto grau de lealdade. Este episódio não se configurou como um combate convencional, mas consistia no primeiro confronto com caráter político de que participava. Provavelmente Mourão Filho ainda não tivesse noção do

---

110

Mineiro de Diamantina, onde nasceu em 9 de maio 1900, ingressou no Exército em 1918, na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Após quatro anos, em 1921, concluiu o curso de formação de oficiais como aspirante-a-oficial da arma de infantaria. No período de 1921 a 1926 serviu no 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte e no 14º Batalhão de Caçadores, em Florianópolis.

111

Olímpio Mourão Filho. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2001, 2ª edição.

112

Arquivo OMF. 26 de setembro de 1924.

significado do fato, demonstrando que o modelo republicano brasileiro na década de 1920, sobretudo após 1922, estava se modificando. Mais tarde, em outubro de 1930, Mourão Filho iria entender melhor os fatos. Nesta ocasião eclodiu no Rio de Janeiro a conspiração que ajudou a derrubar o Presidente Washington Luís. Sua atuação muito agradou aos setores do Exército, recebendo elogio do seu comandante, onde se notam as expressões “descortino e ponderação” para ilustrar a ação de Mourão.<sup>113</sup>

Mourão Filho tem sua formação militar complementar como aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro, em 1926, e aluno da Escola de Estado-Maior de 1928 a 1930.<sup>114</sup> No início do século XX, o Exército Brasileiro entra em uma nova fase de doutrinação, na qual passaram a serem ministrados regularmente aos oficiais, ensinamentos estratégicos, táticos e logísticos indispensáveis ao preparo e ao emprego da tropa. Esta nova doutrina nasce na EEM, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Visando ascensão na carreira militar, oficiais no posto de capitão deveriam cursar a EEM.

Mourão Filho cursava o último ano da EEM, quando se alinhou à Aliança Liberal, participando da Revolução de 1930. Nesse momento, é provável que o Mourão já fosse outro oficial, muito diferente daquele de 1924, já tendo plena condição de discernir o seu significado. Na Revolução de 1930, ele participa intensamente de um movimento que revira totalmente o jogo político e muda a conjuntura nacional, promovendo uma reorganização do poder político. É possível que em 1930, Mourão já tivesse assumido seu lado político, que viria a se intensificar nas décadas seguintes. Nesse jogo Mourão viu que saíra ganhando, principalmente na sua aproximação com o novo governo e Getúlio Vargas.<sup>115</sup>

Mourão participa da revolução ao lado da Aliança Liberal atuando mais intensamente em Minas Gerais. Sua missão foi promover o fim das hostilidades que ali existiam, uma vez que Olegário Maciel apoiava o movimento, publicando inclusive no órgão oficial, o Minas Gerais, um clamor em favor dos revolucionários.<sup>116</sup> O Partido Republicano Progressista, de Minas Gerais estava compondo a Aliança Liberal. Mas não existia unanimidade porque outros setores apoiaram a candidatura de Júlio Prestes. Mourão Filho fica encarregado de informar Olegário Maciel, presidente de Minas Gerais, da transferência do poder a Getúlio Vargas.<sup>117</sup> Ao mesmo tempo, interfere na oposição ao movimento e garante a vitória local dos

---

113 Arquivo OMF. Relatório da Operação em Minas Gerais – Revolução de 1930, publicado no boletim regimental nº 222, de 26 de setembro de 1924, do 14º BC.

114 Arquivo OMF. Escola de Estado Maior. 28 de abril de 1928.

115 Arquivo OMF. Boletim regimental nº 04, de 7 de janeiro de 1931.

116 OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Revolução de 1930. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2001, 2ª edição.

revolucionários. O general João de Deus Menna Barreto<sup>118</sup> enviou Mourão Filho a Minas Gerais a fim de que as resistências contra o novo governo acabassem. Em janeiro de 1931 o novo Ministro da Guerra do governo provisório de Vargas, general José Fernandes Leite de Castro, solicita que o seu comandante publique elogio do general Menna Barreto que o louva por sua participação intensa na Revolução, dando destaque a sua ida a Minas Gerais.<sup>119</sup> Na referência elogiosa que recebe fica evidente que sua participação na revolução evitou o derramamento de sangue numa missão muito arriscada, que significava o início do rompimento com o modelo republicano vigente.

Um relatório do general Menna Barreto ao Ministro da Guerra informa os detalhes da operação em Minas que teria garantido o sucesso da Revolução de 1930. Nessa operação mineira começa a se destacar a personalidade rude de Mourão. Quando foi enviado, nota-se que o tenente Mourão utilizou de sua personalidade impulsiva para sufocar a resistência dos que não aceitavam a revolução. Os resistentes cortaram as comunicações telegráficas, isolando parte do estado das decisões tomadas no Rio de Janeiro. O relatório traz as expressões “missão arriscada e espinhosa” para ilustrar a ação de Mourão em Minas Gerais.<sup>120</sup> Ainda de acordo com o documento, a ida de Mourão a Minas foi para evitar maior derramamento de sangue e cessar as hostilidades. O racha mineiro, motivado também pelo lançamento da candidatura do Rio Grande do Sul na disputa presidencial, representando uma ruptura com a acomodação, gerou resistências em localidades mineiras.<sup>121</sup> Os últimos redutos legalistas de Minas foram Juiz de Fora e Três Corações, que acabaram caindo no final do mês de outubro. A divisão existente, sobretudo no estado, que praticamente abre caminho e as negociações para compor a Aliança Liberal para disputa das eleições de 1930, não seria facilmente eliminada. Daí a participação decisiva das tropas comandadas por Mourão.

Com as coisas se acalmando pós-revolução de 1930, Mourão foi promovido a capitão em agosto de 1931. Por ter concluído o curso de Estado Maior, foi designado para estágio no

---

<sup>117</sup> Olímpio Mourão Filho. DHBB. op cit.

<sup>118</sup> A Junta governativa que governou entre a deposição do Presidente Washington Luís e ascensão de Getúlio Vargas foi composta pelos generais Augusto Tasso Fragoso, José Isaías de Noronha e João de Deus Menna Barreto.

<sup>119</sup> Arquivo OMF. Boletim regimental nº 004, de 7 de janeiro de 1931.

<sup>120</sup> Arquivo OMF. Relatório da Operação em Minas Gerais – Revolução de 1930. 26 de setembro de 1924.

<sup>121</sup> FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: historiografia e história. Editora Brasiliense, São Paulo, 1972.

Estado Maior da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro,<sup>122</sup> e na 2ª Região Militar, em São Paulo.<sup>123</sup>

Esses impulsos advindos da Revolução de 1930 fizeram que participasse da repressão, em 1932, a outro grande momento marcante, o Movimento Constitucionalista, promovido em São Paulo contra Vargas. Por ter participado dos dois últimos episódios políticos com grande repercussão nacional, em 1930 e 1932, podemos identificar em Mourão grande aproximação do poder central.<sup>124</sup> A participação no combate ao movimento de 1932, comandando parte das tropas que se dirigiram, em 19 de julho, para o Vale do Paraíba (SP), rendeu a Mourão novos elogios por parte do Ministro da Guerra do governo provisório, como veremos adiante.

Neste momento político vivido em 1932 podemos identificar profunda ligação com a Revolução de 1930, onde as velhas oligarquias de São Paulo temiam o novo governo que viria a dividir com eles o espaço político. Ainda não existia ameaça comunista como aconteceu em 1935 e 1937, mas uma tentativa dos conservadores em reativar a configuração dos anos anteriores. O governo provisório busca se consolidar e não aceita a oposição paulista, determinando ao Exército que extinguisse as resistências paulistas. A atuação de Mourão contra o movimento foi tida pelo Ministro da Guerra como demonstração de disciplina e patriotismo pela causa que defende. Essa causa nada mais é que lutar em nome dos vitoriosos de 1930, o que Mourão já havia feito antes da vitória de outubro. Tudo isso é entendido como ruptura de Mourão Filho com o modelo republicano vigente até à revolução. Estar ao lado do novo governo poderia significar ser legalista e conseguir avanços na carreira militar e política, muito comum aos militares neste período, os quais acumulavam outros cargos na área política e administrativa.

Com efeito, como reconhecimento por sua atuação no movimento de 1930, mais tarde Mourão passa a integrar a Estrada de Ferro Central do Brasil,<sup>125</sup> como comissário de redes entre os Ministérios da Guerra e da Viação, função que exerceria até 1936.<sup>126</sup> Nesta função, que tinha mais características civis e políticas do que militares, Mourão tem possibilidade de aproximação com outros setores sociais, sobretudo ligados à área de infraestrutura e transporte.

---

122 Arquivo OMF. 1º de abril de 1931.

123 Arquivo OMF. 6 de abril de 1931, transcrito do Boletim regimental de 16 de março de 1931.

124 Olímpio Mourão Filho. DHBB. op cit.

125 Arquivo OMF. Aviso nº 35, de 19 de abril de 1933.

126 Arquivo OMF. Ministério da Guerra. Ficha de Informações. Documento ABR-95-B.

A Comissão de Redes era orgânica do Ministério da Viação, o qual cuidava da malha rodoviária e ferroviária. Integrar tal comissão significa sair das atividades rotineiras da caserna e aproximar-se mais de pessoas com maior peso político que o próprio comandante da unidade militar em que servia. Aqui teve a oportunidade de se relacionar com outros comissários, dentre eles engenheiros e políticos locais das cidades que inspecionava. Sua primeira atividade foi inspecionar a Rede Sul Mineira.<sup>127</sup> A oportunidade foi intensa na vida do capitão Mourão Filho, que permaneceu até 1936 na comissão. Viajou para os estados por onde passava a rede da Estrada de Ferro Central do Brasil. Fica evidenciado em seus assentamentos o reconhecimento pelo Ministro da Guerra por seu trabalho de inspeção e articulação com as autoridades. Mais tarde o Estado Maior do Exército reconhece o trabalho do capitão Mourão Filho durante seu período na EFCB, conferindo-lhe um elogio particular.<sup>128</sup>

Cabe destacar que todas as atividades que Mourão Filho desempenhou até 1936 tiveram reconhecimento pelos seus comandantes. A primeira missão de maior importância que participa foi em 1924, seguida pela revolução em 1930, revolta de 1932 e a participação na EFCB até 1936. O grau de satisfação despertado por Mourão em seus chefes foi visível nas diversas referências elogiosas que recebeu. No meio militar os elogios são muito comuns. Porém no caso específico de Mourão nota-se que ainda tenente e capitão recebeu elogios direto do Ministro da Guerra por ocasião de sua participação pela Aliança Liberal, em 1930, e em 1932, quando agiu contra a revolta paulista.

## **2.2 – Plano Cohen**

Em 1932, Mourão ingressou na recém-fundada Ação Integralista Brasileira,<sup>129</sup> motivado pela infiltração comunista no Exército, fato que teria constatado ao servir em Florianópolis. Nota-se desde cedo sua adesão ao anticomunismo. A AIB realizou intensa campanha a partir de dezembro de 1933, quando o integralismo já começava a alcançar projeção nacional, visando ampla atuação contra o comunismo. Mourão foi integrante do grupo de propaganda da organização, enquanto essa crescia fortemente no Sul do Brasil. Em

---

<sup>127</sup> Arquivo OMF. EME. 30 de junho de 1933.

<sup>128</sup> Arquivo OMF. EME. 30 de maio de 1937.

<sup>129</sup> A Ação Integralista Brasileira (AIB) fundada em 7 outubro de 1932 pelo escritor Plínio Salgado de inspiração fascista e de extrema direita. Manifesto de Outubro de 1932. In: “A Ofensiva”, 28 janeiro 1936, p.2-3.

Santa Catarina, dos 43 municípios que o estado possuía na época, 39 já tinham núcleos da AIB.<sup>130</sup>

Antes de detalhar a participação de Mourão Filho dentro da AIB devemos entender um pouco melhor sobre o integralismo. A AIB nasce numa época que se observou conflitos oligárquicos, levantes militares, oscilações entre projetos autoritários e liberais, movimentos radicais e insurreição à direita e à esquerda.<sup>131</sup> Neste cenário de mudanças, o integralismo levanta bandeira do nacionalismo e anticomunismo, sendo que este último foi o principal fator de adesão ao integralismo.<sup>132</sup> Em fevereiro de 1934, no I Congresso Integralista, realizado em Vitória – ES, ficou estabelecida a organização interna da AIB. O capitão Mourão Filho foi designado para compor o departamento nacional de milícia, como subchefe. Mourão Filho, oficial de Estado-Maior, teve muito a oferecer na montagem deste dispositivo paramilitar, instruindo seus liderados sobre estratégias militares.<sup>133</sup> A expansão da AIB através da educação integral<sup>134</sup>, como se nota analisando a obra “O Estrangeiro”.<sup>135</sup> Mourão Filho e Gustavo Barroso, comandante nacional da milícia, foram designados para organizar e implantar as novas estruturas paramilitares.<sup>136</sup> Os Integralistas eram anticomunistas e o enraizamento de Mourão na AIB serviu para radicalizar sua posição política e ideológica. Deve-se considerar que o integralismo de que Mourão é membro surge no contexto de incertezas que se seguiu à Revolução de 1930.

Partindo para o campo das ideias, Mourão Filho publicou, em 1935, a obra “Do Liberalismo ao Integralismo”, na qual defendeu a substituição da liberal-democracia, que para ele era um sistema absolutamente falido, pelo que denominava de “democracia integral”.<sup>137</sup>

<sup>130</sup> KUEHNE, João. O integralismo nazi-fascista em Santa Catarina. In: RIBAS, Antônio de Lara; KUEHNE, João. O punhal nazista no coração do Brasil. DOPSSC. Florianópolis, 1943, p. 128.

<sup>131</sup> MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. AIB: Um Movimento Fascista no Brasil - 1932-1938. in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Organizadores. O Brasil Republicano – O Tempo do Nacional Estatismo do Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003, pág.

<sup>132</sup> TRINDADE, Héliogio. Integralismo, o Fascismo brasileiro na década de 1930. São Paulo: Difel, 1974, p. 39.

<sup>133</sup> KELLER, Vilma. Anos de Incerteza (1930-1937). Ação Integralista Brasileira. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2001, 2ª edição.

<sup>134</sup> CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.48-49.

<sup>135</sup> SALGADO, Plínio. O estrangeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1936.

<sup>136</sup> Regulamento Provisório para a Instrução da Milícia Integralista. Monitor Integralista, ano II, n. 7, p. 5, set. 1934. In: SIMÕES, Renata Duarte; GOELLNER, Silvana Vilodre. Motriz. Rio Claro, v.18, abr./jun. 2012, p.328-329.

<sup>137</sup> FILHO, Olympio Mourão. Do liberalismo ao Integralismo. Schmidt-Editor. Rio de Janeiro, 1935, p. 181.

Mourão ainda defendeu a substituição da ordem econômica liberal, que em sua opinião ficava alheia às regras da moral e geradora de injustiças sociais, por uma ordem econômica sujeita à moral e promotora da autêntica justiça social.<sup>138</sup> Em julho desse ano passou a integrar a Câmara dos Quatrocentos, que congregava as personalidades integralistas de diversas partes do Brasil.<sup>139</sup>

Mas o principal acontecimento que iria marcar a carreira militar e política de Mourão Filho aconteceu em 1937. Neste ano ele foi transferido novamente para o Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, vindo de Florianópolis, onde teve contato muito próximo com muitos militantes do Integralismo, sendo subchefe das milícias e chefe do serviço secreto da AIB. Elaborou então estudo anticomunista que ficou conhecido como Plano Cohen.<sup>140</sup> Sobre a elaboração do referido plano entendo que o governo de Getúlio Vargas tivesse encomendado aos integralistas tal plano para justificar o golpe que deu em outubro de 1937, baseado na entrevista do general Eurico Gaspar Dutra.<sup>141</sup>

Antes de detalharmos melhor o plano, devemos considerar o contexto político de 1937. Vivia-se um período de muitas incertezas. Em 22 de setembro daquele ano foi comemorado de forma antecipada o segundo ano da revolta comunista de 1935. Nesta oportunidade, o general Góes Monteiro, chefe do EME, emite comunicado desmentindo os rumores em torno da possibilidade de instalação de uma ditadura militar no país.<sup>142</sup> Não se tratava de ameaça de golpe ou ditadura por parte dos militares, mas de alerta do governo no sentido que se sentia ameaçado no mesmo período em que os integralistas manifestavam-se contra os comunistas. Muitas destas manifestações acabaram em sérios conflitos. Para piorar o quadro, muitos boatos sobre golpes iam se sucedendo. Até mesmo telegramas com denúncias de planos de golpe contra Vargas foram enviados ao governo.<sup>143</sup> Mais tarde, precisamente em 30 de setembro, os jornais publicavam parte de um plano de ação comunista, também divulgado na Hora do Brasil, cuja ação era atribuída ao Komintern.<sup>144</sup> No dia

---

138 FILHO, Mourão (1935), op cit, p. 76.

139 TRINDADE, op cit, p. 175.

140 MEZZARROBA, Orides. Plano Cohen: a consolidação do anticomunismo no Brasil. UFSC. Revista Sequência, Ed. 24. Set 1992, p.94.

141 SILVA, Hélio. 1937 – Todos os Golpes se Parecem. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1970, p. 391.

142 Ibidem, p.375.

143 VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as Insurreições do Novembro de 1935. in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Organizadores. O Brasil Republicano - O Tempo do Nacional Estatismo do Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003, pág. 87.

144 TAVARES, José Nilo. Conciliação e radicalização política no Brasil. Editora Vozes. Petrópolis, 1982.

seguinte, 1º de outubro, o governo envia ao Congresso Nacional pedido de decretação de estado de guerra. Na exposição de motivos feita pelo Ministro da Justiça José Carlos de Macedo Soares ao Presidente Vargas constava afirmações dos Ministros da Guerra e da Marinha sobre ameaças comunistas bastantes convincentes, sobretudo a partir de 1935. O Ministro citou ainda o plano de ação comunista desvendado pelo EME. Na tarde de 1º de outubro começam os debates da Câmara sobre a decretação ou não do estado de guerra e depois no Senado. Cabe ressaltar que o estado de guerra é aprovado sem que os parlamentares tivessem acesso ao suposto documento comunista apreendido pelo EME. Parece-nos razoável dizer que o Congresso fez isto porque teria as Forças Armadas como fiadoras da execução honesta do estado de guerra decretado<sup>145</sup> e não seriam capazes de trair a Constituição nacional.<sup>146</sup>

Um clima comunista teria sido criado artificialmente no Brasil antes da divulgação do plano, de acordo com a defesa de Mourão Filho, o qual foi acusado de ter redigido o plano em favor do governo. Para endossar sua defesa, Mourão insistiu nesta tese, sobretudo se valendo da situação instaurada no Brasil após a Intentona Comunista de 1935.<sup>147</sup> A influência externa na redação do plano foi decisiva. Os Protocolos dos Sábios de Sião, obra sobre ameaça bolchevista contra judeus, também foi de grande utilidade nas ideias do documento.<sup>148</sup> Como Mourão Filho era o chefe do estado maior das milícias Integralistas e capitão do Exército com curso de Estado Maior, teria grandes condições de redigir o plano.<sup>149</sup> Fica evidente a relação do plano Cohen com o anticomunismo e o antisemitismo no Brasil na década de 1930. A trama do documento previa terrorismo, com explosões de bombas. Para Rodrigo Patto Sá Motta, a intenção foi associar o movimento comunista brasileiro ao judaísmo internacional, utilizando inclusive o nome de Bela Kuhn. A incidência de expressões verbais repetidas serviria para enfatizar e fixar as ideias no imaginário popular, utilizando para isso o ensinamento de Hitler, que pregava que o segredo de uma ideia consistia em utilizar coisas simples, porém de forma repetida e massificada.<sup>150</sup> O documento produzido por Mourão não constituiu em material simplório ou sem cuidados na elaboração, destinados apenas para uso interno. Mas foi na verdade um plano com bastantes elementos fundamentados em estudos

145

SILVA, Hélio. Lembrai-vos de 1937. *Tribuna da Imprensa*. 13 Out 1959, p.5.

146

SILVA (1970), op cit, p.383.

147

WIAZOVSKI, Taciana. O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954). Editora Humanitas. São Paulo, 2008, p. 165.

148

Ibidem, p. 44.

149

Ibidem, p. 164.

150

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. *Revista de História*. FFLCH-USP. São Paulo, 1998, p. 100.

complexos e baseados em acontecimentos internacionais, com forte caráter anticomunista, que, como já se sabe, serviu ao estado getulista.

O Plano Cohen foi gestado em conversa com Plínio Salgado, em agosto de 1937, quando Mourão Filho foi incumbido da elaboração do Boletim de Informações nº 4, cujo segundo capítulo deveria conter dados sobre táticas de guerrilha e revolução dos comunistas, os quais pretendiam, supostamente, derrubar o governo de Getúlio Vargas. Tais boletins serviriam para conduzir os membros da AIB na luta ideológica e central. Qualquer movimentação por ocasião da campanha de Plínio à presidência da República poderia ser nociva a esses objetivos.<sup>151</sup>

Mourão declarou que, para tornar o texto mais interessante, resolvera simular um plano de ação, o que daria maior realismo ao tema.<sup>152</sup> Seu escrito inspirou-se num artigo da publicação francesa *Revue des Deux Mondes* que descrevia o processo de tomada do poder pelos comunistas na Hungria, liderados por Bela Kun, após o término da Primeira Guerra Mundial.<sup>153</sup> A intenção de transcrever a tomada de poder na Hungria para o boletim da AIB, tinha por função mostrar como se daria o suposto golpe comunista. Em seguida, foi mostrada com seria a reação da AIB e não do governo de Getúlio. Sobre o nome “Cohen”, Mourão disse que, como outras pessoas foram empregadas na redação do documento na sede da AIB, as mesmas, ao final do escrito, assinaram o nome descrito acima (Bela Kun). Depois, lembrando-se que um dos líderes integralistas se referia a “Kun” como “Cohen”, riscou o sobrenome Kun e escreveu adiante Cohen. Não entendendo a emenda, um dos datilógrafos teria conservado apenas o nome Cohen.<sup>154</sup>

No dia 1º de outubro de 1937, o *Jornal do Commercio* publicou parte do segundo capítulo do plano Cohen:

CAPITULO SEGUNDO – XIV – Deste modo, assim como estudamos no capítulo anterior, deixaremos bem fixados os pontos que se seguem e que não cansamos de repetir.

1) O movimento revolucionário, em hipótese alguma, poderá repetir os erros de 1935, no sentido de que o mesmo em lograr de ser começado ou tentado com a quartelada, tendo em vista arrastaras massas para as ruas em atitude de adesão, pelo contrário, o movimento de quartéis e tropas será o coroamento dos movimentos das massas. Estas, agitadas tecnicamente por vários modos estudados abundantemente do capítulo anterior e que resumiremos adiante, criarão o clima político necessário e suficiente para o pronunciamento militar, levando o ambiente político a um ponto de fusão tal que determina influencias revolucionarias de tamanha amplitude no âmbito

151 CARONE, Edgard. República Nova (1930-1937). Ed. Difel. São Paulo, 1982, 3ª ed.

152 Globo. Rio de Janeiro, 23 abr. 1978.

153 LÖWY, Michael. Do Movimento Operário Independente ao Sindicalismo de Estado (1930-1945). In: Movimento Operário Brasileiro (1900-1979). Editora Vega S/A. Belo Horizonte, 1980. p. 25.

154 MEZZAROBBA, op cit, p.94.

social que, não se torne possível ser solucionado sem o apelo as armas, visto como será impossível as forças armadas permanecerem estanques e fechadas em si mesmas.<sup>155</sup>

Mourão apresenta a Plínio Salgado o documento, o qual não o aprova, alegando que seu conteúdo foi muito além do que precisavam.<sup>156</sup> Diante disso, e julgando que deveriam conter o avanço dos comunistas, Mourão se reúne com o general Álvaro Guilherme Mariante<sup>157</sup>, ministro do STM, o qual aconselha Mourão a levar o texto ao general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, chefe do EME. Mourão resolve não procurar o general Góes por não ser integralista.

Plínio Salgado admite ter tido acesso ao plano divulgado pelo EME, mas disse que nada poderia fazer, uma vez que o Exército seria a única força organizada capaz de combater o comunismo.<sup>158</sup> Baseado em tal plano, em 1º de outubro o presidente Getúlio Vargas pede ao Congresso a decretação do estado de guerra. No entanto, as provas contra os comunistas, que seriam o plano Cohen, não foram mostradas. Assim, com estes argumentos, o governo criou condições para uma aceitação bem rápida do golpe e justificativa para uma nova Constituição. O fato de que os integralistas não desmentiram o plano deixou no ar a crença de que o integralismo teria ajudado a preparar e implantar o Estado Novo. Ninguém ignora que este plano era falso. O general Góes repetidamente fez essa afirmativa depois que o documento por ele endossado produziu seus efeitos.<sup>159</sup>

Uma questão parece-nos não respondida: Mourão sabia ou não da possibilidade do uso político do seu documento? Finalizando este ciclo inicial de ações anticomunistas, logo em seguida ao plano Cohen e ao golpe do Estado Novo, Mourão é tirado da cena política.<sup>160</sup>

Com o plano Cohen e o subsequente golpe do Estado Novo, Mourão Filho retorna à EFCEB como adjunto da comissão militar da rede da EFCEB. Esta função consistia em fiscalizar as malhas ferroviárias ao longo de diversos estados. Isso deixa Mourão fora de cena, uma vez que foi acusado de redigir o documento e afirmou que o general Góes Monteiro fez uso

---

155 O programa comunista para o Brasil: sensacional documento divulgado pelo Ministério da Guerra. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1º de Outubro de 1937.

156 BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Editora FGV-CPDOC-Forense Universitária. Rio de Janeiro 1984.

157 DIÁRIO PESSOAL DO GENERAL OLYMPIO MOURÃO FILHO – escrito entre o período de 1955 e 1970, in SILVA, Hélio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. LP&M Editores, 1978, 6ª edição, p. 69.

158 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 69.

159 SILVA (1970), op cit, p 384.

160 Designado em dezembro de 1937 para compor uma comissão para representar o EME em romaria aos túmulos dos mortos na Intentona Comunista de 1935. Arquivo OMF. 10 de janeiro de 1938.

político do seu estudo integralista, causando grandes mudanças no quadro político, dado o golpe getulista.<sup>161</sup>

Até o início dos anos de 1950 a grande marca da carreira militar e também política de Mourão foi sua participação nos rumos do golpe de estado que se deu em 1937. Com a influência que Mourão tinha dos demais oficiais do EME, da direção da AIB, por ser chefe do serviço de inteligência, teve totais condições de redigir o plano.

Até o ano de 1945, o caso não tinha sido elucidado. Foi quando o general Góes,<sup>162</sup> que endossou o plano, levando-o ao conhecimento do Ministro da Guerra, denuncia a fraude. Porém ele se coloca fora de qualquer participação no plano em 1937. Com isso, Mourão fica como seu autor. Em sua defesa Mourão Filho, já tenente-coronel, continua a afirmar ser o plano uma simulação interna da AIB contra uma possível ameaça comunista. O caso vai parar na Justiça Militar e no Supremo Tribunal Militar.

Em fins de 1955 é publicado o livro “O general Góes depõe”, onde foi contada a versão do general Góes Monteiro sobre o episódio do plano Cohen em 1937. O general Góes declarou que o Senador Aguiinaldo Caiado de Castro, que era oficial do EME em 1937, ao entrar em sua seção, viu o capitão Mourão Filho datilografando um documento. Ao se aproximar verificou se tratar de um plano terrorista. Interpelou Mourão Filho, o qual declarou se tratar de um plano comunista para subversão da ordem. Caiado teria estranhado que tal fato não tivesse chegado ao conhecimento dele, general Góes, que era o chefe do EME. A justificativa de Mourão foi que, sendo ele integralista e inimigo natural dos comunistas, poderiam colocar em dúvida a autenticidade do plano. Caiado teria procurado o general Mariante, que levou o caso ao general Góes, o qual chamou o capitão Mourão Filho.<sup>163</sup> Góes declara no livro que Mourão não só confirmou a existência do plano, como lhe entregou uma cópia, que o próprio Góes entrega ao Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra. Outra informação contida no livro é a recomendação de Góes aos outros chefes militares a fim de que se atentassem e investigassem as denúncias de plano terrorista comunista. Cabe ressaltar no depoimento de Góes que, apesar do plano conter diversos projetos de violência, ele o achou falso, sendo que por diversas vezes teria dado entrada no EME planos com teor semelhante. Apesar de achar fantasioso e falso, mesmo assim deixou cópia do plano com o

---

161 Arquivo OMF. Documento 2060.

162 MEZZARROBA, op. cit., p.95.

163 SILVA (1970), op cit, p 384.

chefe de polícia, capitão Filinto Muller, general Dutra e general Pinto, chefe do Gabinete Militar.<sup>164</sup>

Já haviam se passado 18 anos desde que Mourão Filho havia se silenciado sobre o caso. O ano era 1955 e Mourão estava como coronel. Ele teria ficado tremendamente irritado com a versão apresentada por Góes, prometendo se defender com mais argumentos. Para Mourão era a chance de sua promoção a general-de-brigada, que poderia ter ocorrido ainda em 1953 juntamente com outros membros de sua turma de formação. Nesta oportunidade, foram promovidos Costa e Silva, Castelo Branco, Cordeiro de Farias e Jair Dantas. Ele nunca admitiu ter participado na elaboração dos documentos do plano Cohen em favor do governo getulista, mas sim de estudos internos para a AIB. Mourão passou todo esse tempo alegando ser inocente. Com isso veio o distanciamento de outros oficiais, pelos quais Mourão era mal visto. Seu maior argumento era a impossibilidade de um capitão enganar todo um Estado-Maior, círculo composto apenas por oficiais superiores e generais. Com isso entrou com requerimento ao Conselho de Justificação do Exército pedindo-lhe absolvição das acusações que travavam a sua promoção a general. Lott era agora Ministro da Guerra e declarou não aceitar as acusações contra Mourão.<sup>165</sup> O que pesava contra ele era o fato do general Góes Monteiro ter sido Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e Ministro da Guerra e naquele momento era Ministro do Supremo Tribunal Militar, ou seja, muito mais influente que Mourão Filho. Mourão decide não ir para a reserva e pesquisar na Biblioteca Nacional os jornais da época do episódio do Plano Cohen, pois julgava encontrar neles material para sua defesa. Mourão chegou a guardar uma pasta com tudo que acumulou de reportagens de jornal, mas alegou ter perdido a pasta na casa de um amigo seu, o Dr. Dourado Lopes.

No jornal “A Noite”, de 12 de abril de 1945, Mourão encontra um depoimento de Góes que diz ter recebido na época, em 1937, um documento de um oficial de cujo nome não se lembrou e com autenticidade duvidosa. Góes teria ordenado uma investigação necessária para identificar a autoria e os objetivos. Mourão contestou dizendo que o coronel Leitão de Carvalho, subchefe do EME, teria declarado que tal documento nunca teria entrado no EME. Mas, de qualquer forma, isso revela Góes declarando não saber o autor do documento que, mais tarde, atribui a Mourão. Góes envia o suposto documento comunista para o Ministro da Guerra e aos generais comandantes, a fim de que tomassem conhecimento, investigações e demais atitudes cabíveis. Declarou ter enviado também à Polícia Civil e a outros órgãos de

---

164

CHAVES, Maria de Lourdes. O General Góes Depõe. Editora Coelho Branco, Rio de Janeiro, 1956, p.298-299.

165

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 62.

segurança pública. Mourão grifou das declarações do general Góes o que ele ressaltou como a possibilidade de ser um documento apócrifo, de caráter inautêntico. Mourão encontra ainda um Comunicado Oficial da Chefia do Gabinete da Presidência da República, de 30 de setembro de 1937, que foi entregue ao Departamento de Propaganda um documento contendo os planos do Komintern para a ação no Brasil. O comunicado dizia ainda que tal documento foi apreendido pelo EME. Tais ações consistiam em depredações, incêndios e desrespeitos à honra e ao sentimento íntimo das mulheres.<sup>166</sup> Estava ainda bem detalhada nos estudos de Mourão a possível ocupação dos topos dos prédios de homens com metralhadoras, de onde atirariam para as ruas, semeando pânico. Para se transportar as armas usariam até caixa de instrumentos como violão e violinos.<sup>167</sup>

Baseado neste comunicado Mourão montou sua defesa alegando que o então Chefe do EME, general Góes Monteiro, declarou nos bastidores ser ele, Mourão, o autor dos documentos, a fim de que a autoria recaísse sobre alguém sem expressividade, no caso, um capitão integralista. Mas, oficialmente, a autoria era desconhecida. Mourão deixa claro que, em 1937, de fato produziu estudos para o comando de milícia da AIB.<sup>168</sup> Porém, em 1948, quando servia no EME, Mourão vai até o general Tasso Tinoco levar um documento do seu chefe, o general Newton Cavalcanti. Nesta oportunidade o general Tinoco lembrou que, ao saber que o general Góes tinha tido acesso ao estudo de Mourão para a AIB e iria utilizá-lo para uso político, alertou Mourão, o qual disse não tinha nada a esconder, deixando uma cópia com o general Tinoco.

Em 30 de maio de 1956 reuniu-se o Conselho de Justificação para julgar o coronel Mourão Filho, oportunidade que teve para se defender.<sup>169</sup> O Conselho foi composto pelo general Danton Garrastazu Teixeira e os coronéis Hugo Silva e João Batista Gonçalves. Foi ouvido o general Aguinaldo Caiado de Castro, que servia com Mourão em 1937 como major, o qual confirmou toda a versão apresentada por Góes Monteiro no seu livro.<sup>170</sup> Em seguida é ouvido o general Tinoco, que, em 1948, disse se lembrar que Mourão entregou uma cópia do estudo que ele mesmo fez e havia vazado. No entanto, Tinoco, agora, dizia que o documento era um estudo sobre ação de comunista aqui no Brasil. Mas Mourão, ainda em 1948, tinha escrito uma carta para Tinoco e na resposta ficou evidente que o conteúdo era favorável a

---

<sup>166</sup> SILVA, Hélio. *A Ameaça vermelha: o Plano Cohen*. Porto Alegre, L&PM Editores, 1980, p. 280.

<sup>167</sup> *Ibidem*, p. 282.

<sup>168</sup> Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), *op cit*, p. 66.

<sup>169</sup> SILVA (1980), p.62.

Mourão, uma vez que se lembrava do conteúdo do estudo de Mourão em 1937, onde não era evidente plano de ação comunista. Houve contradições nos depoimentos dos generais Tinoco e Góes. Tinoco, que dizia ter recebido de Mourão cópia do plano comunista, mas que mudou de discurso, teve que voltar atrás, pois Mourão tinha uma carta dele, de 1948, que o inocentava. O general Góes, por sua vez, teria declarado entre 1944-45, sete versões diferentes, foi interrogado pelo general Hugo Silva em casa, por estar enfermo, sobre declarações dadas que afirmavam que Mourão havia entregado cópia do estudo que havia feito para a AIB nas mãos do general Álvaro Mariante, seu padrinho de casamento.<sup>171</sup> Este, ao invés de ler, teria entregado cópia ao EME. Góes, então, resolveu desdizer tudo que havia dito e Mourão acabou sendo absolvido.<sup>172</sup>

Anos depois, em 1970, já reformado depois de ocupar diversos cargos e funções, Mourão Filho volta e fala do caso que o incriminou e retardou suas promoções, desde a elaboração dos estudos para a AIB, em 1937, até sua defesa, em 1956.<sup>173</sup> Confirmou que de fato foi membro da direção da AIB, sendo chefe do serviço secreto e subchefe das milícias integralistas. Na qualidade de chefe do serviço secreto recebeu de Plínio Salgado a incumbência de preparar e distribuir o boletim de informações. O de nº 4 foi baseado no que seria um plano de ação dos comunistas e a reação dos integralistas. Para tal atividade Mourão contou com o apoio de diversos datilógrafos na sede da AIB, rua Sachet, centro do Rio de Janeiro. Mourão Filho confirmou ter escrito o nome de Bela Kun no fim do segundo capítulo, causando confusão ao datilógrafo. Em 28 de agosto de 1937 Plínio Salgado analisou e não aprovou o estudo. Mourão confirmou então que foi ao apartamento do seu padrinho, general Álvaro Guilherme Mariante, falando do estudo e deixando-lhe uma cópia. Recebeu o conselho de Mariante que fosse ao general Góes e relatasse seu estudo, o que foi negado por Mourão por se tratar de assunto exclusivamente integralista.<sup>174</sup>

Mourão Filho acredita que Mariante entregou cópia ao Góes que morava no mesmo edifício, o que foi desvendado, segundo ele, por Plínio Salgado em conversa com o Ministro Francisco Campos. As coisas se passaram e o texto divulgado na imprensa coincidia com o capítulo II do Boletim nº 4. A preocupação seria o uso político do documento repassado ao

---

170 Entrevista com general Aguinaldo Caiado de Castro, outubro de 1959, in SILVA (1970), op cit, p.385.

171 MEZZARROBA, op. cit., p.98.

172 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 69.

173 Entrevista com general Olympio Mourão Filho, março de 1959, in SILVA (1970), op cit, p.385.

174 Ibidem, p.386.

governo pelo EME. Mas para sua surpresa, ao entrar numa repartição do EME o major Aginaldo Caiado de Castro o chamou para informar de suposto plano comunista. Mourão disse ter reconhecido como sendo parte do estudo que fez e lembrou que era cópia deixada com o general Mariante. Tratou então de procurar Mariante no STM, a quem questionou sobre os destinos do documento, repassando cópia ao general Góes. Mariante nega ter repassado a cópia e Mourão procura o chefe do EME, general Góes.

“Senhor general, tomei conhecimento a pouco de um plano comunista que vai ser entregue à imprensa como tendo sido apreendido pelo EME. Desejo avisar a V. Exa. que se houver interpelação da Câmara, jamais conseguirá explicar satisfatoriamente a origem do documento.” Disse Mourão ao general Góes.

“Você é oficial do EME, tomou conhecimento deste documento aqui. Cale a boca e retire-se.” Responde-lhe Góes. (Entrevista com general Olympio Mourão Filho, março de 1959, in SILVA (1970), op cit, p.387)

Assim sendo Mourão Filho reconhece a autoria na elaboração do plano, declarando não ser responsável pela sua manipulação política. Serviria apenas para treinamentos internos de militantes integralistas e não teria fins políticos. O plano teria sido enviado aos generais sem sua permissão.<sup>175</sup>

Não se pode afirmar que se o plano escrito por Mourão não viesse a existir o governo não tivesse dado o golpe do Estado Novo em 1937. Parece-nos muito clara a intenção de Getúlio Vargas em prolongar seu período no poder, valendo-se da ameaça comunista como um dos fundamentos para isso. O plano escrito pelo capitão Mourão Filho, sendo ou não para o governo, acabou, no entanto, por servir de pretexto para o chamado golpe do Estado Novo.

A carreira de Mourão Filho nestes dezoito anos subsequentes (1937-1955) foi afetada. Viu seus companheiros de turma chegarem ao generalato em 1953, sendo que ele teria que esperar mais de três anos para se tornar general de brigada. Adiou a passagem para a reserva, o que já poderia ter feito em 1948, quando completou 30 anos de serviço e foi promovido ao posto de coronel. A motivação para recorrer ao Conselho de Justificação foi a publicação do livro de Góes. Contudo, submeter-se ao julgamento do Conselho não foi tarefa fácil, dado o prestígio de que gozava o general Góes. Como parte da defesa, Mourão teve, inclusive, que datilografar, a fim de verificarem sua habilidade. Ele demonstrou ser incapaz de ter a mesma desenvoltura para escrever o texto que ocupava uma página do Jornal do Comércio. Com a oitiva do general Góes em casa, desmentindo os fatos, Mourão foi justificado e arquivado o processo.<sup>176</sup>

---

175

SILVA (1980), op cit, p.62.

176

Entrevista com general Olympio Mourão Filho, março de 1959, in SILVA (1970), op cit, p.387.

Agora Mourão foi buscar o tempo perdido, requerendo modificações em vários elogios e contabilização de pontos como instrutor. Quando serviu na Diretoria de Recrutamento, em 1956, vislumbrando que havia chances de ser promovido, resolveu buscar em todos os locais em que serviu os elogios individuais que recebeu no posto de coronel, a fim de poder contabilizá-los como fator positivo para promoção.<sup>177</sup> Foi promovido a general-de-brigada em 1956. Cabe ressaltar que na lista com o decreto das promoções feita pelo Ministro da Guerra de Juscelino Kubistchek, marechal Henrique Teixeira Lott, não constava o nome de Mourão, o que ele discutiu num encontro com o Presidente no Catete. Lott se submetia às ordens de Juscelino, mesmo quando isso lhe contrariava.<sup>178</sup> Mourão Filho não tinha a simpatia de Lott, mas, diante da intervenção de Juscelino, Mourão acabou sendo promovido.<sup>179</sup> Mourão tinha expectativa de que lhe fosse atribuído um comando em Belo Horizonte, o que de fato aconteceu ao assumir o comando da Infantaria Divisionária/4. No mesmo dia, 27 de outubro de 1956, era enterrado seu algoz, o general Góes Monteiro, por quem Mourão sempre afirmava ter sido prejudicado, dadas as “mentiras” que teriam, inclusive, retardado sua promoção a general. Sua passagem por Belo Horizonte foi rápida, durando sete meses apenas, sendo transferido para o Rio de Janeiro, para a Diretoria de Assistência Social.<sup>180</sup> Tudo por vontade de Juscelino, que desejava Mourão por perto, uma vez que o apoiou na candidatura à Presidência. Era, para Mourão, a oportunidade de implantar um sistema de seguro-saúde no Exército, algo que ele havia imaginado quando necessitou de apoio financeiro e hospitalar para tratar a esposa, Almira, que acabou falecendo.<sup>181</sup> Na realidade pouco pode fazer na Diretoria.

A vida integralista de Mourão foi feita paralelamente à carreira militar. Ele revelou que sua filiação à AIB, bem como sua função de chefe do serviço secreto e subchefe das milícias, foram conhecidas por no máximo cinco pessoas, destacando o Plínio Salgado.<sup>182</sup> Em 1935, Mourão publicou o livro “Do liberalismo ao Integralismo”, o qual tinha o prefácio de Gustavo Barroso, que era integralista. Assim Mourão deixava seu nome fora das ligações com

---

177 Arquivo OMF. DGP – Diretoria de Recrutamento – período de 11 de julho a 11 de setembro de 1956. Reprodução de Elogios. 3 páginas.

178 HELIODORO, Affonso. JK – exemplo e desafio. Ed Thesaurus. Brasília, 2005, 2ª ed, p.199.

179 Arquivo OMF. Lista de promoções. SGEx.

180 A Diretoria de Assistência Social era orgânica do Departamento Geral do Pessoal, órgão subordinado ao Ministro da Guerra. Tinha por função promover a assistência de saúde, pensão e auxílio financeiro aos militares do Exército. Mourão Filho foi nomeado para chefiar a Diretoria pelo Decreto Presidencial nº 25, de 29 de abril de 1957.

181 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 73.

o integralismo. Exemplar raro desta obra encontra-se na Biblioteca Plínio Salgado, da Universidade Federal de São Carlos, no estado de São Paulo. Nos assentamentos militares de Mourão não constam qualquer participação na formulação do plano Cohen, bem como sua atuação na AIB. Estes registros podem existir em arquivos reservados ou no STM, por conta da defesa no Conselho de Justificação instaurado para análise. O ano de 1937 é passado apenas com as atividades desenvolvidas na caserna. O mesmo acontece nos anos subsequentes em que não é mencionada qualquer alusão aos fatos. Quando da existência de quaisquer ocorrências decorrentes de ações políticas e jurídicas, estas são relacionadas nos registros militares, sendo publicadas em boletins internos das organizações militares ou Boletim do Exército ou ainda no Diário Oficial da União, de modo que se registre tudo. Os anos se passaram e as acusações ficaram reservadas, não encontrando a publicação do protocolo do requerimento para sua defesa junto ao Conselho de Justificação do Ministério da Guerra. Supõe-se que estes registros tenham sido realizados em boletins reservados, sendo que as matérias neles publicadas não fizeram parte dos assentamentos de Mourão Filho.

As promoções a major (1937) e tenente-coronel (1943) foram pelo critério do merecimento. Mas no final da carreira, Mourão já estava deixado de lado. Um oficial de estado-maior com passagens pela Força Expedicionária Brasileira ser promovido a coronel (1948)<sup>183</sup> por antiguidade significava desprestígio. Nesta ocasião, seus companheiros de turma já eram coronéis e em 1953 generais, o que só ocorreu com Mourão em 1956. Costa e Silva e Castelo Branco foram promovidos em 1953, 1958 e 1961, respectivamente a general-de-brigada, general-de-divisão e general-de-exército. Esses fatos nos informam a dimensão do atraso das promoções de Mourão, influenciado claramente pelas acusações do plano Cohen.

### **2.3 – O general nos anos 1950**

Antes de situar Mourão Filho nos anos de 1950, cabe-nos destacar alguns cenários relacionados ao papel que os militares desempenharam neste período. Em 1954, a crise econômica e política do governo de Vargas foi intensa, provocando a reação da classe empresarial e dos militares, que já se opunham a Getúlio desde 1951.<sup>184</sup> Surge então um grupo de oficiais composto pelos generais Cordeiro de Farias, Ademar de Queirós, Golbery

---

182 Entrevista com general Olympio Mourão Filho, março de 1959, in SILVA (1970), op cit, p.385.

183 Arquivo OMF. Promoções do Ministro do STM. SGEx. Documento 2060.

184 D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O segundo governo Vargas, 1951-1954: democracia, partidos e crise política. Editora Ática. São Paulo, 1992, p.168-178.

do Couto e Silva, Antônio Carlos Murici, Orlando Geisel e Ernesto Geisel. Este foi o núcleo organizador da recém-fundada Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 1949.<sup>185</sup> Neste grupo destacou o tenente-coronel Golbery do Couto e Silva, que se tornaria um dos teóricos quando da idealização do IPES.<sup>186</sup>

Cabem antes algumas considerações sobre o contexto em que a ESG é criada aqui no Brasil. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a política anticomunista foi cada vez mais intensificada, alterando não só com a política internacional, mas também com o imaginário popular pelo mundo. Rodrigo Patto Sá Motta<sup>187</sup>, estudioso do anticomunismo no Brasil a partir de 1930, concentrando seus estudos nos períodos de 1935-1937 e 1961-1964, constatou que as maiores manifestações anticomunistas se deram nestes dois períodos. Foram orquestradas por grupos conservadores e progressistas das Forças Armadas. O manifesto escrito por Luiz Carlos Prestes, somado às greves ocorridas a partir de 1934, favoreceu ao Estado aumentar seu poder repressivo. O mesmo sentimento contra o comunismo chega à década de 1960 e iria fomentar as ideias contra o governo de João Goulart e a deflagração do golpe em 1964. A partir de 1945, o anticomunismo foi fator marcante na história nacional, sendo intenso e notado, chegando a constituir força política influente.<sup>188</sup> A insurreição comunista de 1935 ainda estaria no imaginário popular no início de 1950. As manifestações anticomunistas eram evidentes.

Segundo René Armand Dreifuss, o pós-guerra modifica a conjuntura política e de oficiais que participaram da campanha na Itália e de outros que aqui ficaram, sobretudo os que serviam nos comandos.<sup>189</sup> Este grupo de características modernizante-conservadora se viu

185

Após estudos e a apresentação de um projeto definitivo pelo general Oswaldo Cordeiro de Farias, é criada em 1949 a Escola Superior de Guerra – ESG, no Rio de Janeiro, voltada para os estudos e pesquisas sobre problemas internos e externos. A Lei nº 785/1949, que cria a Escola, regula suas funções a fim de desenvolver estudos relacionados à segurança nacional, o que era de início para os militares e posteriormente aos civis da elite nacional.

186

O grupo de oficiais conhecidos como Sorbonne era composto de diplomado pela ESG. Mais intelectualizados, estes militares com formação influenciada pela doutrina norte-americana visavam à passagem rápida dos militares pelo poder, fazendo-o apenas para manter a ordem. Este grupo se opunha aos linha-dura, os quais defendiam um tempo prolongado no poder, defendendo a eliminação de seus opositores.

187

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). FAPESP. São Paulo, 2002, p. 16-17.

188

Ibidem, p.25-26.

189

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Vozes. Petrópolis, 1981, p. 78.

envolvido em instruções nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo iam se filiando a partidos políticos como a UDN e o PDC configurando um reduto ideológico.<sup>190</sup>

No Brasil, os militares, após o regresso da guerra, naturalmente se aproximaram dos Estados Unidos, seu aliado e financiador na guerra. Os oficiais que receberam treinamento no *National War College*,<sup>191</sup> nos Estados Unidos, foram influenciados e apoiados a implantar aqui uma escola com doutrina semelhante, voltada para os altos estudos e estratégia militar.<sup>192</sup> As ideias norte-americanas introduzidas na ESG foram aceitas porque os militares já concordavam com suas bases. Já que o comunismo era o inimigo, os Estados Unidos, como principal país anticomunista, torna-se um aliado.<sup>193</sup> Estes ensaios nos anos de 1950 iriam influenciar a tomada do poder em 1964, a qual foi resultante de uma política interna própria, que o Exército impulsionou com a finalidade de colocar em prática um projeto de nação<sup>194</sup> orientado pelo binômio segurança e desenvolvimento.

Como vimos até aqui, a ESG passa a representar a mais nova opção mais ascensão dentro da carreira dos oficiais. Até seu surgimento, os oficiais se formavam na Escola Militar, depois se aperfeiçoavam na Escola de Aperfeiçoamento e, por fim, cursavam a Escola de Estado Maior. Quem desejasse ocupar funções de comando e estado-maior, bem como chegar ao generalato deveria passar por estas etapas. Agora surge um novo degrau, mais ideológico que estratégico-militar. Os primeiros diplomados na ESG eram majores e tenentes-coronéis. Com o domínio político dentro do Exército, firmado pelas ideias anticomunistas e modernizantes, aliando-se aos grandes empresários, este grupo deixa rapidamente para baixo os demais oficiais, que eram considerados conservadores demais.

O coronel Mourão Filho se viu atrasado em relação à promoção ao posto de general e não visualizava outro caminho para promoção. Não que a ESG constituísse pré-requisito, mas o ajudaria muito, não só na contagem de pontos, bem como na conceituação. Mesmo não tendo perfil de aluno ideal, pelas acusações do plano Cohen, Mourão foi selecionado pra sua

---

190 Desse grupo faziam parte os generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora e os oficiais superiores Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Aurélio de Lyra Tavares, Jurandir Bizarria Mamede, Heitor Almeida Herrera, Edson de Figueiredo, Geraldo de Menezes Cortes, Idálio Sardenberg, Belfort Bethlem, João Bina Machado, Liberato da Cunha Friedrich e Ademar de Queiroz. DREIFUSS. op cit, p. 78.

191 Nos Estados Unidos havia um *college* para cada força, além do *Industrial War College*, dedicado aos assuntos de mobilização, e do *National War College*, dedicado a operações conjuntas.

192 BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 45, nº 2, Brasília, Julho/dezembro 2002.

193 STEPAN, Alfred, Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro, Artenova, 1975, p.132.

matrícula na ESG.<sup>195</sup> Mourão agradava alguns setores do Exército e ainda tinha a seu favor Juscelino Kubitschek, candidato a presidente em 1955, seu conterrâneo de Diamantina. Em encontro na casa de Juscelino em Belo Horizonte, ficou no ar uma possível promoção a general, o que faria com que Mourão tentasse o ingresso na ESG. Juscelino deixa Mourão esperançoso quanto sua promoção, o que poderia ser endossado com a diplomação pela ESG. Ocorre que no início de 1955, ano que iniciaria o curso na ESG, Almira, sua primeira esposa, entra num grave quadro clínico, trazendo mudanças repentinas na rotina de Mourão Filho.<sup>196</sup> Ela necessitava de cuidados permanentes, saindo do hospital e convalescendo em residência. Mourão não se matricula na ESG.<sup>197</sup> Com a morte da sua esposa, Mourão também é internado por causa de um enfarte. A matrícula na ESG estava mesmo fora de cogitação.<sup>198</sup>

Mourão que participou ativamente dos acontecimentos, sobretudo a partir de 1930, indo intensamente até 1937, com o Plano Cohen. Era homem de palavras duras, tidas por alguns como louco. No prefácio do livro de suas memórias encontramos a sua afirmação.

Ponha-se na Presidência qualquer medíocre, louco ou semianalfabeto e vinte quatro horas depois a horda de adaladores estará a sua volta, brandindo elogio como arma, convencendo-o que é um gênio político e um grande homem, de que tudo quanto faz está certo. Em pouco tempo transforma-se um ignorante em sábio, um louco em gênio equilibrado, um primário num estadista. (Mourão Filho, apud SILVA, 1978, p. 16).

Mourão atacou de analista da nossa história. Para ele, a política do Brasil, mesmo ainda no Império, sempre foi feita por políticos profissionais. Na análise que fez sobre o período republicano, Mourão deixa claro que entende uma República que já nasce doente. Fala de um marechal que, em sua opinião, mesmo sem muitas convicções, declara extinto o Império e proclama a República.<sup>199</sup> Ao que me parece, Mourão não se encantava com os presidentes do Brasil, sobretudo os do período conhecido por Primeira República (1889-1930). Essa conclusão baseia-se no seu exame do período, quando Mourão analisa os anos iniciais da República como uma era totalmente conturbada, onde o primeiro Presidente,

---

194 STEPAN. op. cit., p.128.

195 DREIFUSS, op cit, p. 40.

196 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 54.

197 Mourão Filho recebe comunicado do chefe do EME que deveria se apresentar na ESG dia 25 de para matrícula e dia 28 de fevereiro de 1955 iniciar-se-iam as aulas. Ocorre que pede cancelamento da matrícula.

Arquivo OMF. Radiograma nº 97-E3, de 25 de fevereiro de 1955.

198 Dona Almira, sua esposa, faleceu em 06 de julho de 1955.

199 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 16.

Deodoro, dá um golpe e “fecha” a Constituição e o segundo, Floriano Peixoto, deixar o sangue jorrar na Nação por não fazer acontecer as Eleições.<sup>200</sup>

Para Mourão tudo que acontece desde o início do Império ganha força à medida que o tempo passa e os fatos se sucedem. Ele não era simpático ao sistema presidencialista de governo implantado aqui desde a proclamação. O criticou durante toda a República e foi mais enfático no período inicial dos anos 1960. Não aceitava este tipo de sistema, pois dizia que mais cedo ou mais tarde o eleitorado não seria capaz de fazer milagre na escolha do presidente e elegeria um que não fosse capaz de governar.<sup>201</sup> Esta reação de Mourão pode ser em virtude dos desdobramentos da renúncia de Jânio Quadros anos depois. Em sua opinião, ele estaria ensaiando um retorno, principalmente com a posse tumultuada de João Goulart.

A crise intensificada com a morte de Getúlio Vargas em 1954 só fazia aumentar a pressão sobre o governo, sobretudo com a aproximação das eleições de 1955.<sup>202</sup> Juscelino, governador de Minas Gerais, lança seu nome à disputa pelo PSD. Tudo isso era contrário aos planos nacionais da UDN e do PSD, que chegou propor uma candidatura única. As aproximações de Juscelino com o PTB de João Goulart deixaram alguns setores das Forças Armadas inconformados. Mourão Filho tinha deixado claro sua simpatia pelo candidato Juscelino.

Parece-nos razoável identificar possíveis contradições com os fatos ocorridos nos anos 1960. À candidatura de Juscelino somou-se a de João Goulart para vice-presidente. Primeiro ponto a se destacar é que naquela época as candidaturas eram separadas, mas atrelar um ao outro trouxe peso para Juscelino. A aproximação de Mourão com Juscelino resultou na desejada promoção a general. Juscelino e Mourão tinham simpatia mútua e a vitória não traria a reboque, obrigatoriamente, Goulart. Poderia ter sido outro candidato a vice a ganhar naquele ano. Em segundo, cabe destacar que João Goulart trouxe Luiz Carlos Prestes e o PCB. Estes resolvem apoiar Juscelino.<sup>203</sup> Porque então não apoiá-lo? Isso mudaria os rumos da vida de Mourão, muito arranhado ainda pelo episódio de 1937. Mas apoiar Juscelino significava apoiar Goulart? Não necessariamente.<sup>204</sup> Mas com a vitória de Juscelino no pleito de 1955

---

200 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 17.

201 Ibidem, p. 17.

202 PANTOJA, Sílvia. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2001, 2ª edição.

203 GORENDER, Jacob. O PCB e sua atuação nos anos 50. Revista Brasileira de História. vol. 23, ed. 45. São Paulo. Julho 2003.

204 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 61.

Mourão sai ganhando também. Em 1956 a tão sonhada promoção a general-de-brigada lhe é concedida.<sup>205</sup>

Mourão recebe seu primeiro comando como general, em Belo Horizonte, na Infantaria Divisionária/4, por onde tem rápida passagem, conforme mencionamos acima.<sup>206</sup> Ele volta ao Rio de Janeiro em 13 de maio de 1957.<sup>207</sup> Sua volta foi estratégica, uma vez que já tinha servido como coronel na Comissão Técnica de Rádio,<sup>208</sup> quando foi chamado pelo Presidente Juscelino em 8 de março de 1956 no Catete.<sup>209</sup> Foi um pedido de “amigo”, pois a CTR estudava concessão de canais de rádio. Era um controle mais político do que técnico. Com isso Mourão volta ao Rio e acumula com a Diretoria de Assistência Social<sup>210</sup> a CTR novamente.<sup>211</sup> Estava em jogo o novo Código de Telecomunicações.<sup>212</sup> A CTR trabalhava em ligação com o Departamento de Correios e Telégrafo. Para implantar esse código foram necessárias muitas ligações, viagens ao exterior, criação de comissão e subcomissões de estudos. Sua passagem pela CTR foi bastante movimentada. Ele vai aos Estados Unidos, em Nova Jérsei. O assunto em pauta foi o uso da banda UHF para retransmissão de televisão aqui no Brasil, oportunidade em que Mourão pode constatar a diferença tecnológica que o Brasil apresentava na época em relação ao EUA. Na volta ao Rio de Janeiro, enfrenta alguns desafios em relação à montagem de sua equipe técnica na CTR, sobretudo visando à formulação do novo código de telecomunicações do Brasil.<sup>213</sup>

A CTR era subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas numa época que ainda não havia Ministério das Comunicações. Sendo assim, a Comissão tinha papel muito importante e trabalhoso, onde, além de estudar concessão de emissoras de rádio, também já regulava as concessões para televisão, algo ainda recente no Brasil. A CTR ainda controlava faixas de transmissão de rádio para aviação civil, navegação e setor militar. Quando uma emissora desejasse instalar transmissores entre estúdio e antena de transmissão deveria solicitar autorização à CTR. Dessa forma, nota-se grande controle exercido pelo órgão. Uma

205

Arquivo OMF. Lista de promoções. SGEx.

206

Arquivo OMF. Decreto presidencial de 20 de setembro de 1956.

207

Arquivo OMF. 22 de junho de 1957.

208

Arquivo OMF. Diário Oficial nº 70, de 23 de maio de 1956.

209

MATHIAS, Suzely Kalil. 1964. A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e educação. Ed. Unesp, São Paulo, 2004.

210

Mourão Filho teve duas passagens pela DAS. A primeira, em 1956, como coronel, e a segunda de 1957 a 1960, como general-de-brigada, quando acumulou a função de diretor com a de chefe da CTR. São poucos os registros sobre sua atuação na DAS.

211

Arquivo OMF. EME. Diário Oficial nº 70, de 23 de maio de 1956.

212

Arquivo OMF. Decreto presidencial/Diário Oficial nº 96, de 26 de abril de 1957.

213

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 74.

emissora de radiodifusão poderia significar poder político de uma pessoa ou grupo que a controlasse, sobretudo em cidades mais isoladas e no interior do Brasil. O novo Código de Telecomunicações que foi desenvolvido na gestão do general Mourão Filho tinha como um dos objetivos a regulação dessas concessões.

A rotina de ligações com diversas pessoas interessadas na regulamentação ou concessão o aproximou de personalidades como Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados de São Paulo, que foi o maior conglomerado de mídia da América Latina, e que em seu auge contou com mais de cem jornais, emissoras de rádio e TV, revistas e agência telegráfica. Seu contato com Chateaubriand lhe rendeu viagem à Europa, hospedando-se até na casa do embaixador brasileiro em Londres, com passagens por Holanda, Suécia e Itália.

No ano de 1959, Mourão se ocupou da programação para participação na Conferência de Plenipotenciários, da União Internacional de Telecomunicações das Organizações das Nações Unidas, em Genebra, Suíça. Como tinha liberdade dada por Juscelino para desenvolver políticas nesta área, ele decide investir na ida à Suíça, buscando logo formar a delegação brasileira. A conferência tinha por finalidade estudar e regulamentar as frequências utilizadas no mundo em diversas áreas como aviação e navegação. Por falta de regulação, várias emissoras de radiodifusão interferiram em transmissões de aviões e navios. A fim de buscar os representantes das Forças Armadas, dirige-se ao Ministro da Guerra, marechal Henrique Lott e ao Ministro de Viação, Lúcio Meira. Em jogo estava ainda a chefia da delegação brasileira.

Chefiar a CTR significava se envolver em política mesmo. Para a composição da comissão deveria ser lembrado o nome de pessoas por razões técnicas. Mourão se viu cercado de pessoas ligadas a diversos políticos e suspeitos de corrupção. Mourão critica então as negociações políticas para se conseguir um cargo dentro da delegação que foi a Genebra.<sup>214</sup> Mourão é indicado chefe da Delegação de Radiocomunicação, enquanto a Delegação de Plenipotenciários é chefiada por Líbero Oswaldo de Miranda.<sup>215</sup> Disputas com outros representantes indicados deixaram Mourão fora da chefia geral da delegação. A delegação brasileira tinha como missão estudos que viessem aproximar o Brasil dos demais países no tocante às regras e tecnologias de radiodifusão, televisão e telégrafo.

---

<sup>214</sup>

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 77.

<sup>215</sup>

Líbero Oswaldo de Miranda foi engenheiro e presidiu a Comissão Técnica de Rádio.

Em Genebra, Suíça, iniciam-se os trabalhos em 14 de agosto de 1959.<sup>216</sup> Mourão não estava totalmente satisfeito com a situação. Pelo fato de ter sido nomeado dois chefes de delegação, Mourão pouco pode fazer em relação à outra comissão que contava com outras pessoas não ligadas ao evento. A rotina do general foi bastante intensa neste período, com duas reuniões diárias a fim de coordenar os trabalhos das dezoito comissões e quase noventa subcomissões.

Essa vida de general com função técnica e política fora do Ministério da Guerra lhe valeu muitos contratempos como intrigas com outros integrantes da comissão.<sup>217</sup> Mourão, pelas prerrogativas do cargo dentro do Ministério da Viação, desfrutou neste período de várias viagens ao exterior, ou seja, EUA<sup>218</sup> e Europa. De Genebra foi, ainda em 1959, a Paris, na França. Nos cinco meses fora do Brasil ele pode conhecer além da Suíça e da França, a Itália e Portugal. Houve vários encontros por lá, desde americanos, passando por argentino, europeus em geral e chineses e russos, todos “comunistas”, como dizia.<sup>219</sup>

Mas o que interessava mesmo a Mourão era que o Brasil ocupasse lugar nas decisões internacionais na área de telecomunicações, tendo em vista que, em sua opinião, o que se tinha feito anteriormente foi por motivos apenas pessoais ou políticos, onde vários servidores se valeram das viagens ao exterior apenas para acumular diárias em dólar, deixando o interesse maior, que era a padronização das frequências do Brasil, sem qualquer avanço.

As comissões internacionais trabalharam no sentido de padronizar as faixas de canais por regiões do mundo. Em se tratando do Brasil, Mourão defendera que as faixas para radiodifusão deveriam ser de 525/535 Kc/s. Esta faixa de apenas 10 Kc/s poderia proporcionar o surgimento de centenas de emissoras municipais, democratizando o rádio, utilizando baixa potência, em torno de 10 watts. Outros, inclusive Assis Chateaubriand, defendiam a potência na faixa de 5 quilowatts. Isso significava, para Mourão, a manutenção de poucas emissoras nas mãos de “gente antidemocrática”, o que poderia ser perigoso no futuro, devido ao possível uso político.<sup>220</sup> Mas o general esbarra em Líbero Oswald, o qual não aprova a frequência de 525 a 535 Kc/s porque poderia contrariar a delegação argentina que também buscava a mesma faixa. Líbero contava com os votos das delegações da América Latina para ganhar a eleição para membro no Conselho Mundial da IUT/ONU. O medo da Argentina estava na possibilidade de interferência na navegação marítima daquele país. Mas

---

<sup>216</sup> Arquivo OMF. 18 de agosto de 1959.

<sup>217</sup> Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 80.

<sup>218</sup> Viagem aos Estados Unidos pela Comissão Técnica de Rádio e em visita ao Serviço de Assistência Social norte-americano. Arquivo OMF. 22 de junho de 1957.

<sup>219</sup> Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 83.

como Mourão defendia a baixa potencia, em torno de 10 watts, o uso seria local, com alcance apenas municipal, não tendo risco de interferência na navegação argentina. Mourão então apresenta ao presidente da delegação argentina e ao presidente da delegação norte-americana seus argumentos e lhes informa que não abriria mão do uso desta faixa de radio. Consegue dessa forma aprovação das demandas brasileiras para a radiodifusão, com a faixa de 525 a 535 Kc/s para emissoras locais, que operariam em baixa potencia, limitada a 10 watts.

Na volta, ansiava em deixar a CTR e assumir outra função, mas Juscelino não muda nada. Mourão Filho teve que lidar com muitas disputas políticas a sua volta. Mourão estava indignado, alegando que faziam das concessões de rádio uso politico.

A participação política no governo de Juscelino iria ainda além. Na sua volta da Suíça recebe a nomeação para integrar e chefiar a comissão encarregada de organizar a Exposição Internacional de São Cristóvão.<sup>221</sup> O pavilhão de Exposições de São Cristóvão, no Rio de Janeiro foi construído no governo de JK e sob a gestão de Mourão com a finalidade de abrigar a Exposição Internacional da Indústria. Mourão estava na coordenação geral da exposição, incluindo a construção do pavilhão. Várias disputas entre Mourão e políticos aconteceram.<sup>222</sup> Uma delas foi entre o general e o engenheiro Sérgio Bernardes, responsável pela execução da obra. Cabe ressaltar que a história da exposição foi caracterizada por disputas com outras pessoas em relação à definição do local de sua construção. Originalmente o projeto previu a Praça Paris, no bairro da Glória, o que foi descartado após interferências de pessoas influentes que desejavam no mesmo local a construção do Museu de Arte Moderna.<sup>223</sup> Em dezembro de 1960 foi inaugurado o Pavilhão com a presença do governador do Estado, Carlos Lacerda, a quem Mourão entregou o pavilhão. Juscelino não compareceu. Mourão afirma ter tirado um peso das costas. (Mourão Filho, apud SILVA, 1978, p. 16)

Mourão Filho foi muito próximo a Juscelino Kubitscheck. Isso se deve ao fato de serem conterrâneos e, com a candidatura de JK, possibilidades de maior apoio político e promoção a general devido seu afastamento do núcleo decisório do Exército. Desta forma, JK confia-lhe cargos políticos, que mais tarde, seria criticado pelas obras do seu governo, apesar de reconhecer o crescimento da indústria naval e automobilística e a construção de estradas.

220 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 83.

221 Arquivo OMF. Decreto Presidencial, de 30 de maio de 1960, e Diário Oficial nº 122, de 30 de maio de 1960.

222 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 89.

223 Dona Niomar Muniz Sodré, esposa de Paulo Bittencourt, teria feito gestões junto à Prefeitura do Rio de Janeiro e ao governo de Juscelino visando impedir a construção do Pavilhão de Exposições. Por fim, o embate levou a exposição para São Cristóvão, um bairro bem simples.

Referiu-se à sua maior obra, Brasília, como insuportável e louca e ao seu governo como confuso e faraônico.<sup>224</sup> Mourão então desejava ver Jânio Quadro como Presidente, mas sob a seguinte questão: será que governaria os cinco anos? Até que disse: “Uma nova Revolução vem aí; quem não a vê, não a sente?” (Mourão, apud SILVA, 1978, p. 91). Seria uma profecia sobre os acontecimentos nos anos iniciais da década de 1960, culminado com os acontecimentos que ele participaria?

Junto com o final do governo de Juscelino ocorreu também a saída de Mourão da Diretoria de Assistência Social. Como dito, o general acumulou a sua direção com a da CTR. Foram duas funções distintas. A primeira foi como diretor de um órgão setorial dentro do Exército, numa época que a assistência social ainda não era plena, dando seus primeiros passos. Cabe lembrar que quando da doença da sua primeira esposa, dona Almira, Mourão reclamou da falta de recursos e assistência, ficando desejoso de ainda ocupar essa função. Mas em dezembro de 1960, com o fim das preparações para a Exposição Internacional da Indústria, outra função que ocupou, Mourão é desligado da DAS.<sup>225</sup> Como não podemos precisar suas ações dentro da Diretoria, cabe-nos ressaltar um elogio recebido do general João de Segadas Viana, na ocasião que deixava a direção do Departamento Geral do Pessoal.

Gen Bda Olympio Mourão Filho, como Chefe da Diretoria de Assistência Social dedicou-se com afinco aos assuntos a ela relativos sendo de ressaltar o vultoso e bem elaborado trabalho que realizou sobre a maneira de resolver em bases técnicas e em definitivo e de acordo com as possibilidades do militar um problema de tão alta relevância.<sup>226</sup>

Em seguida foi nomeado Adido Militar ao Embaixador Brasil, em Lisboa, Portugal.<sup>227</sup> Novamente Mourão ocupa um cargo político em detrimento de função militar numa época em que muitos oficiais eram designados para outras funções fora do Ministério da Guerra. Mourão foi na década de 1930 Comissário de Redes da EFCB por duas vezes. Na década de 1950 trabalhou na Comissão Técnica de Rádio por duas oportunidades. Por força da função, foi membro da Delegação de Plenipotenciários da ONU. Em seguida foi Adido Militar ao Embaixador do Brasil em Portugal<sup>228</sup> e, por fim, presidente do Comitê Organizador da Exposição da Indústria, em São Cristóvão.

---

224 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 89.

225 Exoneração da DAS. Arquivo OMF. Decreto Presidencial, de 20 de dezembro de 1960/publicação de 4 de janeiro de 1961.

226 Arquivo OMF. 12 de janeiro de 1961.

227 Arquivo OMF. Decreto Presidencial, de 4 de dezembro de 1960/Diário Oficial nº 288, de 20 de dezembro de 1960.

228 Arquivo OMF. 10 de janeiro de 1961.

## **2.4 – o início dos anos de 1960**

Em 1961 sai Juscelino e entra Jânio. Mourão, num certo pessimismo de não ser promovido a general-de-divisão, pede férias, licença-prêmio e julga estar de consciência limpa por ter servido ao amigo Juscelino por cinco anos que ele considera como duros e saindo sem dever nada. Parece contraditória a posição de Mourão uma vez que serviu Juscelino por esses cinco anos e agora demonstra irritação quando se referia ao ex-presidente. Ao analisarmos a carreira de Mourão nos anos anteriores, sobretudo na década de 1950 e comparando com as posições políticas observadas na virada para os anos de 1960, identificamos que ao passar de todo esse tempo Mourão Filho se distanciou bastante do grupo de oficiais diplomados pela ESG. Estes ocuparam comandos e funções militares, bem como ligações com empresários nacionais e internacionais. Ao contrário destes generais de sua turma, Mourão foi mais empregado em funções políticas junto ao governo de JK. Houve duas tentativas de ingresso na Escola, o que não se concretizou. Nota-se que os primeiros oficiais diplomados, na sua grande maioria foram seus contemporâneos da Escola Militar de Realengo, de 1918 a 1921, portanto uma geração que é marcada pela substituição da doutrina francesa pela norte-americana. Já existia a essa altura, em 1961, a Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra.<sup>229</sup> Com tudo isso se pode identificar a posição que Mourão ocupa ao questionar os diplomados que supostamente faziam conspirações contra a liberdade, dentre eles os generais Cordeiro de Faria, um dos idealizadores, Mamede, Golbery do Couto e Silva e Castelo Branco.<sup>230</sup>

Para situar Mourão Filho na posição final depois do transcurso desses fatores, antes devemos observar a classificação dos militares em relação à suas opiniões políticas e ideológicas. Como já citado, o surgimento da ESG modifica essa conjuntura fazendo com que vários oficiais tradicionalistas agora busquem posições mais progressistas e modernizadoras. Dentro da esfera militar, Dreifuss (1981, p. 36) identifica três grupos que se formaram conforme as demandas políticas e ideológicas: os modernizadores, também conhecidos como “grupo de diplomados pela ESG”, os extremistas de direita e, por fim, os tradicionalistas, classificação já detalhada no Capítulo I. A maioria dos companheiros de turma de Mourão estava no primeiro grupo, dos modernizadores, enquanto ele se enquadra junto aos tradicionalistas, posicionando-se contra o comunismo. Os oficiais do grupo modernizador

---

229

Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra (ADESG) foi fundada em 1951 com objetivo de multiplicar os ensinamentos da ESG à sociedade civil e outros militares.

estavam em posições mais efetivas em se tratando de participação política, o que se viu no final do segundo governo de Vargas.

Os oficiais tradicionalistas, grupo onde Mourão se encaixava, não eram modernizantes, mas possuíam o mesmo conservadorismo do grupo da ESG, por isso o seu tradicionalismo. E é com essa orientação que Mourão entra nos anos 60, negando ser um político de carreira, mas tendo participado por cinco anos do governo de JK. Não fica claro se estaria “pagando” o favor do amigo que lhe promoveu general ou se aspirava alguma coisa melhor, como promoção a general-de-divisão e general-de-exército, ou ainda comandos importantes como Divisões de Exército, Regiões Militares ou um dos quatro Exércitos.

Posicionando Mourão Filho dentro da corrente militar tradicional, um fato merece destaque. Quando o Ministro da Guerra, marechal Odílio Denys tentou matricula-lo na ESG<sup>231</sup> Mourão não aceita, taxando sua doutrina de totalitária, importada do Pentágono.<sup>232</sup> Parecia que Mourão já havia desenhado sua posição política dentro do Exército, declarando que sua doutrina de Segurança Nacional seria maléfica. Os idealizadores da Escola, Cordeiro de Faria, Mamede, Golbery e Castello Branco a essa altura havia cultivado em Mourão um grande repúdio, demarcando a posição que ele ocupava, sem qualquer admiração a esses oficiais. As críticas contra os generais Cordeiro de Faria, fundador da ESG, e Golbery do Couto e Silva mostrava claro distanciamento de Mourão e relação ao grupo da ESG.<sup>233</sup>

Mais tarde, com pouco tempo no governo, Jânio Quadros renuncia em 25 de agosto de 1961. Sua renúncia pegou muitos de surpresa, inclusive Mourão Filho.<sup>234</sup> Isso o leva a pensar nas possíveis razões da queda de Jânio. Dentre estes fatos ele logo faz ligação com a condecoração de Che Guevara, feita por Jânio, fato este que cria incômodo no meio civil e militar. Mourão chegou a pensar que o Ministro Denys, totalmente anticomunista, teria derrubado Jânio e começado então uma ditadura.

Mourão Filho participa ativamente dos fatos que se sucederam com a renúncia do Presidente da República. Ele busca esclarecer o que de fato teria ocorrido e vai intervir até a posse do vice-presidente João Goulart. Os fatos são melhor esclarecidos com a ida de Mourão à casa do general Henrique Lott, ex-Ministro da Guerra, que o informa de um manifesto que lançaria na imprensa sobre o apoio à posse do vice João Goulart. Carlos Lacerda e o próprio marechal Lott, dias antes falaram em seus discursos sobre a possibilidade de renúncia de

230

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 92.

231

Arquivo OMF. Matrícula em curso/ESG. 18 de março de 1961.

232

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 89.

233

Ibidem, p. 92.

Jânio.<sup>235</sup> Lott também pensava a essa altura no golpe do Ministro Denys, impedindo a posse de João Goulart. Ao se dirigir à casa do marechal Lott no dia 25 de agosto de 1961, deixou claro para Lott que não aceitaria ditadura. Ainda não era claro para Lott e o próprio Mourão as intenções dos ministros militares, sobretudo do marechal Denys. Mas insistiu em não aceitar um golpe ou ditadura, violando a constituição vigente que dava ao vice garantia de assumir o poder com a vacância do cargo.

Muito bem meu general. Tomei a liberdade de procura-lo para me informar , pois apenas sei, há menos de meia hora, que Jânio Quadros acaba de renunciar... Marechal, sou contra este golpe, não admito ditaduras nem tampouco que se impeça a posse do vice-presidente, de acordo com a Constituição que não pode ser violada! Se o senhor quiser lutar conte comigo. Aqui tem meu manifesto. (Mourão Filho, apud SILVA, 1978, p.95, 96).

O momento era de muito suspense, pois ainda não sabiam se Denys queria ou não dar o golpe. Mourão ligou ao general Osvino Ferreira Alves, chefe do Departamento Geral do Pessoal. O mesmo se demonstrou alheio ao assunto. Coube ao general Lott, na presença de Mourão, ligar para o Ministro da Guerra, marechal Denys, para saber de fato a sua posição. Foi quando ouviu que não deixaria Goulart assumir por ser comunista.<sup>236</sup>

O que se nota a seguir é a participação intensiva do general Mourão na solução do grande impasse, que foi a garantia da posse do vice-presidente João Goulart. As ações demonstram que o general buscou evitar um golpe por parte dos ministros Militares.

Com o telefonema a Denys, Lott faz outro manifesto para a imprensa em apoio à posse de Goulart. Mas Mourão queria mesmo uma ação mais incisiva de Lott, que era se fardar naquele momento e revoltar as tropas em favor da legalidade, o que não sucedeu, ficando Lott pensativo no que fazer. Mourão resolve ir até seu apartamento na Avenida Atlântica realizar ligações aos generais mais próximos, incluindo o general Aurélio de Lyra Tavares, chefe do Estado-Maior do I Exército e depois vai a Vila Militar, onde se encontraria com o general Ladário Teles Guedes, comandante do Grupamento de Unidades Escola, da Vila Militar, atualmente, 9ª Brigada de Infantaria Motorizada. O general Jair Dantas, que comandou a 1ª Divisão de Exército foi contatado por Mourão a fim de ganhar corpo uma resistência contra Denys. Manifestou-se impotente diante dos fatos uma vez que julgava não ter mais prestígio por não comandar mais.<sup>237</sup> Ninguém desejava reagir, deixando as coisas acontecerem. Nem

---

234 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 94.

235 Ibidem, p. 95.

236 Ibidem, p. 96.

237 Ibidem, p. 97.

Lott, nem Jair, nem Osvino, nem Ladário. Voltou pra casa na madrugada, mas pensativo no que faria no dia seguinte, incluindo uma ida rápida para o Rio Grande do Sul, onde o estado era governado por Leonel Brizola, cunhado de João Goulart. Para Mourão, ele não ficaria de calado diante da possibilidade de se impedir a posse de Goulart.<sup>238</sup>

No dia seguinte, 26 de agosto de 1961, Mourão decide ir ao quartel-general falar com o chefe do Departamento Geral do Pessoal, general Osvino a fim de reagirem rápido, buscando um avião que os levassem ao Rio Grande do Sul. Conseguiu-se o avião, porem o general Osvino ficou indeciso e por fim não aceitou viajar para o Rio Grande do Sul. Outros generais foram procurados por Mourão, dentre eles, o general Nestor Souto de Oliveira, comandante do I Exército no Rio de Janeiro. O general João Segadas Viana era o oficial mais velho na ativa foi procurado por Mourão. A ideia era de se chegar ao Ministro da Guerra a posição dos generais do Estado-Maior, I Exército e Vila Militar. Mourão ainda não obteve sucesso nas suas investidas. Dias depois, temendo de fato ter que ir ao Rio Grande do Sul no momento em que as coisas ficavam mais difíceis por lá, ligou para sua filha Laurita, em Trinidad, Uruguai, para planejar sua ida para lá. Mourão estava em Licença Especial<sup>239</sup> desde quando foi exonerado da CTR, em março de 1961 e desistiu de ser Adido Militar em Lisboa.<sup>240</sup> Com a aprovação do sistema parlamentarista, em 2 de setembro de 1961, pelo Congresso Nacional, Jango foi empossado Presidente em 8 de setembro. Mourão acabou mesmo indo para o sítio em Teresópolis – RJ, a fim de terminar sua licença em 14 de outubro de 1961 e poder voltar às funções militares.<sup>241</sup>

Quinze dias se passaram entre a renúncia de Jânio e a posse de Goulart. Neste período podemos observar a conduta legalista de Mourão a fim de garantir a posse do vice-presidente, mesmo desconfiando de um possível golpe por parte dos ministros militares. Ao procurar o ex-ministro Henrique Lott, deixando de lado suas diferenças, Mourão estaria decidido a buscar uma solução constitucional para o impasse, uma vez que qualquer golpe a essa altura iria piorar ainda mais a situação política nacional.

---

238 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 97.

239 Arquivo OMF. 26 de abril de 1961.

240 Arquivo OMF. 27 de janeiro de 1961 e de 15 de fevereiro de 1961.

241 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p. 99.

### **considerações finais deste capítulo**

O general Olímpio Mourão Filho tem seu nome na História recente do Brasil pelo seu papel no desencadeamento golpe civil-militar de 1964. Ao analisarmos sua trajetória política e militar, veremos que participou ainda bem jovem de algumas campanhas repressivas, nas décadas de 1920 e 1930, com destaque para a Revolução de 1930 e Movimento Constitucionalista, em 1932. A essa altura, já adquiria consciência sobre a política nacional. Tem então sua maior marca como capitão, em 1937, ao lhe ser imputado a autoria dos documentos do caso Cohen. Passa alguns anos se defendendo, ou tentando até sua absolvição em 1955.

Na década de 1950, com a ascensão do anticomunismo e das ideologias de segurança interna, influenciadas pelas ligações com oficiais norte-americanos, culminam na criação da Escola Superior de Guerra, identificamos que o general não tinha ligação com os intelectuais deste grupo. Mas, ao longo da década de 1950, sobretudo no governo do Presidente Juscelino Kubitschek, incorporou a ideia de uma grande ameaça comunista nacional. Isso se deveu a sua participação no governo, na Comissão Técnica de Rádio, onde pode sentir de perto as relações existentes no meio político. Podemos identificar um militar anticomunista que parecia agir por si mesmo, não se valendo muito de ligações corporativas. A sua personalidade forte, não usando, às vezes, meias palavras, aliado ao legado negativo pela acusação da criação do documento que viria originar o Plano Cohen e conseqüentemente o Estado Novo, o deixaram num grupo de oficiais que teriam tudo para encerrar a carreira como coronel e não chegar ao generalato. Para deixa-lo ainda mais isolado em relação ao grupo de oficiais mais influentes, Mourão não cursou a ESG. Entre o final de 1954, quando é selecionado para cursar a ESG e não pode tendo em vista a enfermidade da esposa, e 1961, quando foi matriculado na ESG sem seu consentimento e não quis cursar a escola, passaram-se quase sete anos. Neste período fica evidente o afastamento ainda maior de Mourão do grupo da ESG. Isso o deixou mais próximo dos militares conservadores e distante dos modernizadores. Enquanto os generais Mamede, Castelo Branco, Cordeiro de Farias e o coronel Golbery estavam cada vez mais influentes nas decisões nacionais, diga-se de passagem, a forte participação na crise de 1954, no governo de Vargas, em 1955, nas eleições, Mourão Filho não tinha a essa altura a capacidade de mobilização em favor de assuntos relevantes. Na década de 1960 veremos que Mourão consegue criar uma rede de relacionamentos em favor do golpe, embora tivesse aproveitado uma base lançada pelo complexo IPES/IBAD. Mourão é decididamente conservador de direita, não progressista

como os colegas de turma adesguianos, anticomunista ferrenho e militar tradicional, que buscar ocupar as funções nos moldes das ideias herdadas do modelo francês. No caso específico de Mourão Filho, podemos considerá-lo tradicional, mesmo se envolvendo com a Aliança Liberal, em 1930, e depois no plano Cohen. Neste último agiu fora da caserna, em nome do integralismo, mesmo que pudesse ter favorecido o governo de Getúlio Vargas, quando do Estado Novo. É com esse perfil que Mourão comandou a 3ª Divisão de Infantaria, no Rio Grande do Sul, 2ª Região Militar, em São Paulo, e 4ª Região Militar/4ª Divisão de Infantaria, em Minas Gerais. Mais a frente, veremos até que ponto isso é relevante em relação a sua participação no golpe civil-militar de 1964.

Mourão Filho como militar tradicional e conservador durante toda sua carreira no Exército. Suas participações nas Revoluções de 1930 e 1932 foram importantes para saber o papel e posições políticas nos anos subsequentes. Mas sua ligação com o plano Cohen, em 1937, bem como o desfecho no golpe do Estado Novo, demonstram que Mourão não fazia parte do grupo militar que tinha poder de decisão. Neste contexto, ele foi monitorado e utilizado em favor do sucesso desse grupo. Dai entende-se seu elevado grau de impetuosidade.

### **CAPÍTULO III – As articulações de Mourão Filho no período pré-1964**

O anticomunismo foi determinante para a atuação do general Mourão Filho durante mais de dois anos de franca atividade conspiratória contra o governo do Presidente João Goulart. Pouco depois da posse de Jango, Mourão é designado para comandar a 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria. Neste novo jogo político o general parecia ser simpático ao novo Governo, mas, após três meses de comando já estava em conspiração. De início agiu sozinho, mas à medida que suas ações visando à deposição do Presidente avançavam e as mesmas eram de interesse de outros grupos mais influentes e com o mesmo objetivo, Mourão seria transferido para outros locais. Conspira por alguns meses durante o seu comando na 2ª Região Militar, São Paulo e, por fim, na 4ª Região Militar, Minas Gerais. No período que passou nestas guarnições acumulou contatos e planos que colocou em prática em momento oportuno.

O objetivo deste capítulo consiste em traçar a trajetória de Mourão Filho nos momentos que antecedem ao golpe de 1964, não desprezando os demais atores do golpe e observando que as ações neste período se calçam cada vez mais no anticomunismo.

#### **3.1 – Mourão Filho no Rio Grande do Sul**

*O anticomunismo, um dos fundamentos ideológicos do general Mourão Filho, esteve presente em toda sua passagem pelo Rio Grande do Sul. A sua chegada à Santa Maria se deu em outubro de 1961. De início, orientado pelo seu Chefe do Estado-Maior, coronel Mena Barreto, viajou pelo interior do estado verificando o ambiente de cada quartel. Mas, em janeiro de 1962, aconteceu um fato que entendemos ser o divisor de águas. Nesta ocasião o Comandante do III Exército, general Penha Brasil, ligado ao IPES/IBAD, solicita a Mourão que hospedasse os delegados da FARSUL em seus quartéis, por ocasião da realização de uma convenção de fazendeiros. Isso leva à cidade o Governador Leonel Brizola e o general Osvino Ferreira, que se reúnem na casa do último. Nesta reunião, dentre outros assuntos trataram sobre uma possível volta do presidencialismo. Mourão Filho garantiu ter acordado para o que se passava ali, conseguindo para dias depois uma reunião com Saint Pastous, Presidente da FARSUL, e o general Penha Brasil. O general Mourão qualificou o encontro como a primeira reunião civil-militar, dando início à conspiração militar contra João Goulart no Rio Grande Sul. No período que passou a frente da 3ª DI, Mourão agiu intensamente nos quartel subordinados, mobilizando suas tropas para possível marcha até o Rio de Janeiro, a fim de depor Goulart. Cabe ressaltar que quando Mourão começa sua*

*conspiração a elite nacional já operava desde final de 1961 com um projeto anti-Goulart. Mourão Filho não participaria das manobras da campanha promovidas pelo complexo IPES/IBAD. Isoladamente buscou apoio junto a empresários e militares do eixo SP-RJ pelo fato de ser mantido pelo complexo IPES/IBAD como conspirador, mas atuando de forma vigiada.*

Com a posse de João Goulart, o general João de Segadas Viana, que havia, em 1930, aderido à Aliança Liberal em favor da candidatura de Getúlio Vargas, assume como Ministro da Guerra, no lugar do marechal Odílio Denys, opositor de Jango. Para compor os principais comandos do Exército espalhados pelo Brasil foi necessário um estudo da conjuntura daquele momento, levando em consideração que muita coisa havia mudado em pouco tempo. Durante o governo de Juscelino muitos generais lhe eram opositores, principalmente o grupo da ESG. Com a renúncia de Jânio Quadros foi necessário reorganizar as peças, sobretudo para apoiar o governo de Jango.

Este contexto, em setembro de 1961, ainda é bem diferente do que veio a acontecer em março de 1964. Muitos que apoiaram a posse de Goulart o fizeram em nome da Constituição que garantia posse do Vice-Presidente. Ou seja, apoiar a posse de Goulart não significava apoiar o Goulart em si, seu governo e o PTB, tampouco apoiá-lo nesta ocasião não significava manter o apoio à medida que os fatos se sucedessem nos anos vindouros. Acredito ser o caso de Mourão Filho, que nunca foi adversário nem simpático a João Goulart.

Marechal, (disse Mourão ao marechal Lott na noite de 25 de agosto de 1961) sou contra este golpe, não admito ditaduras e nem tampouco que se impeça a posse do Vice-Presidente, de acordo com a Constituição, que não pode ser violada! Se o senhor quiser lutar, conte comigo. (apud SILVA, 1978, p. 96).

Parece-nos clara a posição de Mourão em não aceitar a possibilidade de golpe por parte do Ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, defendendo a legalidade. Mas Mourão estando em gozo de licença-especial é chamado pelo general Segadas Viana, a fim de ser nomeado Comandante interino da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI), em Santa Maria-RS.<sup>242</sup> Em 21 de setembro de 1961 sai sua nomeação definitiva.<sup>243</sup> O general Osvino Ferreira Alves, que

---

242

DIÁRIO PESSOAL DO GENERAL OLYMPIO MOURÃO FILHO – escrito entre os anos de 1955 e 1970, in SILVA, Hélio. Memórias: a verdade de um revolucionário. LP&M Editores, 1978, 6ª edição, p.98.

243

Comando de Divisão de Infantaria é privativo do posto de general-de-divisão. Como Mourão era general-de-brigada, foi nomeado interinamente. Arquivo OMF. Decreto presidencial/Diário Oficial de 21 de setembro de 1961.

já havia comandando a Divisão, aconselha Mourão antes de sua partida para o sul a manter como Chefe do Estado-Maior, uma espécie de Subcomandante, o coronel Ramão Mena Barreto. Mourão não o conhecia. Cogitou em exonerá-lo caso não “prestasse”.<sup>244</sup> Mas seguiu em 4 de outubro. Chegando a Porto Alegre encontrou os generais que esperavam por Jango. Este se dirigiu a Mourão, cumprimentando-o “Ah! O senhor aqui, General Mourão, que prazer!!” (João Goulart apud SILVA, 1978, p. 99). Mourão não lhe deu o costumeiro “você”, pois justificou que tinha certos receios dele. A ida de Goulart à China e as bases no getulismo preocupavam Mourão. Referiu-se certa vez ao Getulismo como “cadáver que não se enterra jamais e empesta o Brasil.” (apud SILVA, 1978, p. 99). Se agora governava Goulart, Mourão faz questão de mostrar o que pensava de Getúlio e do PTB. Mourão nunca alimentou ódio de Getúlio. Mas sua ligação com o general Góes o fazia temido.

Uma dupla capaz de enterrar um continente inteiro. Ambos mentirosos, falsos, traidores, ignorantes. Getúlio é frio. Não teve nem patriotismo nem pena piedade dos pobres. Pura mentira. Só o animava o amor pelo poder. Vivia para isto, somente. E como, na sua ignorância e frialdade, explorou a massa estúpida, incapaz de discernir qualquer coisa. Getúlio é, ou melhor, foi um líder ridículo, se considerado enquadrado em outro país mais civilizado que o Brasil. Nós escapamos de Pinheiro Machado,<sup>245</sup> morto por Manso de Paiva e fomos cair sob o guante de Getúlio. Não queria ele o monopólio estatal do petróleo (basta ver os anais do Congresso, a votação do PTB) e ficou com a fama de pai da Petrobras, poderia ter sido feita pela empresa privada, à custa de empréstimos externos; não precisava ser estrangeira: podia ser brasileira, contando que fosse empresa privada. (Mourão Filho apud SILVA, 1978, p.99).

É compreensível seu grau de cisma com Goulart que era o sucessor das ideias de Getúlio, podendo pô-las em prática em dado momento.<sup>246</sup> Mourão mostra-se preocupado com esta herança que esteve presente na renúncia de Jânio Quadros. Mas de fato o poder caiu mesmo nas mãos de João Goulart que, na opinião do general Mourão, chegou onde nunca deveria ter chegado, cabendo-lhe ter juízo. O ponto chave seria conter os ânimos de Leonel Brizola e de Rui Ramos, que insistiam na volta do presidencialismo. A pergunta de Mourão: “Jango vai ter juízo? Vai conter Brizola e Rui Ramos [...]” (apud SILVA, 1978, p. 100).

Goulart estava na Presidência e no sul Brizola era vitorioso pela campanha que fizera pela posse. A essa altura, Mourão começa suas reflexões acerca dos rumos que poderia tomar a nação. Seu raciocínio o deixava confuso e sem boas perspectivas de um bom governo, já

244

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.99.

245

Senador gaúcho falecido em 1915.

246

VILLA, Marco Antônio. Jango: um perfil (1945-1964). Ed. Globo. São Paulo, 2003, p.8.

que Mourão considerava Jango despreparado para o cargo.<sup>247</sup> Para ter sucesso em seu governo, Jango deveria ter um ótimo sincronismo com seu Primeiro-Ministro Tancredo Neves.

Mourão estava de fato enquadrado numa nova conjuntura, longe de seus mais próximos amigos, como quando servia no Rio de Janeiro e Juscelino era Presidente. Agora está no Rio Grande do Sul, num estado que já tinha servido antes, em 1948, em São Leopoldo, quando foi Comandante do 19º RI. Mas não se equiparava as duas situações. Naqueles tempos ainda lhe pesava nos ombros as acusações do plano Cohen e como já era coronel pensava em passar para a reserva. Comanda então um Regimento numa cidade bem pequena. Agora era general. Tem-se um peso político muito grande nas costas de um general, afinal são escolhidos no quadro de acesso e os Presidentes, sobretudo nas décadas passadas, tinham muita influência nas escolhas. Mourão teve um grande empurrão do Juscelino. E com o João Goulart Presidente as coisas ainda lhe eram escuras. Mas as fortes ligações com Leonel Brizola, que governava o Rio Grande do Sul poderiam ser até mesmo benéficas no que diz respeito a sua influência junto a João Goulart. Para Mourão Filho, a essa altura dos fatos Brizola era nacionalista e não como comunista.<sup>248</sup>

Mas lhe assusta o quadro que encontra na chegada a Porto Alegre. Dois jornalistas se dirigem a ele, Tadeu Onar, do Diário de Notícias, e Everardo Dias, credenciado junto ao Comando do III Exército. Tadeu Onar era totalmente contra Brizola e já vai logo dizendo a Mourão sobre os desdobramentos da campanha legalista encabeçada por Brizola, que, na opinião de Tadeu Onar, foi um verdadeiro festival comunista e trabalhista. Se Mourão não julgava Brizola comunista, ficou muito decepcionado e temeroso do que poderia acontecer por lá.

No âmbito o III Exército, a propaganda comunista foi intensa nos quartéis, principalmente no interior do Rio Grande do Sul, nas regiões de Santa Maria e fronteiras com Argentina e Uruguai,<sup>249</sup> conforme depoimentos de militares que comandaram organizações militares nestas localidades.<sup>250</sup>

A campanha pela legalidade encabeçada por Brizola tinha deixado o ambiente no III Exército bastante perturbado em função do grau de agitação que se desenvolveu. Brizola teria

---

247 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.103.

248 Ibidem, p.103.

249 MOTTA, Aricildes de Moraes (org). 1964: 31 de Março. História Oral do Exército. Bibliex. Rio de Janeiro, 2003, v.8, p.240.

250 Ibidem, p.66.

assumido o controle de forma arbitrária da rádio Guaíba e de outras rádios criando a “cadeia da legalidade”. No Rio Grande do Sul houve então a campanha dos que apoiavam a posse de Goulart e a campanha dos que lhe eram contrários. Isso mobilizou as diversas forças políticas e militares.<sup>251</sup> Mesmo os oficiais que estavam em favor da legalidade, como o general Machado Lopes, do III Exército, teriam ficado preocupados com o rumo da campanha de Brizola, deixando um dispositivo militar em condições de atuar caso houvesse insurreição.<sup>252</sup> Num pronunciamento por rádio, Brizola teria incentivado os sargentos a se colocarem ao lado da legalidade: “Sargentos, tomem as armas desses gorilas.” (Daniel Lomando Andrade apud MOTTA, A. 2003, v.8, p.240). Mourão acreditava em possibilidades de salvação nacional, uma vez que Goulart aceitou governar com o parlamentarismo. Essas possibilidades de sucesso aumentaram para o general quando teria assistido o Presidente repreender Brizola e Ruy Ramos<sup>253</sup> por estarem fazendo campanha para voltar o presidencialismo.<sup>254</sup>

Em 13 de outubro de 1961, Mourão enfim assume o comando da 3ª DI<sup>255</sup> e já é informado pelo coronel Ramom Menna Barreto que o general Pery Bevilacqua, Comandante anterior, já doutrinava seus oficiais por ser totalmente contrário a Goulart e Brizola. Pery considerava Jango mau cidadão, inepto, desonesto e baderneiro.<sup>256</sup> Não admitia que Brizola pudesse mandar e desmandar no país. Dizia isso pela campanha que Brizola travou para a posse de Goulart. O episódio da legalidade foi vivido pelo tenente-coronel Alexandre Amêndola, que presenciou a prisão do coronel Antônio Carlos Andrade Serpa por sua campanha contrária a Goulart.<sup>257</sup>

A impressão inicial que fica ao assumir o comando era que estava velho para continuar no Exército. A promoção de general-de-divisão ainda não tinha saído por não haver vagas e caso não fosse promovido deveria se aposentar. Animava-se pelo regime parlamentarista, pela possibilidade do Presidente ser mais vigiado e controlado. “Veremos se o parlamentarismo salva este país, pois o presidencialismo vinha desgraçando-o.” (apud SILVA, 1978, p. 107).

---

251 Motta, A. (2003), op cit, v.8, p.35.

252 O III Exército mobilizou tropas da 6ª Cia PE, 3º BCCL e 12º R Rec Mec para conter possível revolta e atacar as torres da rádio Guaíba caso a campanha pela legalidade tomasse rumos mais radicais. Motta, A. (2003), op cit, volume 8, p.35.

253 Ruy Ramos era Deputado Federal pelo PTB-RS.

254 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.103.

255 Arquivo OMF. 29 de setembro de 1961.

256 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.105.

257 Entrevista do Tenente-Coronel Alexandre Máximo Chaves Amêndola, que serviu como estagiário em 1961 no comando da 3ª DI, Santa Maria, presenciando o episódio da legalidade. Motta, A. (2003), op cit, v.8, p.390.

Tratou logo de se integrar à cidade e conhecer as unidades militares da 3ª DI. O ambiente da cidade de Santa Maria não lhe agradou de início. E com informações vindas de seus oficiais do Estado-Maior, chegou à conclusão que muita coisa lhe era contraditória. Em Santa Maria havia certo agitação de comunistas da Rede Viação, existindo ainda uma organização que era instalada numa casa conhecida como Palácio Rosado.<sup>258</sup> A polícia local era comandada pelo tenente-coronel-PM Benjamim Prado D'Ávila, ligado a Brizola. Em caso de ações comunistas, estas não seriam contidas por este Regimento Rural Montado, fiel à Leonel Brizola. Em caso de ação de tropas da 3ª DI, como acontecera em 1960, no comando do general Rangel, o Governador Brizola poderia alarmar como uma intervenção federal no estado. Em 1960, comandava o III Exército, em Porto Alegre, o general Osvino Ferreira e seu Chefe do Estado-Maior fez parar a ação. Osvino era um general janguista.

O general Gabriel D'Annunzio Agostini era tenente-coronel e foi Comandante em 1964 do 3º RO. Para ele, a cidade de Santa Maria era muito influenciada pelos comunistas, onde as oficinas da Viação Férrea do Rio Grande do Sul seriam utilizadas como local de encontro de pessoas agitadoras. O líder Baltazar de Mello e outros cinco homens possuíam cursos na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).<sup>259</sup>

Mourão começa então a visitar as unidades militares enquadradas pela 3ª DI a fim de conhecê-las e observar o panorama político de cada uma, principalmente os comandantes. Ao chegar ao 7º Regimento de Infantaria (7º RI), em Santa Maria, e pelos relatos apresentados, notou que o Subcomandante era de fato comunista, fato este registrado no seu diário. Durante a campanha pela legalidade, os oficiais estavam ao lado do Comandante, enquanto os sargentos ficaram com o Subcomandante, armados. Foi conhecer também o 3º Regimento de Obuses 105 (3º RO 105), em Santa Maria e fica estarecido com a gravidade dos fatos durante a campanha legalista em prol de Goulart. Chegaram a prender o Comandante, soltando-o em seguida. Os obuses estavam todos em péssimas condições de conservação, quase sem poder sair do quartel. O 3º Grupo de Obuses (3º GO), em Cachoeira do Sul também era precário, uma vez que todos os canhões estavam indisponíveis. As exceções eram o 9º Regimento de Infantaria (9º RI), comandado pelo coronel Vignoli, e o 3º Batalhão de Engenharia de Combate (3º BE Comb), do tenente-coronel Boris Brominski, em Cachoeira do Sul.<sup>260</sup> Na opinião de Mourão, pesou muito na hierarquia e na disciplina do quadro de oficiais e

258

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.107.

259

MOTTA, A. (2003), op cit., v.2, p.124.

260

Mourão Filho realizou inspeções nas unidades militares subordinadas à 3ª DI nas cidades de Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul e Pelotas. Arquivo OMF. 29 de novembro de 1961.

sargentos os acontecimentos de 1960, no comando do general Rangel, que não se firmou diante das investidas de Leonel Brizola. Outro fato a somar foram as insubordinações em quartéis, como o ocorrido em Santa Maria, no 3º RO 105, onde as forças pró e contra Jango se dividiram e prenderam o Comandante. O 7º RI passou por situação parecida, já descrita aqui, onde os sargentos se formaram ao lado do Subcomandante e os oficiais com o Comandante. Isto tudo refletia falta de firmeza dos Comandantes, com um grupo que se organizava livremente dentro dos quartéis, colocando a posição do Comandante daquela organização e dos comandos superiores em xeque.<sup>261</sup>

Este foi o ambiente encontrado por Mourão ao assumir o comando da Divisão. Em 1958 comandou por lá o general Osvino, pró-Goulart e conhecido pelos oficiais como populista e janguista. Osvino teria mantido a disciplina fraca nos quartéis e facilitado a propaganda de esquerda que arregimentou alguns oficiais e sargentos, conforme relato do coronel Carlos Alberto Ustra, que serviu em Santa Maria neste período como tenente.<sup>262</sup> Seu irmão, o coronel Renato Ustra também foi tenente por lá na mesma época e confirma que Mourão encontra, em outubro de 1961, um terreno propício à esquerda dentro dos quartéis, uma vez que o general Osvino era simpático à esquerda.<sup>263</sup>

Em 24 de outubro de 1961 acontece algo que soa estranho para Mourão: o general Machado Lopes deixa o comando do III Exército e assume o general Penha Brasil. O que estranhou a Mourão foi o Machado Lopes ter lutado na campanha da legalidade, ou seja, a favor de Jango, e ainda, o Ministro da Guerra, general Segadas Viana era muito próximo a Goulart. Volta à tona, na cabeça de Mourão Filho, a campanha de Leonel Brizola e de Ruy Ramos pela volta do presidencialismo. O general foi defensor do parlamentarismo por achá-lo mais apropriado para a República.<sup>264</sup>

Toda aquela convicção que tinha em lutar pela legalidade, em ver cumprida a Constituição, mesmo não sendo confiante em João Goulart, parecia já não ser a mesma. Podemos identificar um princípio de conflito com o que defendeu, neste caso a Constituição, com o quadro que se estabelecia. Para entender melhor voltaremos à campanha da legalidade. Se Mourão defendia que a Constituição tinha que ser cumprida, ele sabia que esta defesa significava empossar o Vice-Presidente legítimo, João Goulart. Conhecia suas ligações com o getulismo, de que era, junto com Brizola, seu maior herdeiro.

---

261 Diário Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.108.

262 MOTTA, A. (2003), op cit, v.5, p.218.

263 Ibidem, p.240.

264 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.110.

No final de 1961, Mourão recebe uma solicitação do general Penha Brasil a fim de que hospedassem nos quartéis de Santa Maria cerca de quatrocentos membros da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL).<sup>265</sup> Tal evento discutiria a defesa dos fazendeiros contra invasores de terra. A FARSUL, que viria a ser um dos principais organismos gaúchos na desestabilização do Governo de Goulart,<sup>266</sup> tem os primeiros contatos com o coronel Ramão Mena Barreto, Chefe do Estado-Maior de Mourão. Nesta oportunidade foram levantadas algumas informações sobre o movimento, como a possibilidade da convenção ser perturbada por estudantes e comunistas e ocupação das fazendas por pessoas ligadas a Leonel Brizola e seu Chefe de Polícia, coronel Prado. Para Mourão era chegada a hora de acordar uma vez que estaria preocupado apenas na formação militar da tropa e reaparelhamento dos quartéis que estavam bem sucateados. Julgou então estar diante de uma situação que pudesse subverter a ordem política no estado. Acreditava que o sucesso do plano lá no Rio Grande do Sul poderia ter desdobramentos a nível nacional pela proximidade de Brizola e Goulart, uma vez que eram alinhados políticos e cunhados.<sup>267</sup>

Por ocasião da convenção da FARSUL, vai à cidade o Governador Brizola, no dia 7 de janeiro de 1962. Para Mourão, ele foi lá tirar proveito da convenção em seu favor. É programado um jantar na casa do general Osmino Ferreira, ex-comandante da 3ª DI e do III Exército e Comandante do I Exército, no Rio de Janeiro, mas que, por ser gaúcho, tinha residência em Santa Maria. Conversaram sobre os últimos acontecimentos políticos, o que, para Mourão, era uma jogada para se saber as posições dele, acreditando eles que ele estavam no mesmo lado político, até porque Mourão foi favorável à posse de João Goulart. A conversa era em torno dos seguintes assuntos: campanha intensa para a volta do presidencialismo; campanha para reformas de base, com destaque para a reforma agrária, reformando-se para isso o parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição.

É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior. (Parágrafo 16, Artigo 141 da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946).

O fato de Mourão se manifestar publicamente a favor da posse de Goulart, indo até mesmo à Vila Militar no Rio de Janeiro a fim de uma possibilidade de revoltar as tropas em

<sup>265</sup> DREIFUSS (1981), op cit., p.374.

<sup>266</sup> LAMEIRA, Rafael Fantinel. O governo Meneghetti e o golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul. ANPUHS/UFRSG. Porto Alegre, 2012.

<sup>267</sup> Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.101.

favor da sua posse, teria feito que Osvino e Brizola pensassem que Mourão estava do lado deles. Destaca-se mais uma vez o já tinha dito, que estava do lado da legalidade, enquanto eles estavam do lado de Goulart.<sup>268</sup> O saldo do jantar na casa do Osvino resultara em ideias de como obter as reformas discutidas e o plebiscito, se preciso. Mourão foi legalista em 1961, porém mudou de ideia em início de 1962 no encontro com Osvino e Brizola, que planejavam a volta do presidencialismo antes do prazo estabelecido entre as partes.<sup>269</sup>

Retirei-me da mesa dos debates e fui para casa dormir, absolutamente disposto a começar uma **contra conspiração** (grifo meu) para impedir que uns loucos furiosos transformassem este país numa fogueira. Eu ia dormir, mas estava acordado desde aquele momento. Não pararei mais de trabalhar contra eles. Não recuarei. Eles me terão pela frente. Nada tenho contra João Goulart. Acho-o até um bom homem e simpático. Mas ele não porá fogo no Brasil. (Mourão Filho apud SILVA, 1978, p.102).

Mourão vivia atento a tudo que se passava na cidade. Sua mente anticomunista ferrenha fez com que ele ligasse os fatos e atribuisse as ações decorrentes como quebra do acordo parlamentarista e, na tentativa de conseguirem de volta a aprovação do presidencialismo, viessem na verdade a se aproximarem do comunismo. Por isso entendo que a decisão de Mourão em conspirar contra o governo Goulart se deu no dia 7 de janeiro de 1962. De início, sua intenção seria frear as ações de Brizola no Rio Grande do Sul, o que acaba por se tornar um plano a nível nacional.

A primeira providencia de Mourão foi uma reunião com seu Chefe do Estado-Maior, o coronel Ramão Menna Barreto, expondo-lhe claramente o que pensava a cerca do ocorrido na reunião da FARSUL. Não sabia exatamente o que lhe falar até porque não conhecia ainda sua reação, apesar de saber que o coronel era contra o comunismo. Mourão acreditava que seu dever seria acordar seu Chefe de Estado-Maior, fazendo-o se posicionar ao seu lado numa “contra conspiração”. Menna Barreto manifesta que já estava disposto a pedir a atenção do general para os últimos acontecimentos ali no Rio Grande do Sul.<sup>270</sup>

Mourão ouviu ainda do coronel Menna Barreto a sugestão para que ouvisse o pronunciamento do Governador Leonel Brizola todas as sextas-feiras. Estavam em meio a grande conspiração, sendo necessário viajar até o Rio de Janeiro a fim de relatar ao Ministro da Guerra, general Segadas Vianna. Seu maior medo era que as ideias de Brizola difundissem em âmbito nacional. De início era necessário checar as informações com cuidado, o que

268

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.102.

269

Entrevista com o coronel Aluizio de Campos Costa, que servia como capitão na AMAN – Resende–RJ, em 1964, in MOTTA, A. (2003), op cit, v.1, p.276.

270

DREIFUSS (1981), op cit., p.374.

encarregou o coronel Menna Barreto de fazê-lo. Em seguida, deveria ir ao comando do III Exército falar com o general Penha Brasil, verificando sua posição e se havia apoio junto aos demais oficiais do Estado-Maior do III Exército. Caso fosse mesmo de início articular algum movimento com a finalidade de parar Brizola, Mourão dizia já contar com alguns oficiais amigos espalhados pelo Sul. Listou alguns oficiais, os tenentes-coronéis: Freitas; Xavier, que haviam servido juntos em Curitiba no 15º BC; Athos, sobrinho de seu amigo Danton, e Paulo Braga, irmão do Governador do Paraná, Ney Braga.<sup>271</sup>

Mas se desejasse mesmo conspirar contra o que supunha estar sendo tramado por Brizola e outros, Mourão deveria iniciar seus contatos. O general Penha Brasil aceita seu pedido para convidar o Dr. Saint Pastous, Presidente da FARSUL a se reunirem no QG em Porto Alegre.<sup>272</sup> Na reunião em 15 de janeiro de 1962 é exposto ao Dr. Saint o que dissera ter ouvido de Leonel Brizola na casa do general Osvino, no dia 7 de janeiro, bem como outros discursos, incluindo os pronunciamentos no rádio. Disse ainda que Brizola falava, usando as seguintes expressões “nós faremos, nós aconteceremos”, e que agiria em comum acordo com João Goulart.<sup>273</sup> Para Mourão, este seria o primeiro ato na ampla mobilização que viria a fazer. Mas tudo estava no controle do IPESUL,<sup>274</sup> braço do IPES no Rio Grande do Sul. O próprio general Nestor Penha Brasil, Comandante do III Exército era ligado ao IBAD. Ou seja, as ações que ocorriam no campo político, envolvendo fazendeiros e empresários, eram dirigidas pelo IPESUL. No Rio Grande do Sul, o IPESUL representava os interesses do complexo IPES/IBAD, tendo, inclusive, o coronel Mena Barreto, Chefe do Estado-Maior de Mourão, como um de seus membros.<sup>275</sup>

Agora o jogo não seria apenas contra Brizola e talvez contra Goulart, mas seria um projeto mais ambicioso, anticomunista, com a finalidade de ocupar posições ao longo do Brasil. Retornando à reunião de 15 de janeiro de 1962, fica decidido que numa primeira fase, deveria haver grandes esforços para se ganhar as eleições de 1962, onde grande número de vagas de Senadores e Deputados estaria em jogo. Em segundo lugar deveriam concentrar na mobilização dos setores produtivos, indústria e comércio, que ao lado dos produtores agrícolas, deveriam apoiar o movimento “contra revolucionário” com financiamento eleitoral. Em terceiro e último lugar estariam os militares, encarregados de articulações na área

---

271 Motta, A. (2003), op cit, v.9, p.31.

272 Viagens ao Comando do III Exército – Porto Alegre. Arquivo OMF. Publicações de 15 e 18 de janeiro de 1962.

273 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.117.

274 O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (IPESUL) foi fundado em Porto Alegre, em 1962.

operacional, isto é, operações militares propriamente ditas. Para fazer a “revolução” tinha que se ter uma preparação.<sup>276</sup> Saint Pastous fica então incumbido de organizar o comitê financiador das campanhas eleitorais daquele ano, sendo que nenhum candidato receberia quaisquer quantias de dinheiro em mãos. A campanha seria descentralizada por município e os repasses seriam de acordo com a renda correspondente. Com o intuito de ir ao Rio de Janeiro realizar outros contatos de natureza politico-militar para endossar seu plano de reação, Mourão pede ao general Penha Brasil a concessão de férias, viajando em 29 de janeiro.<sup>277</sup> Mas no caminho ficaria em São Paulo<sup>278</sup> a fim de se reunir com o Oto Barcelos Correia e o Edmundo Monteiro<sup>279</sup>, ambos líderes do IPES, buscado apoio financeiro.<sup>280</sup>

Antes ele redige um Plano de Ação composto por várias demandas. Uma delas ele intitula de “possibilidades do inimigo”, imaginava as seguintes hipóteses:

2º - Intensificar e generalizar operações superficiais da 2ª fase (revolução)<sup>281</sup> da guerra subversiva, fomentando greves urbanas de transportes em geral, reivindicações dos trabalhadores rurais, movimentos e pseudo-agricultores e criadores para tomada de terras de seus proprietários, greves estudantis e pequenas arruaças nos grandes centros. Esta operação visa, exclusivamente, de um lado ao treinamento de suas forças para o caso de necessidade de desencadeamento de operações de profundidade, extensão e simultaneidade, se ocorrer hipótese de guerra enunciada (1ª fase) e de outro manter em ebulição o eleitorado da massa para o pleito de outubro. Nesse sentido, de par com a operação “confusão”, a tônica de seus comícios será sempre a de que os partidos são incapazes ou não querem fazer as reformas de base, etc. etc.

4º - Conseguir, a pretexto de facilitar a reforma agrária, introduzir uma emenda à Constituição modificando o parágrafo 16 do artigo 141, nos termos seguintes: “§ 16 – É garantido o direito de propriedade, condicionado, porém, ao interesse social ou à necessidade de utilidade pública. O Estado poderá fazer desapropriações, nestes termos, mediante prévia indenização, seja em títulos da dívida pública, ou outros bônus estatais, a critério do Governo.” (Mourão Filho apud SILVA, 1978, p.118).

Passou-lhe a mente a possibilidade de delírio ao formular tais hipóteses de ações, dizendo: “Meu Deus, não estarei me deixando arrastar pela fantasia? Não. As informações de

275 DREIFUSS (1981), op cit., p.374.

276 MOTTA, A. (2003), op cit, v.8, p.157.

277 Viagens a Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro a fim de iniciar as articulações contra Goulart nos meios militar e civil. Arquivo OMF. 25 de janeiro de 1962.

278 Arquivo OMF. 25 de janeiro de 1962.

279 Economista. Foi Presidente da Associação das Emissoras de São Paulo, entre 1948 e 1983, Diretor-Geral das emissoras de rádio paulistas, dos jornais Diário da Tarde e Diário de São Paulo. Implantou em 1960 a TV Cultura.

280 DREIFUSS (1981), op cit., p.377.

281 O termo “revolução” surgiu na ESG a partir de influências recebidas de teóricos norte-americanos e franceses e foi adotado pelo Estado-Maior do Exército, para designar as estratégias dos comunistas pós Segunda Guerra, compreendendo táticas psicológicas para obter controle das massas, criar ambiente revolucionário e chegar à tomada violenta do poder. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. FAPESP. São Paulo, 2002, p.261.

que disponho são garantidas, porque ‘ouvidas’ por mim.” (Mourão Filho apud SILVA, 1978, p.119). Referia-se a conversa na casa do Osvino Ferreira, em 7 de janeiro de 1962. Mas ao chegar a São Paulo, em 4 de fevereiro, trata de se reunir com as pessoas pré-estabelecidas, a saber: Oto Barcelos, Gil Renó e João Batista Leopoldo Figueiredo, este Presidente do Banco do Brasil no governo de Jânio Quadros e líder do IPES.<sup>282</sup> Mas não consegue o poio para financiar campanhas de candidatos a Deputado Federal no Nordeste. É recebido pelo Governador Carvalho Pinto, da coligação UDN-PSD-PSB.

Mas o mais importante contato estaria por ser feito no dia seguinte, com o Ministro João Segadas Viana.<sup>283</sup> A grande questão de fato seria a sensibilização do mesmo. Ele apoiou a posse de João Goulart sobre plenos poderes parlamentaristas e poderia não acreditar numa tentativa de reviravolta do Presidente por este saber que as Forças Armadas estavam de olho. Ainda era recente sua posse, da qual apenas cinco meses se passaram. O Ministro não aceita de imediato a ideia de que uma conspiração era montada por Brizola e que Goulart teria dito que lutaria junto. A exposição de Mourão sobre os fatos consistia em alertá-lo sobre as fases do movimento, que já estava em pleno desenvolvimento, que era a derrubada do parlamentarismo e a volta do presidencialismo a fim de lhe darem forças, algo que o regime parlamentarista não conseguiria. Para endossar seu argumento Mourão fala-lhe que a volta do presidencialismo muito interessaria outras forças políticas da época. Se seria importante para Goulart, também seria grande valia para outros políticos e possíveis candidatos a Presidente da República como Juscelino Kubistchek, Amaral Peixoto, Carvalho Pinto, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda.

Mourão sempre imaginava possibilidade de golpe por parte da esquerda, criando a seguinte hipótese: caso eles obtivessem sucesso nas eleições parlamentares poderiam reverter o quadro com a aprovação da volta do presidencialismo. Caso as eleições não fossem vencidas pela esquerda e no intervalo até a aprovação de novo Ministério (se o Primeiro-Ministro Tancredo Neves perdesse o apoio), Goulart poderia junto com alguns generais dar um golpe. Um dele seria o general Osvino, Comandante do I Exército, e o general Jair Dantas, também favorável a Jango, futuro Comandante do III Exército. Ou seja, os dois maiores Comandos nas mãos de generais pró Goulart. Mourão chega a indagar o Segadas: “Você vai consentir na retirada do Penha Brasil? Vai ser um escândalo contra você.” (apud SILVA, 1978, p.120). Poderia culminar no fechamento do Congresso Nacional e nasceria uma república sindicalista. “Segadas, abra os olhos, caro amigo.” (apud SILVA, 1978, p.121).

---

282

DREIFUSS (1981), op cit., p.377.

Ainda de férias no Rio de Janeiro, em 21 de fevereiro encontra-se com o general Artur Costa e Silva, Comandante do VI Exército, Recife, Pernambuco. Apesar de não serem amigos, conversaram sobre os últimos acontecimentos no Recife, onde Miguel Arraes, Seixas Dória e Pelópidas da Silveira estariam promovendo uma grande agitação. Os estudantes criaram um boletim contra o fato de João Goulart aceitar governar sob o parlamentarismo. Mesmo movido a articular contra a conspiração de Brizola, Mourão dizia ainda acreditar em Goulart, considerando-o homem bom, porém despreparado. Na conversa Costa e Silva propõe levar ao general Amaury Krueel, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e homem de confiança de Goulart, os tais boletins.

Na manhã de 22 de fevereiro acontece na Vila Militar um desfile e o Presidente se fazia presente. Então são realizadas homenagens, o que deixa Mourão muito furioso, por se tratar de um Presidente eleito com apenas três milhões e meio de votos (recebeu na eleição para Vice-Presidente). O general achou nesta oportunidade o que sempre pensava sobre Jango, um homem despreparado e que nem sabia falar corretamente em público. Mas o fato de Goulart haver prometido aumento para os militares soou como demagogia para Mourão. “Vocês militares, fiquem bonzinhos que eu vou lhes aumentar os proventos”, caçoa Mourão Filho. (apud SILVA, 1978, p.122). Sai do desfile e do Rio de Janeiro definitivamente disposto a derrubá-lo do poder.

Do Rio de Janeiro vai a São Paulo reunir-se com o general Nelson de Melo, Comandante do II Exército. Seu objetivo era obter apoio dos Comandos do Exército a fim de reagir contra João Goulart. O negócio seria ter sua base de apoio em São Paulo, onde concentrava também os maiores empresários nacionais e sede da maioria das empresas multinacionais. Nelson de Melo teria sinalizado favorável, que estaria no mesmo barco de Mourão. Inclusive já havia em São Paulo uma intranquilidade imensa, acenando com a possibilidade de Goulart ser possível ditador, na opinião de Nelson de Melo.<sup>284</sup> A essa altura já começava em São Paulo uma conspiração contra Goulart e suas forças, coordenada pelo IPES, algo que Mourão não conhecia sua dimensão.<sup>285</sup>

Procurou o almirante Sylvio Heck. Esse militar da Marinha seria “um grande revolucionário” para Mourão. Teria ainda grandes chances de articular com outros almirantes e generais, incluindo o marechal Odílio Denys opositor da posse de João Goulart. Não eram simpáticos. Estava na reserva, mas poderia arrastar no Rio de Janeiro alguns generais a lutar

283

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.119.

284

Ibidem, p.122.

285

DREIFUSS (1981), op cit, p.373.

com ele. Outro general a quem poderia procurar seria o Cordeiro de Faria, que estava na ativa.<sup>286</sup> Nessa corrida de Mourão pelo apoio ao que ele chamou de “contra revolução”, vemos Mourão recorrer a generais-de-exército, o posto mais alto, e alguns generais-de-divisão que eram colegas de turma dele, embora ainda fosse general-de-brigada. Isso era favorável a Mourão, que não necessitava de cerimônias e observar tanto a hierarquia militar por se tratar de generais da mesma turma de formação. Agora, com sua promoção a general-de-divisão, em março de 1962, teria mais prestígio nas suas articulações.<sup>287</sup>

Na volta à Santa Maria, o próximo passo a ser dado na consolidação da contra conspiração seria a visita às guarnições militares a ele subordinadas.<sup>288</sup> Os coronéis Boris, Hor-Meyll e Portela, os tenentes-coronéis Walter de Almeida, do 3º GO 105, Ito, do 3º BCCL e o capitão Adyr Maia, da 3ª Cia Com já estavam com ele. Ainda faltavam alguns Comandantes, como os tenentes-coronéis Vignoli, do 9º RI e Espellet, do 8º RI. Em 11 de maio, volta a se encontrar, em Porto Alegre, com Saint Pastous, da FARSUL.<sup>289</sup> Envia também emissários, para o interior, que trabalharam na conspiração. Um deles foi o major Paulo Lacerda Braga, irmão do Governador do Paraná Ney Braga. Uma de suas viagens foi à 2ª DC, Uruguaiana, quando procurou o Chefe da 3ª Seção, major Jonas de Moraes a fim de saber seu posicionamento. A 2ª DC estaria pronta a se deslocar com Mourão a partir do Rio Ibicuí.<sup>290</sup>

Já no mês de junho volta a São Paulo. Dentre suas missões estaria novo encontro com o general Nelson de Melo, do II Exército.<sup>291</sup> Encontra empresários importantes como Edmundo Monteiro e Assis Chateaubriand, aos quais pede apoio para as eleições de outubro, principalmente no Nordeste. Vai, ainda, ao Rio de Janeiro.<sup>292</sup> Na sua primeira ida não consegue nenhum apoio, nem do Denys, nem de outros generais. As possibilidades no Rio de Janeiro de fechar com ele eram bem reduzidas. Cabe-lhe fixar em São Paulo seu foco de buscas, tanto por apoio político, quanto financeiro. São Paulo nunca foi uma guarnição militar grande. O II Exército pode-se dizer era menos importante que o I e o III. Só para efeito

---

286 DREIFUSS (1981), op cit, p.375 e 377.

287 Arquivo OMF. Decreto de 25 de março de 1962.

288 No período compreendido entre fevereiro e outubro de 1962, Mourão Filho visita quatro vezes as guarnições militares subordinadas a 3ª DI, principalmente Cachoeira do Sul, Pelotas e Santa Cruz do Sul, a fim de consolidar sua articulação no interior do Rio Grande do Sul. Arquivo OMF. Publicações de 6 e 11 de fevereiro; 12 e 18 de abril; 24 de setembro e 24 e 29 de outubro de 1962.

289 Viagem a Porto Alegre. Arquivo OMF. Publicações de 11 e 14 de maio de 1962.

290 MOTTA, A. (2003), op cit, v.9, p.31.

291 Foram diversas as viagens de Mourão Filho a Porto Alegre e que depois seguiu para São Paulo e Rio de Janeiro. Arquivo OMF. 22 e 25 de junho de 1962.

comparativo, o I Exército tinha duas Divisões e o III Exércitos tinha três Divisões, enquanto o II Exército apenas uma Divisão. Mas sendo bem menos influente, o II Exército poderia fazer diferença junto à sociedade civil, articulando com empresários, jornalistas, políticos, clubes e altos funcionários públicos.

A essa altura Mourão Filho já tinha percorrido uma maratona. Foi a São Paulo e ao Rio em fevereiro. Já em abril, viaja em visita aos seus quartéis espalhados em Santa Maria, Cachoeira do Sul, Pelotas.<sup>293</sup> Volta em junho a São Paulo e Rio. Com isso, Mourão fica mais firme em relação a quem poderia contar. “Tenho certeza de que no momento em que eu der a ordem de marcha, não tergiversará e cumprirá imediatamente.” (apud SILVA, 1978, p.126).

Nota-se a evolução das ideias conspiratórias, ou contra conspiratórias, como preferia o general. A decisão de reagir a possíveis ações brizolistas teve início em janeiro. E seis meses depois ele já tinha realizado três grandes jornadas. Se ainda não tinha o Ministro da Guerra, o general João Segadas Viana, ao seu lado e nem outros generais como o Osvino (I Exército – janguista), Costa e Silva (IV Exército) e o Kruel (Gabinete Militar), tinha dois generais praticamente certos. O primeiro, o Penha Brasil, do III Exército, apesar de não dispor de tanta força política, estava num comando importantíssimo para qualquer reação contra o Governo. O outro, o Nelson de Melo, do II Exército, da mesma forma, não tendo um grande grau de influência dentro do Exército, estava na cidade com mais possibilidades de arranjos no meio civil.

Nos meses de junho, setembro e outubro viajou novamente pelo seu comando.<sup>294</sup> Os resultados não poderiam ser melhores com as adesões em definitivo dos comandantes dos quartéis subordinados, com destaque para os coronéis Boris Brominski, Esdon Vignoli e Jayme Portela, dos tenentes-coronéis Hor-Meyl Alvares e Noel Peixoto Espellet.<sup>295</sup>

Em encontro com Juscelino Kubistchek, no Rio de Janeiro, este confia a Mourão que a Câmara não concede a Goulart o que vinha pedindo, que era o retorno do presidencialismo. Completa achando tudo isso um absurdo porque desta forma ninguém mandava.<sup>296</sup>

292 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.125.

293 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.124; e Arquivo OMF. 12 e 18 de abril de 1962.

294 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.125; Boletins de 24 de setembro e 24 e 29 de outubro de 1962, da 3ª Divisão.

295 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.125.

296 KORNIS, Mônica Almeida. DHBB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas. Pesquisa realizada em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/> NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo\_sim\_ou\_nao.

Suas viagens continuam agora pelo Sul do Brasil, buscando apoio em outros comandos. O território do III Exército, que compreendia o Sul do Brasil e possuía três Divisões de Infantaria: a A 3ª DI, em Santa Maria, do Mourão, a 5ª DI, em Curitiba e a 6ª DI, em Porto Alegre. Os esforços na articulação foram tão intensos que ele consegue mobilizar as três Divisões em torno de si. No mesmo caminho das DI estavam as Divisões de Cavalaria (DC), compostas por regimentos de carros de combate, de suma importância em conflitos urbanos, uma vez que irão transportar tropas e bloquear acessos e vias públicas. A 2ª DC, de Uruguaiana, a 3ª DC, de Bagé, e a AD/3 de Cruz Alta também aderiram. Uma Divisão, quando completa, tinha cerca de 7.000 homens.<sup>297</sup>

Em 5 de julho de 1962 foi indicado para Primeiro-Ministro Auro de Moura Andrade, do PSD. Goulart não aceita as indicações para composição do seu ministério, o qual endurece contra o Presidente. Se entendermos que Mourão vivia atento, dessa vez não fora diferente. De um lado João Goulart com o Exército nas mãos do outro estaria Auro com sua firmeza em não aceitar a composição indicada por Goulart. Mourão resolve deixar toda a sua Divisão em prontidão com oficiais já prontos a serem nomeados interventores nos municípios abrangidos pela 3ª DI. Era a “Operação Junção”, com toda rede rádio em vigilância, e permanente escuta, provocando desconfiança no comando do III Exército.<sup>298 299</sup>

O general Jair Dantas é o novo Comandante do III Exército, o qual chama Mourão e os demais generais ao QG de Porto Alegre<sup>300</sup> em 5 de julho de 1962 a fim de avaliar a situação que se agravava no Rio de Janeiro e buscar apoio para o manifesto do general Osvino Ferreira em favor de Goulart. Uma coisa Mourão deixa como certo em caso de resistência do Ministro Auro e a possibilidade de Jango fechar o Congresso, que uma força partiria de Santa Maria e colocaria para fora do poder Goulart e Brizola.<sup>301</sup>

Em 12 de julho de 1962, a escolha de Francisco de Paula Brochado da Rocha<sup>302</sup> para Primeiro-Ministro teria a missão de acalmar todos. Para o Ministério da Guerra vem o general Nelson de Melo, então Comandante do II Exército. Nessa onda de incertezas Mourão sempre sinalizava para possibilidade de golpe, ou do Presidente ou do Primeiro Ministro. Mas na noite de 13 de setembro de 1962 os comandantes das Divisões são surpreendidos com um radiograma do general Jair dirigido ao Presidente do Congresso Nacional:

---

297 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.130.

298 Ibidem, p.131.

299 MOTTA, A. (2003), op cit, v.9, p.31.

300 Viagem a Porto Alegre. Arquivo OMF. Publicações de 17 e 25 de julho de 1962.

301 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.134.

302 DHBB, Ed. FGV. Rio de Janeiro, 2001, 2ª edição.

Face à intransigência do Parlamento à iminência da reunião do Gabinete, tenho em vista as primeiras manifestações de desespero que se pronunciam no território do Estado do III Exército, cumpre-me informar V. Exa. como responsável pela garantia da lei e do pleno sossego público e propriedade privada desse território, que me encontro sem condições para assumir com segurança e êxito a responsabilidade do cumprimento destas missões se o povo se insurgir contra o fato de o Congresso recusar plebiscito para antes, ou no máximo, simultaneamente com a eleição de Deputados próxima vindoura. O povo é soberano e o regime democrático. Negar-lhe o direito de pronúncia sobre o sistema de governo que lhe foi imposto é abominar o regime, ou querer destruí-lo. Outra qualquer solução será fatalmente o princípio do fim de todas as memoráveis conquistas de nossos antepassados. A presente declaração não é uma imposição, nem tampouco uma ameaça, mas, apenas uma advertência que julgo do meu dever levar ao conhecimento de V. Exa, ante a possibilidade de me encontrar na contingência de transferir aos poderes constitucionais da República, o meu compromisso de guardião das instituições, caso advenha de tal circunstância luta fratricida. Enquanto aguardo instruções de V. Exa., tudo farei para garantir a ordem pública, estando o III Exército em rigorosa prontidão. (ass.) Gen. Jair Dantas Ribeiro. (SILVA, 1978, p.136).

O general Jair, janguista convicto, parecia querer ficar de fora alegando estar impossibilitado de evitar uma resistência dentro do III Exército caso o presidencialismo não fosse aprovado. Tudo refletia sua condição estabelecida na reunião de 5 de julho, quando não obteve apoio de seus generais às declarações do seu amigo general Osvino Ferreira do I Exército.<sup>303</sup> Mourão estava certo que dessa vez viria o golpe. As providências da 3ª DI seriam de imediato entrar em rigorosa prontidão e a rede rádio entrar no ar. Para qualquer movimentação de tropas na região da 3ª Divisão bastava colocar em ação o “Plano Junção”, que marcharia até Porto Alegre, depondo Brizola, e depois João Goulart. Mourão, neste momento, teria condições de partir, não só com as tropas da 3ª DI, mas com o Rio Grande do Sul inteiro praticamente, pois tinha o apoio da 6ª DI, 2ª DC, 3ª DC, ID/6 e AD/3. Ou seja, todos os comandos do III Exército no Estado do Rio Grande do Sul, com exceção do comando da 3ª RM (Porto Alegre), estavam com ele, incluindo a 5ª DI, de Curitiba. Jair Dantas, que era um general ligado a Jango, tentou se esquivar de quaisquer manifestações lá no Sul, mas os comandantes das Divisões reagiram, afirmando que suas áreas de domínio estavam controladas e caso fosse deflagrada luta pelo fato do presidencialismo não ser aprovado, eles estariam em condições de lutar.<sup>304</sup> Isso incluía Mourão e a 3ª DI.

Mais tarde Mourão fica sabendo do próprio Jair de suas intenções ao enviar o radiograma. A ocasião foi uma visita de inspeção à guarnição de Santa Maria e Mourão o hospeda em sua casa. Nas conversas da noite lhe confidencia que o radiograma era para a

303

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.137.

304

MOTTA, A. (2003), op cit, v.8, p.59.

Câmara conceder o plebiscito, caso contrário seria fechada, pois o general Amaury Kruel teria planejado nos mínimos detalhes o golpe.<sup>305</sup>

Mas com a volta do presidencialismo não houve golpe e Mourão continua atento e resolve percorrer novamente o interior gaúcho.<sup>306</sup> Foi necessária uma pregação para a tropa. Isto consistia na visita aos seus quartéis deixando a tropa esclarecida e os oficiais instruídos. Baixa então uma diretriz que previa instruções sobre democracia, a qual deveria ser decorada pelos oficiais e sargentos. “João Goulart com tais poderes vai dar seu golpe, ninguém poderá se iludir.” Dizia Mourão nas suas visitas, fomentando ainda mais o espírito de sua tropa. (apud SILVA, 1978, p.143).

O general Carlos Alberto da Fontoura<sup>307</sup> foi coronel Chefe do Estado-Maior da 2ª DC, em Uruguaiana, no período de 1962 e lembrou-se das constantes conversas de Mourão Filho com o general José Horácio da Cunha Garcia, Comandante da 2ª DC, versando sobre a marcha da 3ª DI em direção ao Rio de Janeiro e Brasília, a fim de depor o Presidente João Goulart. “Garcia, eu vou sair com a minha divisão daqui a três dias.” (Mourão Filho apud FONTOURA, 2005, p.19).

As posições firmes de Mourão contra o Governo Estadual de Leonel Brizola, desestabilizando seu dispositivo militar, teria sido útil aos conspiradores do complexo IPES/IBAD, embora não teria participado das manobras principais contra o governo de João Goulart. Neste período que comanda em Santa Maria Mourão teve um contato constante com outros oficiais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nestes encontros eram passadas mais informações sobre suas próprias ações pelo Sul do que dados concretos sobre atividades de grupos de esquerda por lá organizados.<sup>308</sup>

As coisas pareciam mesmo caminhar numa direção que seria a intensificação das conspirações de Mourão, agora em outro Estado, São Paulo. No final de novembro de 1962 é avisado pelo Ministro da Guerra, general Amaury Kruel, que seria transferido para São Paulo, a fim de comandar a 2ª Região Militar.<sup>309</sup> “Exultei porque desejava conspirar em São Paulo.”

---

305 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.139.

306 Viagens pelo interior gaúcho. Arquivo OMF. Publicações de 24 e 29 de outubro de 1962.

307 FONTOURA, Carlos Alberto. CPDOC. Rio de Janeiro, 2005. p. 78. Entrevista aos historiadores Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina D’Araújo ocorrida em 1993, como parte do projeto “1964 e o regime militar”, desenvolvido pelo CPDOC, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no período de 1992 e 1995.

308 DREIFUSS (1981), op cit, p.373.

309 Adiamiento do comando da 2ª RM em face do general Lyra Tavares. O general Mourão Filho é nomeado pelo Presidente da República, mas o comando é adiado por dois meses por razões políticas. Arquivo OMF. Radiograma nº 154, de 23 de janeiro de 1963/Noticiário do Exército nº 1.349, de 25 de janeiro de 1963.

(apud SILVA, 1978, p. 153). Ele esteve em São Paulo em duas ocasiões se encontrado com os líderes do IPES. Ainda no Sul recebe em sua casa o general Oromar Osório, da 1ª DC, em Santiago, que era amigo de João Goulart, que promete a Mourão: “Vou pedir ao João Goulart que nomeie você logo.” (apud SILVA, 1978, p.150).

Sua saída de Santa Maria e a conseqüente ida para São Paulo não foram meros acontecimentos militares. Mas consistiu numa manobra de interesse do IPES quando mediram a impetuosidade de Mourão Filho que por algumas vezes esteve pronto para se deslocar do Sul para depor Goulart. Porém não era de tudo ruim sua elevada coragem em se envolver em situações onde o comunismo parecia evidente. Em São Paulo, o grupo conspirador necessitava de um nome que atraísse mais pessoas a fim de fortalecer o movimento. Na reta final na 3ª DI Mourão estreita ainda mais os laços com as personalidades de São Paulo e como as articulações já eram francas pelas mãos do IPES e do IBAD, a notícia da sua transferência para São Paulo deixa pessoas da alta sociedade paulista esperançosos no avanço das mobilizações contra Goulart. Numa consulta com o médico José Paranhos do Rio Branco é encaminhado por este a um médico cardiologista por nome de Dr. Furjala, que argumenta: “[...] sinto-me feliz de poder curar um homem como o senhor, que é a última esperança nossa. O Rio Branco me disse quem o senhor é e o que está fazendo.” (apud SILVA, 1978, p.151). Como trabalho final em Santa Maria Mourão, deixa o Plano Junção completo, até mesmo com ordens de operações prontas e outras providências. Passa o comando em 28 de fevereiro de 1963.

O coronel Ramão Menna Barreto, seu Chefe do Estado-Maior, mais tarde, revelaria informações importantes sobre a condução por Mourão das atividades conspiratórias lá em Santa Maria. Menna Barreto foi membro de uma família muito tradicional do Rio Grande do Sul, com várias gerações de militares. O terreno estava sendo preparado por Mourão Filho que sempre destacava um oficial do Estado-Maior para visitar os quartéis subordinados e fazer contatos em outros comandos. O Plano Junção, bastante mencionado pelo general, de fato foi realidade por lá, onde sempre havia eminência de executá-lo caso eles julgassem oportuno, principalmente nas ocasiões em que pairava ameaças de fechamento do Congresso Nacional. Menna Barreto ajudou arquitetar o referido Plano.<sup>310</sup>

O general José Antônio Barbosa de Moraes foi major, Chefe da 3ª Seção do Estado-Maior da 4ª Região Militar/4ª Divisão de Exército (4ª RM/4ª DI), em Juiz de Fora, no comando de Mourão Filho. Para ele, o general Mourão inicia ainda em Santa Maria os

---

310

MOTTA, A. (2003), op cit, v.13, p.139.

trabalhos de conspiração contra o governo de João Goulart, alertando os companheiros sobre as dificuldades que o país estaria passando naquele momento.<sup>311</sup> Outro militar que o conheceu no Sul foi o então coronel César Montagna de Souza. No período que Mourão Filho comandou a 3ª DI, ele falava abertamente com todos sobre a situação do Presidente Goulart.<sup>312</sup>

Seu período de conspirações no Rio Grande do Sul foi percebido pelo Comandante do III Exército. Na sua saída de Santa Maria recebeu a seguinte menção elogiosa do General Jair Dantas Ribeiro, Comandante do III Exército:

Acaba de deixar o Comando da Terceira Divisão de Infantaria o Exmo Sr General-de-Divisão OLYMPIO MOURÃO FILHO, por ter sido nomeado Comandante da 2ª Região Militar. Esse experimentado Chefe Militar exerceu aquele Comando pelo espaço de um ano e meio. Neste período teve a capacidade de comprovar com brilhantismo sua real capacidade de liderança, fazendo que sua Guarnição não desmerecesse o as expectativas do Comando do III Exército no que diz respeito a todos os aspectos militares positivos. Foi assim que cuidou zelosamente da administração, instrução e dos assuntos disciplinares. A eficiência operacional e a coesão moral da Terceira Divisão de Infantaria são elementos que se devem ao trabalho, ao descortínio e ao reconhecido dinamismo desse ilustre Chefe Militar. Sua inteligência, seu caráter, seu acendrado gosto pelo estudo dos problemas de **SEGURANÇA NACIONAL** (grifo meu) fizeram-no integrar-se com a sociedade civil elevando bem alto o nome do Exército. Por tão assinalados serviços e inestimável cooperação, cumpre-me louvar o Exmo Sr General-de-Divisão OLYMPIO MOURÃO FILHO, desejando-lhe pleno êxito no novo Comando.<sup>313</sup>

As conspirações que Mourão desenvolveu no Sul foram entendidas como “estudos de segurança nacional” até mesmo pelo general Jair, aliado de Goulart, que reconheceu seu trabalho conspiratório na 3ª DI. Antes, em junho de 1962, quando o general Nestor Penha Brasil, “ipesiano”, deixa o III Exército, também confere a Mourão Filho o seguinte elogio:

Louvo e agradeço ao General MOURÃO, Cmt da 3ª DI, excelente e valorosa GU que sob sua chefia enérgica e decidida, destacou-se pela disciplina, lealdade e eficiência no cumprimento das suas missões, demonstrando seu Comandante, alto senso de responsabilidade, patriotismo e inteligência, muito concorrendo para o bom êxito do meu comando.<sup>314</sup>

Neste período a frente da 3ª Divisão de Infantaria, que foi de outubro de 1961 a março de 1963, Mourão esteve sempre de olhos aberto para as possíveis manifestações comunistas no estado. Todas as movimentações do governo Brizola, bem como sua reação ao parlamentarismo foram encaradas por Mourão como planos da esquerda para quebra do

---

311 MOTTA, A. (2003), op cit, v.13, p.196.

312 Entrevista com o Gen-Div César Montagna de Souza, in MOTTA, A. (2003), op cit, v.3, p.46.

313 Arquivo OMF. 22 de março de 1963.

314 Arquivo OMF. 26 de julho de 1962.

acordo de posse de Goulart. Com o passar do tempo verificou diversas atividades comunistas na cidade, como sindicatos e agremiações estudantis.

Ao mesmo tempo o IPES/RS também já agia em nome de repensar a nova conjuntura do Brasil que era governado por um Presidente ligado às causas trabalhistas. A própria reunião dos fazendeiros ligados à FARSUL em janeiro de 1962, em Santa Maria, significava que um movimento já ganhava corpo contra possíveis ações de Brizola e de Goulart.

Se Mourão precisava de motivos para aumentar suas desconfianças em relação a Leonel Brizola e João Goulart, a reunião com o Brizola na casa do general Osvino, em 7 de janeiro de 1962, serviu para isso. Ele afirmou ter ouvido plano de campanha para retorno do regime presidencialista, dentre outros assuntos, e deveria conspirar contra eles, pois tinham em mente planos comunistas.

Acreditando que até aquela data ninguém havia realizado qualquer tipo de ação a fim de desestabilizar o governo de João Goulart e que ele, Mourão, seria o primeiro a fazê-la, consegue por intermédio do general Penha Brasil, comandante do III Exército e membro do IBAD, a primeira reunião entre ele, Saint Pastous, Presidente da FARSUL. Para Mourão, esta foi a primeira reunião civil-militar, dando início à conspiração militar contra João Goulart. Mas, dois meses antes, precisamente em novembro de 1961, uma reunião no edifício Avenida Central, no Rio de Janeiro, na sede do IPES/RJ, o almirante Sílvio Heck, Carlos Eduardo D'Álamo Lousada, Herman de Moraes Barros, Américo Oswaldo Campiglia e o general Reinaldo Saldanha Gama discutiram a necessidade de derrubar o governo de João Goulart.<sup>315</sup>

Enquanto serviu no Rio Grande do Sul, Mourão não participou das manobras da campanha anti-Goulart promovidas pelo complexo IPES/IBAD. Contudo não deixou de conspirar, buscando apoio em São Paulo e no Rio de Janeiro. Para maior certificação que Mourão Filho ainda não conspirava pelo IPES/IBAD vemos suas constantes saídas de Santa Maria até a região Sudeste. Mas interessava muito a este complexo mantê-lo na posição de conspirador, uma vez que o general atuou como desorganizador da polícia militar do governo gaúcho.<sup>316</sup>

---

315

Esses homens tinham grande influência no mercado financeiro devida às suas funções corporativas e filiados à UDN. Carlos Eduardo D'Álamo Lousada foi embaixador, engenheiro e industrial em São Paulo. Américo Oswaldo Campiglia foi diretor das seguintes empresas: Companhia Sul Americana de Investimentos, Créditos e Financiamentos, com sede em São Paulo; Companhia Nacional de Equipamentos Elétricos/EQUIEL; Perfumaria San-Dar S.A. Fiação Brasileira de Raton S.A.; Indústria de Bebidas Cinzano S.A.; Cimento Santa Rita S.A. e do Banco Francês e Brasileiro S.A. (DREIFUSS, 1981, p.407).

316

Ibidem, p.373.

Outra importação constatação foi que, a medida que suas ações despertavam interesse de elementos no Sudeste, estes lhe permitiam certas facilidades. Prova disso foi em janeiro de 1962, quando Gil Renó, do IPES/SP, consegue seu encontro com Oto Barcelos e João Batista Leopoldo Figueiredo, Presidente do Banco do Brasil no governo de Jânio Quadros e líder do IPES.<sup>317</sup> Outro aspecto facilitador para o general, foi conhecer em Porto Alegre o jornalista Tadeu Onar, do Diário de Notícias, o qual se ligava com o empresariado local. Sua influência se estendia a São Paulo, onde conhecia Edmundo Monteiro, líder do IPES. Este providenciava transporte aéreo para Mourão em suas viagens. Tadeu Onar também foi de muita importância na formação da rede de influência de Mourão na capital gaúcha. Por ele lhe foi apresentado o Presidente da FEDERASUL (Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul), Álvaro Coelho Borges, que também dirigia a Associação Comercial de Porto Alegre.

Mas com suas viagens até o início de fevereiro de 1963, o saldo de Mourão do Sul de fato foi a mobilização efetivada através do Plano Junção, onde outras Divisões do III Exército se juntariam à 3ª DI numa marcha contra Goulart. Mourão deixou no Rio Grande do Sul uma boa articulação militar.<sup>318</sup> Em São Paulo seria de fato lançado no centro do movimento empresarial-militar conspirador controlado pelo complexo IPES/IBAD/ESG.

### **3.2 – Mourão Filho em São Paulo**

*O mesmo sentimento anticomunista iria mover Mourão agora em São Paulo. Encontra uma grande rede de empresários e políticos formada em favor de um movimento contra o comunismo e o governo de João Goulart. O general Dalísio Menna Barreto já articulava há algum tempo na sede de sua empresa, local de reunião de políticos e empresários. Cobia-lhe então buscar o apoio nos quartéis e provocar os empresários numa articulação em torno de si. Desta forma, entendemos que ocorreu em São Paulo algo parecido no Rio Grande do Sul, que foi a articulação no meio civil controlada pelo IPES/IBAD. De qualquer forma houve grande mobilização nos meios militares, por Mourão, e no meio civil, por Menna Barreto, sem nuances ou sutilezas, de franca pregação revolucionária. Notamos ainda que Mourão Filho participou da construção da articulação com o Governo do Estado e classes produtoras. A impetuosidade de Mourão deixa os conspiradores paulistas receosos quanto a uma possível ação imprópria, que colocaria o movimento a perder. Assim, mesmo sendo um bom articulador, Mourão não agia livremente, tendo suas ações controladas. Aos poucos as*

---

317

DREIFUSS (1981), op cit, p.377.

*articulações na esfera militar passaram para militares ligados à ESG. Ao general foi permitido um papel conspiratório ativo, na medida em que contribuiu para inflamar os sentimentos anti-governo no meio militar. Estes desatinos não o impediram de realizar por lá um bom trabalho, mesmo que estivesse servindo ao complexo IPES/IBAD. Como ocorreu no Sul, em São Paulo o anticomunismo também foi muito explorado.*

Mourão decide abrir mão dos trinta dias de trânsito julgando estar convencido de que o tempo que valia a liberdade dentro da conjuntura política não devia ser perdido por nada. Assim sendo, dispõe-se de imediato para assumir, em 15 de março de 1963, o comando da 2ª RM e tirar maior proveito possível das situações.<sup>319</sup> A cerimônia é inflamada pelo discurso do Comandante do II Exército, general Pery Constant Bevilacqua: “É preciso enterrar na mesma vala comum o veto militar e o veto sindical para que a democracia reine verdadeiramente no Brasil.” (Pery apud SILVA, 1978, p.171). Para Mourão, isto significa um despertar do povo paulista presente que não dormia e sabia do perigo.<sup>320</sup> Era a hora de colocar em prática o plano de conspiração em São Paulo, elaborado ainda em Santa Maria:

A conspiração contra o Governo abrangerá tanto o meio civil quanto o militar; o movimento, quando estiver maduro, deverá partir de São Paulo, com a maior rapidez possível, pelo vale do Paraíba abaixo até conseguir atingir a Guanabara: as tropas do Rio Grande, Santa Catarina e Paraná convergirão rapidamente para São Paulo. Tudo isto sob o Comando do Pery, se eu o conseguir para a causa. Em caso contrário, sob meu comando. Se algum General-de-Exército for conquistado será o Chefe. Este poderá ser o Cordeiro de Farias ou o Nelson de Melo. O movimento, se for vitorioso, como infalivelmente deverá sê-lo, elegerá um Presidente civil para completar o quinquênio, ao passo que Conselho Civil-Militar, por mim presidido, estudará e apresentará as reformas à Constituição com a mudança da forma de Governo. Tudo ficará pronto no espaço máximo de três anos, isto é, terminará em 1965. Para isso: será formado um Estado Maior Civil e um Estado Maior Militar. O Estado Maior civil organizará o movimento no meio civil. É-lhe vedado qualquer atividade militar, salvo paramilitar (criar, armar e instruir guerrilhas para operar paralelamente às forças armadas). Se o Coronel Ramiro aceitar, depois de sondado, será o Chefe do Estado-Maior Militar e convidarei o General da reserva Dalisio Menna Barreto para o cargo de Chefe do Estado-Maior Civil. (SILVA, 1978, p.172).

A conspiração iniciada em Santa Maria, de forma bem sigilosa,<sup>321</sup> agora passou a nova fase em São Paulo. Nesta conjuntura, o anticomunismo ainda continuou sendo base para todas as ações. Mourão não consentia em ditaduras e desejava outro civil para completar o mandato

318

BRANCANTE (1978), p.200.

319

Arquivo OMF. Decreto Presidencial - Diário Oficial de 17 de janeiro de 1963.

320

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.172.

iniciado em Jânio Quadro. Sua nomeação significava servir ao complexo IPES/IBAD, mexendo em duas questões. A primeira era aproveitá-lo máximo, de modo enérgico, tido como um impulsionador, que faria com que as atividades fossem intensificadas, até mesmo acobertando ações do IPES. Mas tinha outra questão: Mourão era muito impulsivo e tinha opiniões às vezes divergentes, o que necessitava de neutralização.<sup>322</sup> Suas atividades seriam rigorosamente controladas pelo IPES. Prova disso é o encontro dele com Antenor Edmundo Horta, seu conterrâneo de Diamantina–MG, colocando-o em contato com empresários e militares paulistas de destaque. Na residência de Antenor estava o brigadeiro Neto dos Reis, além dos seguintes empresários: Sálvio de Almeida Prado, Jorge Alves Lima, Eugenio dos Santos Neves, Eldino da Fonseca Brancante,<sup>323</sup> que prestou inúmeros serviços à conspiração paulista, e Ernani Bessa, todos do IPES.<sup>324</sup>

Cabe considerar que o terreno que Mourão atua agora já é controlado pelo IPES e o pelo IBAD, que nasceram no processo de afirmação do capitalismo no pós-guerra, quando passam a existir crescente centralização de capital e um processo de controle oligopolista. O grau de organização atingido na busca do interesse econômico traduziu na formação de uma elite orgânica centrada na frente de ação do complexo IPES/IBAD. O IPES foi um dos centros ideológicos e políticos mais ativos do pensamento liberal-conservador no período pré-64.<sup>325</sup> Para o embaixador norte-americano Lincoln Gordon,<sup>326</sup> o IBAD foi criado por um grupo de industriais de moderados e conservadores. Com o crescimento e organização deste grupo suas ações são sentidas no caminho a provocar mais tarde grande influência no processo político e econômico que levou ao golpe.<sup>327</sup> Membros do CONCLAP e da ADESG comunicaram ao Governador da Guanabara Carlos Lacerda que as forças produtivas haviam se unidos em

---

321 Motta, A. (2003), op cit, v.13, p.139.

322 DREIFUSS (1981), op cit., p.379.

323 Eldino da Fonseca Brancante foi presidente da *American Chamber of Commerce*. Prestou inúmeros serviços ao IPES e ao general Mourão Filho, fazendo parte do seu Estado-Maior Civil. Vivenciou praticamente todos os passos da conspiração paulista, o que lhe credenciou para redigir extenso e detalhado relatório sobre as atividades conspiratórias em São Paulo. Foi redigido em forma de narração, podendo conter excessos de individualismo, já que Eldino narrou fatos que foi testemunha. Daí a possibilidade de interpretação pessoal. A atenção inicial dele voltou-se para o diagrama que Mourão e o general Menna Barreto apresentam. BRANCANTE, Eldino. Relatório do Estado-Maior Civil Revolucionário, in SILVA, Hélio. L&PM Editores, Porto Alegre, 1978.

324 Ibidem, p.199.

325 DREIFUSS (1981), op cit., p.161.

326 Telegrama de Lincoln Gordon ao Secretário de Estado americano, em 9 de abril de 1963, controle 7279-POF nos arquivos de Juscelino Kubitscheck. (DREIFUSS, 1981, p.164).

327 TOLEDO, Caio Navarro. A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964. Revista E-premissas, nº 1, junho 2006.

defesa do Brasil.<sup>328</sup> “Seus objetivos professados eram promover a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos, desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social.” (DREIFUSS, 1981, p.164). Com isso camuflavam as reais intenções em realizar uma sofisticada campanha política, ideológica e militar.

Em Santa Maria o general Mourão concentrava consigo o comando de todos os planos conspiratórios. Em São Paulo não haveria mais esta possibilidade face o grande número de pessoas envolvidas, principalmente no meio civil. Fazia-se necessário um articulador civil, mesmo que não fosse civil. Isto leva Mourão a procurar o general da reserva Sebastião Dalísio Menna Barreto.<sup>329</sup> Ao convidá-lo para a função de Chefe do Estado-Maior Civil, Mourão Filho acreditava que iria de fato iniciar suas ações no meio civil e empresarial. Cabe ressaltar que este militar era parente do coronel Ramão Menna Barreto, Chefe do Estado-Maior da 3ª DI, em Santa Maria. Portanto Mourão lidava com outro conspirador da mesma família.<sup>330</sup> Mas Menna Barreto já trabalhava na causa por sua ligação com o IPES/SP desde novembro de 1961. A essa altura já recebia apoio do Deputado Federal Juvenal Sayão, e de Paulo Cardoso, Eldino Brancante, Paulo Yazbek e Antônio Vicente de Azevedo, que emprestara sua residência para reuniões. Menna Barreto cria uma espécie de Subchefe do Estado-Maior Civil, designando o general Souza Carvalho para chefiá-lo. Este era ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira e ligado ao Setor de Ações do IPES. Todos esses nomes faziam parte de um extenso relatório da CIA que mostrava as articulações que já estavam sendo feitas no Brasil para deposição do Presidente João Goulart.<sup>331</sup>

O anticomunismo em São Paulo era muito forte em meados de 1963, por isso o bloco representado pelos empresários, estudantes e trabalhadores da classe média apoiava os militares em suas ações. Em outros estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Guanabara e Minas Gerais via-se repetir também este movimento. Tudo baseado na rede regional do complexo IPES/IBAD. Mourão Filho acreditava que tudo isso se devia, em grande parte, aos seus esforços, sobretudo quando serviu em Santa Maria e teve muitos contatos com os empresários de lá. Cabe acrescentar que no estado do Sul o principal contato

---

<sup>328</sup> O Estado de São Paulo, 10 de agosto de 1963.

<sup>329</sup> O general Menna Barreto Antenor Edmundo Horta, brigadeiro Neto dos Reis, Sálvio de Almeida Prado, Jorge Alves Lima, Eugenio dos Santos Neves, Eldino da Fonseca Brancante e Ernani Bessa já conspiravam desde 1961. As reuniões aconteciam na Imobiliária SELA, no Largo de São Bento, centro de São Paulo. DREIFUSS (1981), op cit., p.385.

<sup>330</sup> MOTTA, A. (2003), op cit, v.13, p.139.

<sup>331</sup> Plano do General Olímpio Mourão Filho para derrubar a administração do Presidente Goulart, 29 abril 1963. TDCS 3/546.074. Arquivos JFK.

foi feito por intermédio de Luiz Felipe de Souza Queiroz, que era líder estadual da UDN e pelo engenheiro Aurélio Stievani.<sup>332</sup>

Em São Paulo, o grupo do general Dalísio, encarregado por Mourão do meio civil avançava bastante. Conseguiu a adesão de diversos nomes importantes como Manoel de Carvalho, Vice-Presidente do São Paulo Futebol Clube; João do Amaral, Pedro Padilha e Hermann Moraes Barros, do Clube Atlético Paulistano; Luiz Nardy, do Clube do Golfe São Fernando; Ferreira Rosa, do Clube de Campo; Ângelo Deditis e Delfino Facchina, da Sociedade Esportiva Palmeiras; Jayme Loureiro Filho, da Sociedade Hípica Paulistana; Michel Nahas, do Clube Atlético Monte Líbano; Alberto Badra, do Clube Atlético Sírio; Honorino Gasparini, do Clube Pinheiros; Wadih Helou, do Esporte Clube Corinthians; Plínio Monteiro Garcia, do São Paulo Country Clube, e Douglas Michalany, do Ypês Clube.<sup>333</sup> Isso era parte do plano, que visava a instrução de civis no interior de São Paulo para a defesa de suas terras, liberando a tropa para ações militares.<sup>334</sup> Através de abordagem às organizações, eles chegariam aos seus associados, ou seja, às bases. Mourão e seu Estado-Maior Civil acreditavam que se as forças comunistas desejassem em dado momento criar pânico, eles deveriam contar com uma organização civil consistente para a defesa não só das terras, mas das cidades.<sup>335</sup>

Menna Barreto já se ligava ao general Reinaldo Saldanha Gama. Este foi um dos três representantes de São Paulo na reunião na sede do IPES/RJ, em novembro de 1961, com o almirante Sílvio Heck, os quais discutiram a necessidade da derrubada do governo de Goulart. Carlos Eduardo D'Álamo Lousada ligava o Estado-Maior Revolucionário de Menna Barreto ao Almirante Sylvio Heck, no Rio de Janeiro.<sup>336</sup>

Com as conspirações em andamento, Mourão inaugura nova modalidade de contato, que era seu passeio às quartas-feiras, das 14 às 16 horas, na Praça da Sé, no Centro. Ia sempre de táxi e se misturava no meio da multidão, olhando tudo e observando cada grupo que ali se organizava. “O povo paulista, na sua grande maioria, é anticomunista”. (apud SILVA, 1978, p.172). Dentre as ações imediatas em apoio à conspiração paulista foi a de Paulo Quartim Barbosa, um jovem empresário, que lhe disponibiliza um avião, dia e noite com piloto. A indicação do coronel Ramiro Tavares, pelo general Lyra Tavares, para ser seu Chefe do

---

332 DREIFUSS (1981), op cit., p.388-389.

333 Ibidem, p.203-205.

334 Ibidem, p.201.

335 Ibidem, p.210.

336 BRANCANTE (1978), p.200.

Estado-Maior da 2ª RM é efetivada por Mourão. Esta indicação feita por um oficial ligado ao IPES/IBAD significava controle por parte do grupo. Como Secretário-Assistente, designa o major Figueiredo, filho do general Euclides Figueiredo<sup>337</sup> e irmão mais novo do tenente-coronel João Batista Figueiredo, do IPES/SP.<sup>338</sup> O Menna Barreto fica com todas as possibilidades de articulações em São Paulo e Sul de Minas.

As coisas em São Paulo andam rápidas e logo Mourão é procurado por D'Álamo Lousada e três oficiais influentes que se reúnem: o almirante Sylvio Heck (ex-Ministro da Marinha) e os generais Cordeiro de Farias (ex-Comandante da ESG) e Nelson de Melo (Ex-Comandante do II Exército e ex-Ministro da Guerra). Não é um mero encontro, como outros que Mourão já tivera com Nelson de Melo. Agora seria para valer e Mourão emite diretrizes ao seu Estado-Maior de como seria a ocupação e marcha para o Rio de Janeiro:

- a. ocupação imediata do QG do II Exército pelas forças revolucionárias e assunção do comando (se o Comandante do II Exército não estivesse na causa seria deposto);
  - b. deslocar-se rapidamente pela rodovia BR-3 (atual Via Dutra – BR-116);
  - c. traça linhas de paradas em dispositivos de defesa (caso o I Exército reagisse e deslocasse em contrário);
  - d. o destacamento de comando seria composto por de três batalhões do Exército, um da Polícia Militar e um grupo de artilharia 105;
  - e. todo o dispositivo do Exército disponível seria deslocado para a Guanabara;
  - f. o Estado-Maior Civil deveria controlar as cidades a fim de não haver sabotagens;
  - g. ocupação de todos os sindicatos e prisão de líderes comunistas e sindicais;
  - h. interdição da rodovia para a Guanabara;
  - i. por as guerrilhas paramilitares em ação, auxiliando o Exército;
  - j. censura de todos os telefones; e
  - k. a saída se daria até às 19 horas, devendo chegar até Barra do Pirai.
- Todo plano estaria dividido em ações distintas para os Estado-Maior Militar e Civil. (SILVA, 1978, p.182).

O anticomunismo move Mourão Adhemar de Barros a solicitar que a Mourão que escrevesse uma carta que é publicada no Correio da Manhã, endereçado ao Congresso.<sup>339</sup> Seria uma alerta do setor civil sobre a situação política nacional, devida às posições de João Goulart mais próximo do comunismo, uma vez que não reprimia a esquerda que cada dia mais se radicalizava.

Menna Barreto instala em 25 de abril a Liga Independente pela Liberdade, presidida por Maria Pacheco Chaves, funcionando na sede da Sociedade Rural, presidida por Sálvio de Almeida Prado. Para economizar dinheiro que os empresários e demais membros do IPES/SP depositavam para a “revolução” Mourão, sempre que podia, viajava para o Rio de Janeiro no

337

CUNHA, Luiz Cláudio. O diário de Mourão Filho. Coojornal. Porto Alegre. Abril 1978, p.20.

338

Foi Presidente da República de 1979 a 1985.

339

Correio da Manhã, São Paulo, de 21 de abril de 1963.

seu carro, a fim de realizar economia com a compra de passagens aéreas e possibilitar a aquisição de armamento para as guerrilhas paramilitares de São Paulo. Mourão chamou este grupo de Guarda Civil, os quais estariam encarregados de defender pontos menos sensíveis, liberando a tropa para grandes confrontos.<sup>340</sup> O Estado-Maior Civil se reúne e Mourão define que iriam empregar nas forças paramilitares carabina calibre 22, com cano curto para facilitar o manuseio em caso de tumulto. O alto grau de influência do grupo civil que cercava Mourão foi eficaz no sentido de providenciar que o referido armamento viesse a ser fabricado pela Imbel, em Itajubá-MG.<sup>341</sup> O engenheiro e brigadeiro João Paulo Moreira Burnier recebeu, em 1962, recursos do Governador Adhemar de Barros para fabricação de armamento para uso contra o Governo.<sup>342</sup>

Após dois meses e pouco de intensa atividade de nossa pregação revolucionária, de aceleração paralelo de campanha de televisão e de esclarecimento da opinião pública, incentivadas por outros grupos (e pelo Governador do Estado), recebemos ordens diretas dos Generais Mourão e Menna para promover uma verificação prática: concentração na praça defronte aos portões do Estádio do Pacaembu às 10 horas de domingo, dia 2 de junho de 1963. Missão: estacionar os carros durante meia hora e assim permanecer. Enquanto isso, o General Mourão e os seus oficiais iriam passar pelas avenidas laterais a fim de observar do alto a concentração. E assim foi feito. Porém, com uma variante: ninguém segurou ninguém dentro dos carros, pois todos ansiavam por um “bate-papo” nas calçadas. (BRANCANTE, 1978, p.207).

Para Mourão Filho e sua cúpula do Estado-Maior Civil, este movimento de 2 de julho significava avanços nas conspirações. Eles conseguem uma razoável mobilização de pessoas em público, demonstrando que o movimento havia crescido.<sup>343</sup> Dias depois, para sentir como andavam as coisas no Estado-Maior Civil, Mourão, o Movimento Sindical Democrático (MDS), Movimento Democrático Estudantil (MDE), seu Estado-Maior Civil e o complexo IPES/IBAD organizaram uma mobilização no dia 22 de junho de 1963 no Estádio do Pacaembu. O feito reuniu vários anticomunistas. Eldino da Fonseca Brancante e Dalísio Menna Barreto foram peças importantes na mobilização de inúmeras pessoas da sociedade civil. Também estavam diversos donos de bancos, profissionais liberais, oficiais da reserva, representantes da Amazonas, Pará, Paraíba, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Guanabara. Os Governadores Carlos Lacerda e Adhemar de

340 BRANCANTE (1978), p.206.

341 Ibidem, p.211.

342 BURNIER, João Paulo Moreira. CPDOC. Rio de Janeiro, 2005. p.78. Entrevista aos historiadores Celso Castro e Maria Celina D’Araújo ocorrida em 1993, como parte do projeto “1964 e o regime militar”, desenvolvido pelo CPDOC, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no período de 1992 e 1995.

343 BRANCANTE (1978), p.208.

Barros, juntos com os Deputados Federais Armando Falcão, Herbert Levy, Júlio de Mesquita Filho, dentre outros, presidiram o encontro. No mesmo mês Mourão obtivera dois testemunhos concretos de que poderia contar com a retaguarda civil, tanto para a luta armada, como para o desencadeamento da campanha psicológica. Eldino Brancante, membro do IPES e do Estado-Maior Civil de Mourão admitiu que havia somente uma estratégia na luta contra o Estado janguista, que era a campanha de esclarecimento e de divulgação pela imprensa falada e escrita para atingir as bases a longo prazo.<sup>344</sup> Júlio de Mesquita seria encarregado de intensificar através de seu veículo de comunicação o apoio ideológico ao movimento.<sup>345</sup> Para Dreifuss (1981, p.388), a campanha foi um marco significativo do complexo IPES/IBAD contra o Presidente João Goulart, as propostas reformistas e a esquerda operária.

Mourão Filho sempre desejava que um general-de-exército (acima dele) aparecesse desejando tomar a dianteira do seu movimento, substituindo-o em momento oportuno da “revolução”. Utiliza a comparação ao profeta João Batista que veio pregar uma palavra de preparação para a chegada de Jesus Cristo. Não acreditava nos generais Castelo Branco e Costa e Silva, com algumas possibilidades para este. Enquanto isso, na Bahia atuava a pedido de Mourão, o coronel Anchieta Paz que tinha o papel de ligar a 6ª RM do general Sodré ao comando do II Exército. As unidades militares de Jundiaí, Campinas, Quitauna, Osasco, Lins e Pirassununga, Guarujá, bem como os oficiais da Aeronáutica, da Base Aérea de Cumbica, São Paulo, estavam com ele nesta reação anticomunista.<sup>346</sup>

O motor dessa reação anticomunista residia mesmo na intensificação de ações dos esquerdistas, com denúncias de infiltração de comunistas em diversos setores da vida nacional como UNE,<sup>347</sup> Ministério do Trabalho, Itamaraty<sup>348</sup> e Forças Armadas.<sup>349</sup> As suspeitas chegaram ainda aos Correios, Superintendência da Reforma Agrária e Petrobras.<sup>350</sup> É neste cenário que acontece no 2º semestre de 1963, coordenada pelo general Antônio Carlos da Silva Muricy, da 7ª RM, uma Conferência sobre Guerra Revolucionária, em Natal–RN. Causa reação rápida entre os comunistas, chegando aos ouvidos do Ministro Krueel, que manda o

---

344 BRANCANTE (1978), p.212.

345 DREIFUSS (1981), op cit., p.387.

346 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.190.

347 “Ponta de lança a soldo de Moscou.” O título é de um editorial que tratava de presença de comunistas na UNE. O Globo, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1963.

348 “É para Moscou que caminhamos.” O Estado de São Paulo, de 22 de junho de 1963. O editorial analisava a indicação do chanceler Evandro Lins, que poderia ser comunista, in MOTTA, R. (2002), op cit., p.255.

349 “Preocupado o Estado-Maior da Aeronáutica com a infiltração comunista nas Forças Armadas.” O Estado de São Paulo, 12 de julho de 1963.

350 MOTTA, R. (2002), op cit., p.256.

Comandante do IV Exército, general Castelo Branco, puni-lo. Mourão sempre desconfiava de Krueel como antidemocrático<sup>351</sup> e de Castelo que não queria engajar na luta contra Goulart, admitindo que o Presidente fosse mesmo até 1965.<sup>352</sup>

A coisa estava mesmo mudando de figura. O compadre de João Goulart, Paulo Jorge Mansur procura Mourão em 15 de junho de 1963 a fim de buscar sua opinião sobre uma importante decisão do Presidente. A informação seria a demissão do Ministro Krueel e a nomeação de Jair Dantas, sendo que Krueel não sabia de nada, mas a informação estouraria nos jornais do Rio de Janeiro. Pensando ser Mourão janguista (atuou na campanha pela legalidade a favor da posse de Goulart), Mansur lhe questiona se João Goulart corria perigo em demitir Krueel. Mourão via nesta queda uma oportunidade de revolta. Acreditando na possibilidade de Krueel não aceitar a demissão, ele poderia dar um grito lá em Brasília. O ideal, segundo Mourão, seria ele prevenir o Krueel da demissão, chamando-o para a revolução. “Quem sabe, meu Deus, o Krueel mostra que é homem mesmo? Se ele der o grito lá, eu revolto o II Exército e o III acompanha.” (apud SILVA, 1978, p.189). Mourão vai ao Rio de Janeiro e procura o general Jair em sua casa e logo ouve dele que lhe daria o comando da 4ª RM/4ª DI, em Juiz de Fora.

Ainda sem data para o golpe, em julho de 1963, reuniram-se Mourão, Carlos Lacerda, Júlio Mesquita e Adhemar de Barros com a finalidade de escolher que sucederia Goulart para completar o quinquênio, ficando como certo o nome de Mourão. Em outra reunião, em Petrópolis, o desembargador Antônio Neder, o almirante Heck, o marechal Denys e Francisco de Campos também buscavam um nome. Denys teria sugerido que Mourão era o homem para fazer a “revolução” e que o elegeram como o “ditador” futuro do Brasil. Mourão não se deu por satisfeito, achando que eles não teriam competência para elegê-lo ditador uma vez que não se considerava ditador e sim democrata, não desejando ditadura, mas apenas que o Goulart caísse.<sup>353</sup> Como se pode ver o nome de Mourão não surgiu da cúpula do grupo IPES/ESG, mas de outro grupo que também, fundamentado no anticomunismo, buscava a saída de Goulart da Presidência.

351

O general Jair Dantas, quando comandava o III Exército, esteve em Santa Maria e confidenciou a Mourão os planos do general Amaury Krueel para fechar o Congresso Nacional na ocasião da queda do gabinete de Brochado, em setembro de 1962. Em junho de 1963, o Governador Adhemar de Barros vai a casa de Mourão e confidencia conversa que teve com o Presidente João Goulart, quando este teria afirmado que barrou por três vezes o general Amaury Krueel tentando fechar o Congresso Nacional.

352

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.186.

353

Ibidem, p.196.

Se Mourão já estava preocupado com a possibilidade de sair de São Paulo para comandar a 4ª RM em Minas Gerais, as coisas ficaram ainda mais incertas para ele, quando a sua filha Laurita vem de Montevideú, Uruguai, e encontra no aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro, o Raul Ryff, Secretário de Imprensa de João Goulart que conheceu Laurita quando o Presidente esteve no Uruguai. Ele a informa que seu pai seria tirado de São Paulo, pois estaria em franca conspiração contra o Presidente João Goulart. Ela afirma não acreditar na hipótese da saída do seu pai pelo fato dele ser legalista, citando que em 1961 o general apoiou a posse de Jango, contrariando outros generais, como o ex-ministro Odílio Denys. Em 2 de julho ela chega a São Paulo e conta ao general, que fica muito preocupado.<sup>354</sup>

Toda onda de insegurança paira em São Paulo. Dessa forma, as conspirações de Mourão eram feitas de forma ainda mais discreta, mesmo que ele já tivesse uma rede de comando e unidades favoráveis ao golpe no Rio Grande do Sul. O Ministro Jair, ao ser nomeado, trata logo da ida preventiva de Mourão para Juiz de Fora para comandar a 4ª RM/4ª DI. Se desde o Rio Grande do Sul já falava abertamente sobre o Governo, e como não deixou de fazê-lo em São Paulo, Mourão agora deveria ser mandado para Minas.<sup>355</sup>

O coronel Carlos Alberto Guedes conheceu Mourão em Juiz de Fora meses depois. Afirmou que Mourão foi deslocado do Rio Grande do Sul para São Paulo, e depois para Minas porque ele já vinha conspirando e tomando algumas providências desde o Sul, apresentando poder de reagir por lá, já que o III Exército era muito forte. Mas foi decidido que deslocando Mourão para Juiz de Fora seria melhor, uma vez que a 4ª RM/4ª DI era considerada inexpressiva em termo de força.<sup>356</sup> Seria a atuação do grupo IPES/IBAD que não desejava mais Mourão conspirando em terras paulistas.<sup>357</sup> O seu trabalho por lá já teria sido feito. A partir daí qualquer ação precipitada de Mourão Filho em São Paulo poderia colocar a perder o trabalho consistente do grupo IPES/IBAD.

Certo de que estaria vigiado e qualquer atitude lhe valeria a perda do comando da 2ª RM, Mourão resolve não ir às cerimônias oficiais do governo de São Paulo e Assembleia Legislativa porque, caso houvesse ataques ao Presidente ele, Mourão, não toleraria, a fim de limpar seu nome com o Governo. E justamente, em 9 de julho, acontece na Assembleia Legislativa de São Paulo uma solenidade e Mourão vai representando o general Pery. Estava

---

354 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.192.

355 Entrevista com o general César Montagna de Souza, in MOTTA, A. (2003), op cit, volume 3, p.46.

356 MOTTA, A. (2003), op cit, vol. 9, p.246.

357 DREIFUSS (1981), op cit., p.393.

presente o Governador Adhemar. Waldemar Ferreira, Secretário de Justiça de São Paulo discursa: “Esta solenidade é um grito de alerta a toda Nação, no momento em que se prepara um movimento comunista chefiado do Palácio da Alvorada, pelo próprio Presidente da República.” (Waldemar Ferreira apud SILVA, 1978, p.193). Mourão sai furioso da cerimônia, dizendo não aceitar insultos contra o Chefe das Forças Armadas. Foi acompanhado por vários outros oficiais. No dia seguinte, o general Pery, do II Exército, emitiu um documento visando desfazer a ideia que Mourão fosse conspirador. Era uma farsa. Foi remetido aos generais Jair Dantas, Ministro da Guerra e Osvino Ferreira. A edição do O Globo também publica a reação de Mourão na Assembleia Legislativa.<sup>358</sup> Estava, em sua opinião, terminada a ideia de que fosse um conspirador.

Mas a tentativa de Mourão em fingir estar ao lado do Governo não deu certo e ele perde o comando da 2ª RM, mas ganha o comando da 4ª RM/4ª DI, em Juiz de Fora. Assim podia conspirar em território ainda não explorado por ele. Dessa forma, os oficiais do Estado-Maior da 4ª RM/4ª DI teriam condições de manter contato com os oficiais da 1ª DE e Vila Militar no Rio de Janeiro.

Aos mais categorizados mostrarei que é providencial porque me coloca em condições de articular mais uma Divisão, penetrando assim no dispositivo do I Exército, que não será mais vulnerável, pois acredito que os oficiais da 4ª RM tenham mais contatos com a 1ª DI e outras tropas da Vila do os do II Exército (Mourão Silva apud SILVA, 1978, p.196).

O general José Antônio Barbosa de Moraes serviu em Juiz de Fora, no comando de Mourão Filho. Entende que a transferência de Mourão para a 2ª RM lhe foi proveitosa para sua ligação, principalmente, às personalidades civis do estado de São Paulo. Quando chega para comandar a 4ª RM/4ª DI mantém a ideia de sublevar a 4ª Divisão a marchar contra o Governo.<sup>359</sup> Para o general Rubens Restell, a precedência do movimento deveria ser dada por outro estado, principalmente Minas Gerais, o qual ocupava posição geograficamente central. Este general desejava ver o comando nas mãos de Mourão por conhecer bem as articulações de São Paulo, mas temiam que o golpe pudesse fracassar como aconteceu em 1932.<sup>360</sup> Carlos Eduardo Guimarães Lousada recorda que as articulações em São Paulo tomavam vulto, sobretudo a partir de março de 1963, época que Mourão vai pra 2ª RM, concentrando as

358

Jornal O Globo, Rio de Janeiro, edição de 11 de julho de 1963.

359

MOTTA, A. (2003), op cit, v.2, p.196-197.

360

Ibidem, v.7, p.97.

articulações na sua residência, na av. Brigadeiro Luiz Antônio. Agora, quando foi para Minas, deixou um esquema extremamente forte e consolidado.<sup>361</sup>

Como balanço desses meses que Mourão esteve a frente da 2ª RM deve-se destacar como fator central a franca conspiração realizada por ele em meio a uma rede articulação da elite paulista. Empresários e políticos já realizavam um movimento contra o governo de João Goulart. O que Mourão faz é provocar ainda mais estes empresários membros do IPES/IBAD, ao mesmo tempo articulando nas organizações militares para unir tudo num só centro articulador, que era a sua própria pessoa. No meio militar atuou como chefe endossador da conspiração iniciada, enquanto no meio civil Menna Barreto atuou com melhores resultados. Em São Paulo Mourão estava ligado às pessoas de diversos ramos financeiros: empresários, sociedades de negócios rurais, associações de créditos, banqueiros e associações de indústria e de comércio, passando por jornalistas, donos de jornais, políticos e magistrados, grupo do almirante Heck (militares conservadores), grupo do general Agostinho Cortes (IPES) e o Instituto de Engenharia (projetos), bem como o próprio Governador de São Paulo, Adhemar de Barros.<sup>362</sup> Isso garantiu uma sustentação cabal. O general chega a admitir que se tratasse da maior conspiração das Américas. (SILVA, 1978, p.196).

Menna Barreto já estava a mais tempo se articulando, reunindo-se na Imobiliária SELA, no Largo de São Bento.<sup>363</sup> A proposta dos civis paulistas girava em torno de uma ampla mobilização e boa preparação psicológica das massas.<sup>364</sup> O relatório mostra que já havia um grupo armando na capital, composto por 80 homens, sob o comando de Reynaldo Saldanha da Gama, do IPES. A chegada de Mourão iria intensificar a mobilização do II Exército.

No estado da Guanabara Mourão mantinha ligações com o Dr. Paulo Galvão, enquanto no Paraná com Paulo da Rocha Chueri, da Força Pública. Ainda no Paraná buscava apoio de militares da Aeronáutica por intermédio de João Paulo Penido Burnier e do coronel Velloso. Estas informações a respeito dos contatos preliminares do general Mourão já eram conhecidas do grupo de São Paulo uma vez que o Eldino Brancante as mencionou no seu relatório. Se no meio civil a mobilização já caminhava bem, Mourão teria que dar atenção ao meio militar,

361

Carlos Eduardo D'Álamo Lousada foi embaixador, engenheiro e industrial em São Paulo. Era filho do embaixador Francisco D'Álamo Lousada. Ambos foram membros do IPES/SP e tiveram muitos contatos com Mourão Filho. MOTTA, A. (2003), op cit, v.7, p.343-344.

362

BRANCANTE (1978), p.217.

363

Ibidem, p.199.

364

Ibidem, p.200.

uma vez que a 2ª RM era bastante diferente da 3ª DI que era um comando tropeiro enquanto a 2ª RM um comando administrativo <sup>365</sup> Contudo, Mourão consegue apoio da maioria das unidades do II Exército. <sup>366</sup>

Aos poucos, suas ações em São Paulo foram desacelerando e as articulações no meio militar passaram para o general Agostinho Cortes, emissário do general Golbery para chefiar o grupo do IPES que operava dentro das Forças Armadas. Até o apoio que recebia para custear os deslocamentos aéreos lhe foi tirado. <sup>367</sup> Da amizade inicial de Júlio de Mesquita Filho, do O Estado de São Paulo, passam a restar desconfianças, evidenciadas pelo distanciamento, o que o impossibilitou de requisitar ajuda financeira do Comitê de Finanças do IPES do qual Júlio era o Presidente. Eldino Brancante admitiu que a transferência de Mourão Filho tirou do Estado-Maior Civil a presença de um chefe impulsionador, bem como a cobertura velada da 2ª RM para as atividades clandestinas desenvolvidas pelo IPES. <sup>368</sup>

Embora a causa anticomunista estava ganhando, Mourão tinha pleno conhecimento que as principais ações conspiratórias não estavam em suas mãos e sim com o IPES. Se estava atuando foi por permissão dos seus integrantes que exploravam seu potencial aglutinador. Porém, o elevado grau de impetuosidade de Mourão deixa o grupo do IPES/IBAD paulista bastante receoso, sobretudo com a possibilidade de ações que comprometeriam o sucesso do plano contra Goulart, cabendo deslocá-lo para outro lugar. Mais uma vez Mourão não fazia parte do grupo de decisão dentro das Forças Armadas. Mas já enxergavam vantagem tática na sua ida para Juiz de Fora, pois estaria a três horas do Rio de Janeiro, portanto com mais possibilidade de empreender uma arrancada de surpresa. <sup>369</sup> Mesmo com esses contratempos pode-se dizer que seu trabalho como conspirador foi proveitoso por lá para servir aos interesses centrais dos conspiradores do IPES, embora a sua remoção significasse uma retração no meio civil. <sup>370</sup>

---

365

As Regiões Militares são comandos bastante diferentes das Divisões. Enquanto estas concentram unidades operacionais voltadas ao pronto-emprego, as Regiões têm por missão as ações de cunho administrativo em apoio ao combate e aos militares, como serviços de saúde, hospitais de área, escalões logísticos, depósitos de suprimento armamento e munição, licitação para compra de material de emprego militar, seções de transporte e apoio ao pessoal militar.

366

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.190.

367

Ibidem, p.189.

368

BRANCANTE (1978), p.216.

369

Ibidem, p.217.

370

Ibidem, p.222.

### **3.3 – Mourão Filho em Minas Gerais**

*Novamente o anticomunismo anima Mourão ir para Minas Gerais. A sua transferência foi estratégia do grupo IPES/IBAD com dupla finalidade: afastá-lo de São Paulo, onde temiam ações impetuosas por parte dele, bem como para articular e conspirar em outro local menos explorado. Mas por lá também já atuava o complexo IPES/IBAD com ações que visavam à desestabilização do Governo de João Goulart. Heloisa Starling descreve em pormenores as ações do grupo, que tinha como figuras centrais o general Guedes, Comandante da Infantaria Divisionária/4, e o Governador Magalhães Pinto, que visava as eleições de 1965. A seu favor Mourão teria a pouca distância para o Rio de Janeiro, o que lhe facilitaria numa possível marcha, e o fato dele ser a mais alta autoridade militar do estado. Porém atuaria num território de pouca mobilização militar. Atuou intensamente os quartéis da 4ª RM/4ª DI criando um ambiente propício para a marcha à Guanabara. Mesmo não sendo o principal conspirador, uma vez que o complexo IPES/IBAD/ESG continuava a planejar as ações visando a derrubada de Goulart, Mourão Filho encontra um caminho pouco explorado, onde suas pregações anticomunistas foram intensas a fim de preparar o terreno para o golpe.*

A 4ª RM ainda era território onde pouco se falava em “revolução”. Mourão encontra então, ao assumir o comando em 28 de agosto de 1963, um ambiente de mobilizações conspiratórias bem diferentes do que encontrou em São Paulo.<sup>371</sup> Porém, as mesmas questões sociais que ocorriam em São Paulo, Guanabara e outros estados, representadas pela crescente participação popular e pressões reivindicatórias contra o Governo, também se reproduzem em Minas Gerais.<sup>372</sup> No mesmo passo notou-se que o setor industrial evoluiu para um estágio além do corporativo, atingindo interesses políticos. A situação do capital multinacional e associado em Minas passou pela fase que deixa de ser apenas uma questão de supremacia econômica para se projetar dentro da política mineira, com aspirações nacionais.<sup>373</sup> Nessa lógica se viu expandido para Minas o campo tático de atuação do complexo IPES/IBAD. O

371

Relação das alterações ocorridas com oficial. 2º semestre de 1963. Decreto Presidencial publicado no Diário Oficial 148, de 6 de agosto de 1963. Boletim Regional nº 155, de 21 de agosto de 1963, da 2ª RM.

372

IANNI, Octávio. O ciclo da revolução burguesa. Petrópolis. Vozes, 1984, p.91.

373

DREIFUSS, René Armand; SMITH, William. As elites orgânicas transnacionais: novas formas de intervenção política entre o Estado Nacional e o capital mundial. Estudos Pecla. Belo Horizonte, DCP-UFMG, julho 1983, v.2, p.111.

que se viu em Minas foi a reprodução dos interesses nacionais deste complexo.<sup>374</sup> Mourão, ao chegar em Minas em agosto de 1963, procura o Governador Magalhães Pinto em Belo Horizonte, quando teria dito que estava em Minas Gerais para fazer a “revolução”, e Magalhães aceitado.<sup>375</sup> Esteve junto na reunião o general Carlos Luís Guedes, Comandante da Infantaria Divisionária/4 (ID/4), subordinada à 4ª RM de Mourão.

Numa análise preliminar de caráter estratégico-militar entendemos que Mourão não atuaria subordinado a outro comando dentro do estado. Quando comandou a 3ª DI em Santa Maria a situação era bem mais complexa. A sua Divisão era orgânica do III Exército, em conjunto com a 6ª DI e a 6ª RM, ambas em Porto Alegre, as 1ª, 2ª e 3ª DC, de Santiago, Uruguaiana e Bagé, e as AD/3 e AD/6, em Cruz Alta e São Leopoldo. Conspirar no RS significaria congregar em torno do seu projeto os demais comandantes, a fim de não agir sozinho, o que poderia comprometer o sucesso do plano ou o esmagamento pelas demais forças. Em São Paulo a ação dele também não foi independente. Mourão comandava a 2ª RM, orgânica do II Exército e que tinha outros comandos de generais, como 2ª DI, em São Paulo, ID/11 e ID/12, de Campinas e Caçapava, bem como a Artilharia de Costa de Guarujá. Em Minas Gerais a situação era bem diferente uma vez que todo território mineiro era seu. A 4ª RM/4ª DI (Região e Divisão juntas no mesmo comando) tinha a ela subordinada a Infantaria Divisionária/4, em Belo Horizonte e Artilharia Divisionária/4, em Pouso Alegre. A 4ª RM/4ª DI era orgânica do I Exército que tinha sede na Guanabara. Assim Mourão poderia atuar de forma mais independente dentro do estado, tendo por base as conspirações feitas no RS e SP. Deveria ainda ser levando em consideração o fato de Juiz de Fora estar bem próximo ao Rio de Janeiro para efeito de deslocamento de tropas. Santa Maria dista mil e setecentos quilômetros do Rio de Janeiro, enquanto São Paulo quatrocentos e trinta quilômetros.

Ocorre que em Minas também já operava uma grande estrutura conspiratória pelo complexo IPES/IBAD.<sup>376</sup> Mourão estava sob observação do complexo IPES/IBAD mineiro, que não tinha confiança suficiente para deixá-lo agir livremente, temendo que ele pudesse colocar a perder toda conspiração do meio financeiro-empresarial.<sup>377</sup> Os militares do grupo da

374

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. Ciências Sociais Hoje. São Paulo. Cortez, 1984, p.26-32.

375

GOMES, Pedro. Minas: do diálogo ao front. In: DINES, Alberto et al. Os idos de março e a queda em abril. p.106-117.

376

Para maiores detalhes sobre o trabalho conspiratório em Minas Gerais encabeçado pelo IPES e pelo IBAD, verificar as seguintes obras: DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Ed. Vozes. Petrópolis, 1981 e STARLING, Heloisa. Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Editora Vozes. Petrópolis, 1986, p.61.

377

DREIFUSS (1981), op cit., p.373.

ESG também desenvolveram estratégias bem planejadas e não queriam correr o risco de permitirem ações desastradas. Perto dele estariam ainda Magalhães Pinto e Juscelino Kubitschek, dois mineiros candidatos à Presidente em 1965 e que poderiam utilizar do trabalho conspiratório de Mourão no jogo regional, porém com cautela.<sup>378</sup> A ida do general para Minas motivou inclusive o envio de um telegrama do pessoal da CIA aqui no Brasil por entenderem que isso mexeria nos demais planos sucessórios em relação a Goulart.<sup>379</sup>

O IPES de Belo Horizonte desempenhava naturalmente suas funções de ligação com os demais escritórios em outros estados.<sup>380</sup> Carlos Eduardo D'Álamo Lousada, do IPES/SP, que foi um dos primeiros contatos de Mourão quando ainda estava em Santa Maria e buscava se ligar-se à São Paulo, já contactava com o general Guedes da ID/4 e do IPES/MG. Alúcio Aragão Villar<sup>381</sup> tinha bastantes contatos, a mando do general Guedes, com o pessoal do IPES/SP. Até mesmo a conspiração no campo militar operava sabendo que Guedes mantinha ligações com o grupo do general Agostinho Cortes, que conspirava por trás de Mourão em São Paulo. O que se tinha acumulado em contatos, planos eleitorais e econômicos não poderia se perder a essa altura dos fatos.<sup>382</sup> Ao ser transferido para Minas, ele não podia levar ninguém, nem mesmo o Chefe do Estado-Maior pode levar. Uma particularidade que muitos desconhecem. Esta teria sido a maneira que Mourão foi levado pra Minas.<sup>383</sup>

A essa altura dos fatos nota-se clara ingerência do IPES na vida de Mourão. O que desejavam dele é que viesse a fazer uma propaganda anti-Goulart forte no meio militar principalmente. Mas Mourão não iria parar. A reunião com Magalhães e Guedes<sup>384</sup> visava à constituição de um Estado-Maior Revolucionário, nos moldes de Santa Maria e São Paulo. Como Guedes já conspirava pelo IPES/MG era necessária cautela por parte de Mourão para ganhá-lo.<sup>385</sup> Sondar a nova casa seria o passo inicial para começar a conspirar. Era necessário saber quem estaria consigo e os que não poderia contar e, até mesmo, possíveis denunciadores para o Ministro da Guerra e ao Presidente da República. Em Juiz de Fora busca saber de seus

378 GOMES, Pedro. Minas: do diálogo ao front. In: DINES, Alberto et al. Os idos de março e a queda em abril. p.67-99.

379 Telegrama da CIA: Acontecimentos posteriores no planejamento do golpe do general Mourão Filho – TDCS 3/555.784 – Ref 95836, 8 agosto 1963. Arquivos JFK, NSF. In: DREIFUSS, René Armand. op cit. p.413.

380 STARLING (1986), op cit., p.61.

381 Advogado, professor da Faculdade de Direito e membro do IPES.

382 PORTELLA, Jayme. A revolução e o governo Costa e Silva. Rio de Janeiro. Guavira, 1979, p.129.

383 MOTTA, A. (2003), op cit, v.3, p.46.

384 GUEDES, Luís Carlos. Tinha que ser Minas. Editora Nova Fronteira. Coleção Brasil século XX. Rio de Janeiro, 1979, p.111.

385 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.238.

oficiais do Estado-Maior quem estaria com ele na conspiração contra Goulart. O tenente-coronel Everaldo José da Silva, Chefe da 3ª Seção do Estado-Maior, adere ao ideal de Mourão e indica outros oficiais para formar um Estado-Maior Revolucionário: os majores Virgínio Vargas Moreira Brasileiro, José Antônio Barbosa de Moraes, Antônio Curcio Neto, Feliciano José Perreiras Henrique, Alísio Sebastião Mendes Vaz, David Ribeiro de Faria e José Ramos de Alencar, todos do QG da 4ª RM/4ª DI. O tenente-coronel Everaldo mantinha contato com o pessoal de São Paulo. Ao sair de lá, Mourão combinou que tão logo se instalasse em Juiz de Fora avisaria o Estado-Maior Civil de São Paulo.<sup>386</sup>

Mourão tem pressa. Na ida a capital, apresenta ao Governador Magalhães Pinto e ao general Guedes seu plano de derrubada de Goulart:

Em um sábado, quando a permanência nos quartéis cai verticalmente, com o hábito de licenciamento das praças para obtenção de economias, ele faria embarcar o 10º RI, em caminhões, ao cair da noite, de modo a desembarcar de surpresa, na Guanabara, na manhã de domingo, quando se apossaria do Quartel-General do Exército e lançaria um manifesto à nação. Esse manifesto, para sensibilizar o país, deveria ter as assinaturas dos Governadores de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara, Paraná e Rio Grande do Sul, bem como a dele próprio. Esse seria o sinal para o levante da tropa, já comprometida. Mourão Filho apud GUEDES (1979), op cit., p.112.

Como parte dos planos do general Guedes, estava a inclusão da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) nas tropas rebeldes. Mourão concorda, determinando o entrosamento da PMMG junto ao Estado-Maior Revolucionário. O movimento dos sargentos em Brasília, em 12 de setembro de 1963 já aguçava Mourão quanto a mobilizar a 4ª RM, deixando-a de prontidão nos quartéis, para possível partida. Ocorre que Magalhães Pinto e Guedes não achavam ser a hora de partir, podendo ser esmagados caso saíssem.<sup>387</sup> Magalhães e Guedes sempre desconversavam com Mourão sobre uma data de saída para a Guanabara.

O major José Antônio Barbosa de Moraes, do Estado-Maior da 4ª RM/4ª DI em 1963/64, contou em entrevista que Mourão chega à 4ª RM, em agosto de 1963, profundamente apreensivo com a conduta do Presidente Goulart. Como Mourão conspirou em Santa Maria e em São Paulo, ele agora iria fazer o mesmo em Minas.<sup>388</sup> Sai então em visitas às unidades da região, procedimento que muito realizou em Santa Maria.<sup>389</sup> Pregava a

<sup>386</sup> BRANCANTE (1978), p.217.

<sup>387</sup> Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p. 338.

<sup>388</sup> STARLING (1986), op cit., p.117.

<sup>389</sup> Entre fevereiro e outubro de 1962, Mourão Filho visita quatro vezes as guarnições militares subordinadas a 3ª DI, principalmente Cachoeira do Sul, Pelotas e Santa Cruz do Sul, a fim de consolidar sua articulação. Arquivo OMF. Publicações de 6 e 11 de fevereiro; 12 e 18 de abril; 24 de setembro; e 24 e 29 de outubro de 1962.

ofensiva do Exército, caso contrário seria destruído. Cuidou também de realizar reuniões preparativas com o Comandante-Geral da PMMG. A pressa de Mourão em agir era porque sempre dizia aos oficiais que o esquema que sustentava o Governo era fraco, como castelo de cartas e a qualquer ação seria derrubado.<sup>390</sup>

Como era vigiado pelo pessoal do IPES, incluindo Magalhães Pinto e Guedes, Mourão não poderia precipitar, já que tinha desde Santa Maria um plano da ação pronto, o Plano Junção. Em São Paulo também tinha outro plano pronto, adaptado para Minas Gerais. Se o Estado-Maior Revolucionário estava atuando, cabia a Mourão fazer o que já realizava desde a 3ª DI, uma campanha interna nos quartéis, onde expunha a realidade que julgava ser a do país e falava muito do governo de João Goulart. Alguns oficiais que serviam nos quartéis da 4ª RM/4ª DI relataram mais tarde que Mourão pregou dura campanha contra Goulart, que era criticado duramente a fim de alertá-los a buscar adesão para o momento certo do golpe. O coronel Henrique Carlos Guedes, filho do general Carlos Luís Guedes, da ID/4, servia em 1963/64 como capitão e comandava a 4ª Companhia de Polícia do Exército (4ª Cia PE), em Juiz de Fora e recebia seu pai e o general Mourão em sua residência, quando eram discutidos planos de levantar Minas contra Goulart.<sup>391</sup>

O anticomunismo continuava como base do processo de orientação que Mourão realizava não só o público interno, mas também a sociedade civil mineira, onde professores, empresários, dentistas, advogados, médicos e motoristas de táxi, foram convidados a participarem de palestras no auditório do QG da 4ª RM/4ª DI.<sup>392</sup> O mesmo era feito com os oficiais da Região, o que, para o coronel Waldir Abbês, que era tenente na 4ª Cia PE neste período, os tornaram preparados e cientes das responsabilidades. (MOTTA, 2003, vol.3, p.285). Outro militar que destaca as palestras de Mourão para militares e civis no QG da 4ª RM foi o coronel Reynaldo de Biasi Silva Rocha, que servia como 1º tenente no 10º RI.<sup>393</sup> O oficial destaca o poder de decisão que passou a ter advindo de tais palestras. (MOTTA, 2003, vol.3, p.319).

Guedes confirma a mobilização feita por Mourão,<sup>394</sup> e ouve de seu filho, tenente de infantaria no 10º RI: “Pai, a moçada vibrou. É o primeiro general que tem o topete de dizer aquilo que sentimos. Agora nós, os de baixo, estamos satisfeitos e com maior confiança.”

---

390 MOTTA, A. (2003), op cit, v.2, p.196-197.

391 Ibidem, v.3, p.249.

392 Ibidem, v.3, p.284.

393 Ibidem, v.3, p.306.

394 GUEDES (1979), op cit., p.111.

(apud GUEDES, 1979, p.116). O coronel Ítalo Mandarinino era capitão em 1964 e comandava a 2ª Companhia do 10º RI, o qual também ouviu muitas pregações de Mourão, orientando seus subordinados a se manter atentos para que o Brasil não caísse na órbita da União Soviética.<sup>395</sup> O coronel Carlos Fernando Freitas Almeida, que servia no 10º RI em 1963 como 2º tenente não participou do deslocamento de tropas tendo em vista sua transferência para Brasília. Mas admite ter recebido ensinamentos de Mourão Filho, quando frequentava a residência do general, que o alertava sobre a infiltração de comunistas e a necessidade de intervenção das forças armadas.<sup>396</sup>

Celma Nicodemos, 92 anos, então vizinha de Mourão Filho, em Juiz de Fora, lembrou-se dos vários encontros que ocorreram na casa do general, na Rua Barão de Cataguases. À época da entrevista, março de 2014, ainda vivia no mesmo lugar, na Rua Paula Lima, e dos fundos da sua casa era possível avistar a movimentação da residência do general. Um dos mais assíduos era o Governador Magalhães Pinto. Havia sigilo em relação ao que era conversado nas reuniões, que, à época, deixaram famílias e vizinhos intrigados, até que tudo fosse revelado nos meses seguintes a abril de 1964.<sup>397</sup>

Ainda em 1963, Mourão Filho enfrenta o sargento Ribas, Presidente da Associação Beneficente dos Sargentos de Juiz de Fora. Este reagiu à decisão do Supremo Tribunal Militar quanto a não elegibilidade dos sargentos,<sup>398</sup> publicando no jornal O Binômio um manifesto.<sup>399</sup> Aliado a este fato, João Goulart visita São João Del Rei e Mourão sabia que tinha o apoio dos oficiais do 11º RI. Um dele chegou a admitir a Mourão: “O general parte pra revolução e nós vamos com ele, com o coronel ou sem o coronel.” (SILVA, 1978, p.342). Quanto aos sargentos do 11º RI, Mourão imaginava que eles tinham ligação com Tancredo Neves e no almoço diz ao Presidente Goulart: “Não faça política com sargentos, que o Exército não aguenta.” E teria ouvido de Goulart: “É minha área política, general. Não tem perigo. Eu os domino.” (João Goulart apud SILVA, 1978, p.345). Isso sinalizava para Mourão o que ele considerava infiltração comunista no meio dos sargentos.

Mais tarde, em dezembro, Mourão investe em algumas idas ao Rio de Janeiro onde imaginava possíveis alianças com a oficialidade, dentre eles, Costa e Silva e Muricy, o qual é

---

395 Motta, A. (2003), op cit, v.3, p.175.

396 Ibidem, v.3, p.286.

397 ROCHA, Hélio. Encontros sigilosos à luz de velas. Tribuna de Minas. Juiz de Fora, 09 de Março de 2014.

398 Motta, A. (2003), op cit, v.8, p.108.

399 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.341.

convidado a comandar um destacamento “suicida” de Minas contra o QG Exército, no Rio de Janeiro. Ele teria aceitado.<sup>400</sup>

Quando chega o ano de 1964 e de férias em Araxá–MG, encontra-se com o brigadeiro Eduardo Gomes, a quem confia o plano de atacar de surpresa o QG. O brigadeiro teria se sensibilizado.<sup>401</sup> Mourão desiste do restante das férias, justificando que deveria estar no comando para nada dar errado.<sup>402</sup> Uma sequência de acontecimentos, tanto em Minas quanto a nível nacional, foi o que veio de fato motivar Mourão Filho e seus aliados a se mexerem na reta final da conspiração. Cabe ressaltar a intensa mobilização de camponeses e proprietários de terra nas regiões rurais. Havia apelo para radicalização dos dois lados.<sup>403</sup> Outro fato foi quando a CUTAL (Central Única dos Trabalhadores da América Latina) tentou fazer um congresso em Belo Horizonte e o Governador Magalhães Pinto não permitiu.<sup>404</sup> Houve tremenda confusão na capital noticiada pelos jornais da época. Mas Leonel Brizola consegue fazer um comício dias depois.<sup>405</sup> Esses fatores apressam Mourão, que vai ao Rio de Janeiro saber quem de fato estava com ele. Encontra apoio em nos generais Cordeiro de Farias e Nelson de Melo, ambos do IPES e no almirante Heck. Os generais Costa e Silva e Kruel não se posicionaram. Em Juiz de Fora, Brizola realiza um comício e Mourão deixa a tropa de prontidão para que ninguém participasse.<sup>406</sup>

Mas o mês de março estava só começando. No dia 9 de março, Mourão escreve no diário: “Só se fala no célebre comício, que será no dia 13. Pelo visto a turma não perde tempo com medo de superstições! Este comício vai dar panos para as mangas. Veremos” (apud SILVA, 1978, p.351). E no dia 13 de março acontece na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o comício de João Goulart.<sup>407</sup> Para Mourão era a hora de agir, uma vez que Goulart fez o comício de frente para o Ministério da Guerra e a multidão com faixas de martelo e foice o aplaudiu.<sup>408</sup> É quando passa a existir de concreto um apressamento para a deposição de

---

400 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.345.

401 Ibidem, p.347.

402 Arquivo OMF. Publicações de 6 e 31 de janeiro de 1964.

403 “Invasões de terra levam intranquilidade a Sergipe” O Globo, Rio de Janeiro, de 1º de fevereiro de 1964, p.3; “Camponeses de Goiás ameaçam invasões com apoio do CGT.” O Globo, Rio de Janeiro, de 14º de fevereiro de 1964, p.1; “Invasões de lavradores e reações de fazendeiros mantêm a tensão no campo.” O Globo, Rio de Janeiro, de 19 de fevereiro de 1964, p.1.

404 Jornal A Última Hora, Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 1964, edição 1394.

405 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.348.

406 Entrevista do general Cid de Goffredo Fonseca que em 1964 era major e fazia estágio no QG da 4ª RM/4ª DI, em Juiz de Fora. MOTTA, A. (2003), op cit, volume 3, p.83.

407 MOTTA, A. (2003), op cit, v.8, p.109.

408 Ibidem, v.9, p.38.

Goulart. O tenente-general Vernon Anthony Walters, conhecedor da oficialidade brasileira, principalmente porque foi oficial de ligação do 5º Exército norte-americano junto à FEB durante a 2ª Guerra Mundial, viu no comício de 13 de março o que chamou de perigo comunista, dado o grande número de bandeiras vermelhas e palavras de ordens. Ele assistiu o comício do prédio do Ministério da Guerra.<sup>409</sup>

Como desdobramentos do comício, Miguel Arraes também vai a Juiz de Fora realizar um comício em 15 de março. Para Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p.269), a atitude de Goulart em ceder aos rebeldes, demitindo o Ministro que pretendia punir a indisciplina, convenceu muito do envolvimento do Presidente numa trama subversiva. Nessa reta final, Mourão Filho faz seus últimos contatos com a oficialidade do 10º RI a fim de saber com quem contaria, haja vista o novo comandante não estar muito seguro.<sup>410</sup> Em resumo: o congresso da CUTAL e Brizola, em Belo Horizonte, Goulart no Rio de Janeiro e Brizola e Arraes em Juiz de Fora significam para Mourão que a arrancada comunista só aumentava. Mas a dúvida ainda era quanto a Magalhães Pinto e Guedes. Estes desejavam fazer uma revolução diferente do plano que Mourão lhes apresentou em setembro de 1963. Primeiro, eles desejavam apenas fechar Minas e forçar uma negociação, o que Mourão achava absurdo, pois seriam esmagados, e segundo, porque Guedes achava que os soldados com apenas um mês de instrução estavam despreparados. Mas Mourão tinha baixado uma ordem dobrando o tempo de instrução e determinando que os soldados conhecessem e atirassem com todas as armas.<sup>411</sup>

Estes fatos fizeram com que Mourão fosse ao Rio de Janeiro novamente. Encontra-se com diversos generais, dentre os quais o Almirante Rademaker, de Florianópolis, os generais Justino, da 7ª RM, Recife, Cordeiro de Farias e Guedes, da ID/4. Cabe ressaltar que o IPES/SP estava no controle de diversas ações, mesmo Mourão estando em Minas Gerais. O embaixador Eduardo D'Álamo Lousada fica designado para coordenar as viagens e encontros de diversos oficiais. A Viação Aérea Trans Lima, de Lima Neto, patrocinou diversas viagens ao Rio de Janeiro sem que o Governo soubesse.<sup>412</sup>

---

409 Vernon Walters era coronel em 1964 e Adido Militar à Embaixada dos EUA no Brasil, período que foi promovido a general. Conhecia bastante o general Castelo Branco desde 1944, na Itália. MOTTA, A. (2003), op cit, v.9, p.77.

410 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.353.

411 Ibidem, p.355-356.

412 MOTTA, A. (2003), op cit, v.7, p.345.

### **3.4 – decisão final**

*A decisão final em partir com as tropas da 4ª RM/4ª DI ocorreu num momento de grandes agitações nacionais como o comício do dia 13 de março, a rebelião dos marinheiros e a reunião dos sargentos no Automóvel Clube. Pode-se dizer que estes fatores potencializaram as articulações e aceleraram a partida das tropas de Minas. Foi o momento máximo do anticomunismo nacional. Muitas de suas ações não foram coordenadas com outros comandos ou generais. Mourão partiu quase que sozinho, tendo adesão de outros militares ao longo daquele dia. O sucesso do movimento revoltoso de Minas estava no fator surpresa, ou seja, marchar em direção ao Rio de Janeiro, tomar o QG do Exército e depor Goulart e os militares legalistas. Havia a possibilidade de insucesso do movimento e o confronto com as tropas do I Exército. Nos momentos finais, mesmo com a mobilização das tropas da ID/4, em Belo Horizonte, pelo general Guedes, Mourão só decide partir de fato com a adesão do general Amaury Krueel, do II Exército, tendo na pessoa do marechal Odílio Denys um negociador estratégico, que além de ajudar na adesão de outros comandos, evitou o confronto com as tropas do I Exército, garantindo assim o sucesso do movimento.*

Na reta final dos dias que antecederam ao golpe, precisamente na Semana Santa de 1964, Mourão se encontrava em Ouro Preto acreditando que nada aconteceria, pois poderia haver respeito pelo feriado religioso. Mas é solicitado a ir a Belo Horizonte naquela sexta-feira Santa, 27 de março, tendo em vista a repercussão da rebelião dos marinheiros<sup>413</sup> no Rio de Janeiro que a imprensa sinalizou como primeiros resultados do comício de 13 de março. Em seguida acontece a libertação do líder,<sup>414</sup> cabo Anselmo da Marinha.<sup>415</sup> Fica acertado em Belo Horizonte que Magalhães Pinto, como líder civil da “revolução”, faria um manifesto constando a deposição de Goulart, e Mourão volta pra Juiz de Fora para os últimos preparativos com seu Estado-Maior e os oficiais do 10º RI. Fica estabelecida a partida de Juiz de Fora no sábado, 28 de março, à noite, e ao amanhecer o domingo de Ressurreição estariam no Rio de Janeiro para o que Mourão chamou de “domingo da ressurreição do Brasil”.<sup>416</sup>

413

“A rebelião dos marinheiros como primeiros resultados do comício do dia 13” O Jornal, Rio de Janeiro, 27 de março de 1964, edição 13.130.

414

O Jornal, Rio de Janeiro, 28 de março de 1964, edição extra.

415

MOTTA, A. (2003), op cit, v.8, p.109.

416

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.355-356.

No sábado, 28, Mourão queria se certificar do apoio do general Amaury Krueel, do II Exército a fim de não marchar sozinho e aproveitando a conspiração que ajudou a montar em São Paulo. Assim envia o tenente-coronel Everaldo José da Silva a São Paulo<sup>417</sup> informar o general Amaury Krueel sobre a partida para o Rio de Janeiro, que aconteceria naquele mesmo dia até 20 horas. À tarde, recebe no aeroporto de Juiz de Fora Magalhães Pinto, general Guedes, marechal Denys, coronel José Geraldo, Comandante-Geral da PMMG, coronel Falcão, do 2º Batalhão da PMMG, e os Secretários de Magalhães Pinto, Oswaldo Pieruccetti e Monteiro de Castro. Mas Magalhães não traz o manifesto e o promete para dois dias depois, que seria 30 de março, segunda-feira. O tenente-coronel Everaldo volta de São Paulo no fim da tarde de sábado sem a resposta do general Amaury Krueel que pede uma reunião com Mourão. Com medo de sair de Juiz de Fora para se reunir em São Paulo com Krueel, ainda no sábado, Mourão vai ao Rio de Janeiro e se encontra com o general Riograndino Krueel, seu irmão,<sup>418</sup> que ouviu de Mourão que São Paulo deveria partir, pois a tropa estava adestrada, fruto de sua passagem por lá, na 2ª RM. O domingo, 29, chega e Mourão volta a Juiz de Fora, reunindo-se com os oficiais do Estado-Maior, da PM e do 10º RI, traçando os últimos planos enquanto a cópia do manifesto de Magalhães não chegava a suas mãos para ele revoltar a 4ª RM/4ª DI. Todos estes acertos revelam a preocupação de Mourão em não marchar sozinho.

Na segunda-feira, 30, Mourão ainda busca apoio para sair e recebe ligação de Guedes, informando que Magalhães havia lançado o manifesto, porém não constava o termo de deposição de João Goulart. Foi quando Mourão chegou a dar razão a dois oficiais, os coronéis Bragança e Lima Júnior, que o alertaram sobre possível traição de Magalhães que queria fazer a revolução sozinho.<sup>419</sup> O manifesto seria a legalidade do líder civil para a ação das tropas de Mourão Filho em direção ao Rio de Janeiro. Acusou então Guedes de descompromisso com a decisão do manifesto. Mas o Governador liga para Mourão que insiste na cópia do manifesto para revoltar as tropas, devendo constar claramente a deposição do Presidente. Mourão insistia na liderança do golpe e essa disputa entre Mourão e Magalhães os coloca no centro da luta pelo poder político no novo regime.

---

417 Na oportunidade enviou um recado ao seu amigo general Dalisio com a seguinte mensagem: “Mande avisar o “O Gordão” que vou descer de mala e cuia para assistir o batizado dentro da Igreja.” BRANCANTE (1978), p.218.

418 Esta foi a última ida de Mourão ao Rio de Janeiro antes do golpe. Suas idas ao Rio de Janeiro eram coordenadas pelo Embaixador Carlos Eduardo Guimarães Lousada, do IPES/SP. MOTTA, A. (2003), op cit, v.7, p.345.

419 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.367.

A essa altura, ainda no dia 30, Guedes e Magalhães já estavam revoltosos e se Mourão desejasse poderia mandar tropa para a capital e esmagá-los, ou denunciá-los ao I Exército, que poderia enviar tropas a Belo Horizonte contra os dois. Magalhães Pinto procura agir de modo a extrair do movimento os benefícios necessários para sua candidatura presidencial em 1965.<sup>420</sup> Assim sendo, a saída para o Rio de Janeiro é adiada para a madrugada de 31 de março. Mas ao cair da noite, Goulart fala aos sargentos,<sup>421</sup> chamando-os para reformas, no Automóvel Clube do Brasil.<sup>422</sup> Mourão não iria mais esperar o manifesto do Governador. Redigiria o seu próprio manifesto e revoltaria as tropas.

Terça-feira, 31, por volta das 2 horas da manhã, o que ele não esperava aconteceu. Os Secretários José Maria Alkmim e Monteiro de Castro vão à sua residência, levando o manifesto de Magalhães. Porém sem os termos combinados. Mourão resolve redigir o seu próprio manifesto e decide que às 5 horas daria o grito de marcha. A partir desta hora realiza ligações diversas informando que tinha revoltado a 4ª RM, incluindo ligação ao Guedes para que enviasse o 12º RI de Belo Horizonte.<sup>423</sup>

MANIFESTO DE MAGALHÃES PINTO. O apelo dirigido à nação pela Marinha de Guerra do Brasil não pode deixar de repercutir no espírito dos responsáveis pela sobrevivência da ordem democrática em nosso país. Não se trata, agora, de simples episódio interno da disciplina que precisa ser mantida naquele setor das nossas Forças Armadas. Muito mais que isso, estão em causa os próprios fundamentos do regime democrático, que têm nelas os elementos específicos de sua segurança. Traduzindo princípios geralmente consagrados e enraizados nas tradições da nossa organização política, a Constituição brasileira caracterizou as Forças Armadas como instituições nacionais, na base da disciplina e da hierarquia, para a finalidade de defenderem a pátria e garantirem os poderes constituídos, a ordem e a lei. Se, por influência de inspirações estranhas e propósitos subversivos, são comprometidas a hierarquia e a disciplina sem as quais elas não sobrevivem, têm as Forças Armadas não só o direito como também o dever de pugnar pela sua própria integridade, pois de outra maneira não cumprirão o pesado e glorioso destino que a Constituição lhes assinala. Por isso atendemos ao apelo da Marinha brasileira e lhe damos, neste momento delicado, a nossa solidariedade que, sobretudo exprime, estamos certos, a solidariedade do povo mineiro nos seus anseios de ordem, de progresso e de paz. Não apoiaremos nunca qualquer movimento que viesse apenas agravar a intranquilidade dos brasileiros, já tão angustiados de aflições; que embarçasse a marcha acelerada em que deve caminhar o nosso desenvolvimento social, econômico e político; que perturbasse o clima de paz de que o povo necessita para

---

420 STARLING (1986), op cit., p.138.

421 MOTTA, A. (2003), op cit, v.8, p.109.

422 “Jango convoca sargentos para reformas.” O Jornal, Rio de Janeiro, 31 de março de 1964, edição 13.133.

423 O general Rubens Resstel era major no II Exército em 1964 e já conhecia Mourão Filho quando este comandou a 2ª RM em 1963. Afirmou em entrevista que Mourão estava integrado com São Paulo, enviando periodicamente oficiais. No dia 31 de março Mourão Filho manda mensagem aos oficiais para saber se estavam prontos. MOTTA, A. (2003), op cit, v.7, p.97-99.

realizar os trabalhos de cada um e as tarefas do bem comum. A nossa posição continua a ser pelas reformas, sem as quais o povo não conhecerá o bem-estar e não conseguirá superar a estagnação e o atraso. Não podemos permitir, entretanto, que as reformas sejam usadas como pretexto para ameaças à paz pública e, através da inquietação e da desordem, um processo de erosão do regime democrático. Reformas, sim, e urgentes, mas dentro da democracia, porque fora da democracia perecerão as inspirações cristãs e populares que as devem orientar. As radicalizações ideológicas, sobretudo quando a ideologia inspiradora é incompatível com o que há de mais entranhado na formação do povo brasileiro, só podem contribuir para embaraçar ou retardar as reformas democráticas. Porque as desejamos sinceramente, não as queremos ver substituídas, afinal, pela simples e sinistra implantação de sistemas despóticos. Contra isso brada a formação do povo mineiro, que tem como seu ponto mais alto o amor à liberdade. Nossa atitude, neste momento histórico, não representa senão o dever de nos inclinar aos imperativos dessa vocação. E Minas se empenhará com todas as suas forças e todas as energias de seu povo para a restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora. Belo Horizonte – MG, 30 de março de 1964. José de Magalhães Pinto – Governador de Minas Gerais.

Nas contas de Mourão faziam dois anos, dois meses e vinte e três dias que começou a conspiração, justamente na Rua Bozano, nº 1.522, em Santa Maria, quando conversou pela primeira vez sobre os planos no dia 8 de janeiro de 1962, com o seu Chefe do Estado-Maior, coronel Ramão Menna Barreto.<sup>424</sup> Isso se deu no dia seguinte ao encontro com Brizola e Osvino na casa deste. Como a marcha de Mourão agora era fato consumado, não restava outra opção a Magalhães Pinto e o IPES/MG senão apoiá-lo.<sup>425</sup>

MANIFESTO DO GENERAL OLYMPIO MOURÃO, à Nação e às Forças Armadas: Faz mais de dois anos que os inimigos da Ordem e da Democracia, escudados na impunidade que lhes assegura o Senhor Chefe do Poder Executivo, vêm desrespeitando as instituições, enxovalhando as Forças Armadas, diluindo nas autoridades públicas o respeito que lhes é devido em qualquer nação civilizada, e, ainda, lançando o povo em áspero e terrível clima de medo e desespero. Organizações espúrias de sindicalismo político, manobradas por inimigos do Brasil, confessadamente comunistas, tanto mais audaciosos quanto estimulados pelo Senhor Presidente da República, procuram infundir em todos os espíritos a certeza de que falam em nome de um Estado estrangeiro, a cujos interesses imperialistas estão servindo em criminosa atividade subversiva, para traírem a Pátria Brasileira, tão generosa e cavalheiresca. E o atual governo, a cujos projetos que negam a soberania do Brasil vêm servindo essas organizações, dá- lhes até mesmo a faculdade de nomear e demitir ministros, gerais e altos funcionários, objetivando, assim, por conhecido processo, a desfazer as instituições democráticas e instituir, aberrantemente, o totalitarismo que nega a Federação, a República, a Ordem Jurídica e até mesmo o progresso social. Tentaram revoltar o disciplinado e patriótico “Círculo de Sargentos”, e, recentemente, essas organizações e esse governo tudo fizeram para desmoralizar e humilhar a Marinha de Guerra do Brasil, na mais debochada e despudorada ofensa à sua disciplina e hierarquia, que nela devem predominar. O povo, governos Estaduais e Forças Armadas, animados de fervoroso

424

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.373.

425

STARLING (1986), op cit., p.139.

sentimento patriótico, repelem esse processo caprichosamente executado pelo Senhor Presidente da República, o qual, divorciado dos preceitos constitucionais, negando solene juramento, pretende transformar o Brasil, de Nação soberana que é, a um ajuntamento de sub-homens, que se submetem a seus planos ditatoriais. Na certeza de que o Chefe do governo está a executar uma das etapas do processo de aniquilamento das liberdades cívicas, as Forças Armadas, e, em nome delas, o seu mais humilde soldado, o que subscreve este manifesto, não podem silenciar, diante de tal crime, sob pena de com ele se tornarem coniventes. Eis o motivo pelo qual conclamamos todos os brasileiros e militares esclarecidos para que, unidos conosco, venham ajudar-nos a restaurar, no Brasil, o domínio da Constituição e o predomínio da boa-fé no seu cumprimento. O Senhor Presidente da República, que ostensivamente se nega a cumprir seus deveres constitucionais, tornando-se, ele mesmo, chefe de governo comunista, não merece ser havido como guardião da Lei Magna, e, portanto, há de ser afastado do Poder de que abusa, para, de acordo com a Lei, operar-se a sua sucessão, mantida a Ordem Jurídica. Juiz de Fora, 31 de março de 1964. General-de-Divisão Olympio Mourão Filho, Comandante da 4ª RM/4ª DI.  
426

Cedo, no QG, já estavam os oficiais e o marechal Denys, aos quais Mourão avisa oficialmente do início da revolta, já lançando em seguida, por volta das 9 horas daquela manhã, uma companhia precursora do 10º RI. Por hora não queria que o Rio de Janeiro soubesse de nada a fim de não montar uma resistência. Assim desmentiu boatos dos Diários Associados e do I Exército que tinha tropas em movimento. Mas às 17 horas a imprensa de Juiz de Fora foi chamada ao QG e informada do início do golpe. O jornalista Wilson Cid, que juntamente com o fotógrafo Jorge Couri fazia parte do grupo “Diários Associados”, lembrou-se que o general Mourão Filho disse na coletiva que o Presidente da República havia descumprido os dispositivos constitucionais. Desta maneira, esperava-se que ele deixasse o poder imediatamente. A partir disso aí, ocorreu uma movimentação muito grande.<sup>427</sup> O radialista Paulo Emerich, à época com 33 anos de idade, atuando no Rádio Sociedade, lembrou-se da transmissão que realizou: “A rádio transmitiu direto da 4ª Região, com o general falando que a cidade estava em revolução.” (Paulo Emerich apud Tribuna de Minas, 16 de março de 2014).<sup>428</sup>

426

MOURÃO, Laurita. Mourão: o general do pijama vermelho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

427

SALLES, Renato. Uma foto para a história. Ao lado do general Mourão Filho, Paulo Emerich e Wilson Cid registram o anúncio da marcha das tropas para o Rio; a foto foi feita por Jorge Couri. Tribuna de Minas. Juiz de Fora, 15 de Março de 2014.

428

SALLES, Renato. Do apoio mútuo à censura diária: repórteres, fotógrafos e radialistas lembram como foram os primeiros dias de trabalho da imprensa após o general Mourão Filho anunciar o golpe. Tribuna de Minas. Juiz de Fora, 16 de Março de 2014.

Trabalhava no ‘Diário Mercantil’ e no ‘Diário da Tarde’ (publicações mantidas pelo grupo Diários Associados, à época), que funcionavam em frente ao antigo Cine Excelsior. Morava ali perto e desci a pé para o trabalho. Quando estava chegando próximo à redação, vi uma grande movimentação de guardas. Percebi que estava acontecendo algo. Quando cheguei lá, o jornalista Décio Cataldi me informou que fomos convocados para ir até a 4ª Região Militar. Ninguém sabia direito o que estava acontecendo. (Jorge Couri apud Tribuna de Minas, 15 de março de 2014).

Foi recebido pelo prefeito de Juiz de Fora o qual aclama Juiz de Fora como “capital democrática do Brasil”. Às 18 horas do dia 31 desloca o 11º RI em direção à Paraibuna, divisa MG/RJ, sob o comando do general Muricy. Em seguida o 10º e o 12º RI.<sup>429</sup> No total foram dois mil, setecentos e quatorze homens e cento e noventa e três viaturas.<sup>430</sup>

No dia 1º de abril volta de Paraibuna a Juiz de Fora e por volta de 1 hora da madrugada, recebe ligação do general Krueel, do II Exército, sobre sua adesão e que a tropa já estaria na rua.<sup>431</sup> A chegada do marechal Denys na marcha, por volta das 3 horas da manhã, faz com que o 1º BC (Batalhão D. Pedro II), de Petrópolis e o 1º RI (Regimento Sampaio) se rendam e desistam de lutar.<sup>432</sup> Estes dois quartéis foram enviados pelo comandante da Vila Militar, general Luiz Tavares da Cunha Melo, a fim de lutar contra a tropa de Mourão. Cabe ressaltar que a essa altura, o I Exército já saberia da adesão do II Exército e da AMAN, ou seja, não seria apenas a 4ª RM, mas uma tropa bem significativa.<sup>433</sup> O dispositivo militar de sustentação a Goulart ruiu facilmente à medida que as unidades legalistas aderiam à “revolução”. O conflito foi resolvido sem uma guerra civil.<sup>434</sup>

O dia amanhece com as manchetes dizendo sobre a sublevação de Mourão em Juiz de Fora<sup>435</sup> e Minas Gerais.<sup>436</sup> Enquanto a tropa de Mourão marcha<sup>437</sup> até o QG do Exército no

429 “Tropas do 10º e 12º RI iniciam deslocamento na madrugada de 31 de março.” Revista O Cruzeiro, 10 de abril de 1964, edição extra.

430 Anexo nº 11. Relatório das Atividades do Destacamento Tiradentes. General Antônio Carlos Muricy. Juiz de Fora, 7 de abril de 1964, p.9.

431 O general Euclides Bueno Filho servia em São Paulo em 1964 e se lembrou de um diálogo do Governador Adhemar de Barros com o general Amaury Krueel do II Exército versando sobre apoio ao movimento desencadeado em Minas por Mourão Filho. MOTTA, A. (2003), op cit, volume 7, p.81.

432 Relatório das Atividades do Destacamento Tiradentes, op cit., p.4.

433 Ibidem, p.6.

434 MOTTA, R. (2002), op cit., p.270.

435 “O general Mourão Filho sai em defesa do regime e instala em JF o QG da Força de Defesa da Democracia em Minas Gerais.” Diário Mercantil, Juiz de Fora, 1º de abril de 1964. “Sublevaram as guarnições de Minas Gerais e Krueel adere em São Paulo.” O Jornal, Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964, edição 13.134.

436 “Sublevaram as guarnições de Minas Gerais e Krueel adere em São Paulo.” O Jornal, Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964, edição 13.134.

437 A informação do deslocamento das tropas da 4ª RM/ 4ª DI em 31 de março de 1964 era difundida via rede rádio. Rapidamente diversos comandos vieram a aderir, como a 5ª RM/

Rio de Janeiro, o I Exército desmonta o dispositivo de reação e comunica a Mourão, quando de sua chegada ao QG. Muricy é então avisado por Mourão que não atacasse mais o QG tendo em vista a rendição.<sup>438</sup> Ainda em deslocamento para o Rio de Janeiro, Mourão e Muricy ouvem pelo rádio que o general Costa e Silva assumiu oportunamente o Comando Supremo. Na opinião deles estava tudo terminado. O próximo a aderir foi o III Exército em todas as suas instâncias.<sup>439</sup> Mais tarde o IV Exército do general Justino também adere. O movimento foi dado como vitorioso, sem um disparo sequer por parte das tropas de Mourão Filho e dos I e II Exércitos.<sup>440</sup> Pode-se considerar ainda como motivo de desistência de luta por parte do I Exército, legalista, o fato de nenhum chefe militar ousar atacar a AMAN, considerada pelos oficiais como “alma-mater” do Exército.<sup>441</sup> Assim considero ser de suma importância no sucesso do movimento a participação dos cadetes da AMAN.

O general Costa e Silva, na qualidade de Chefe Supremo das Forças Armadas, realiza algumas mudanças nos comandos, destituindo aqueles que foram contra a revolta. Neste momento Mourão imaginava que seria no mínimo Comandante do I Exército, o que foi dado ao general Octacílio Terra Ururahy, um comando que seria dele, Mourão, pelo fato de ser o general-de-divisão mais antigo do Exército. Costa e Silva apenas lhe pede que deixe a tropa de Minas por lá alguns dias, o que Mourão lhe concede como finalidade a garantir sua posição de Chefe Supremo. Como Costa e Silva nada teria feito para o golpe, segundo Mourão, ele desistiu de reivindicar algum comando, pois no dia 30 de abril cairia na cota compulsória, ou seja, iria se aposentar, pois atingiria o limite da idade para o posto de general-de-divisão e não acreditava em promoção a general-de-exército até lá.<sup>442</sup> “Estava terminada minha tarefa. Podia gritar: Brasil! Missão cumprida!” (Mourão Filho apud SILVA, 1978, p.385).

Exatamente um ano após a publicação do diário do general Olympio Mourão Filho, publica-se o livro do general Guedes, que participou ativamente das conspirações e mobilizações das tropas. Quando Mourão foi procurado por Lima Neto, Presidente da Companhia Telefônica de Minas Gerais, estando em Ouro Preto, vemos por Guedes (1979, p.180), que ele se deslocou rapidamente naquela sexta-feira Santa, 27 de março, para Belo Horizonte. Guedes imaginava encontrar um Mourão decidido em partir para atacar de

---

438 5ª DI, em Curitiba. Relatório da 5ª RM/ 5ª DI concernente ao movimento militar de 31 de março de 1964, in MOTTA, A. (2003), op cit., v.8, p.110.  
 “17:20 h. As tropas chegam em frente ao QG do Exército.” O Jornal, Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964, edição 13.134.

439 MOTTA, A. (2003), op cit., v.8, p.68 e 241.

440 O Jornal, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964, edição 13.135.

441 MOTTA, A. (2003), op cit, v.9, p.84.

442 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit., p.384.

surpresa o QG do Exército.<sup>443</sup> Nesta reta final, Guedes presencia Magalhães Pinto convocar para ir a Juiz de Fora os marechais Denys e Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes.<sup>444</sup> No dia seguinte, 28, em Juiz de Fora, reúnem-se no aeroporto Mourão, Denys, Guedes e Magalhães. Estes dois últimos vão num avião da Líder e providenciam, por intermédio de Carlos D'Álamo Lousada, outro avião para que o emissário de Mourão, o tenente-coronel Everaldo José da Silva, Chefe da 3ª Seção da 4ª RM/4ª DI, pudesse ir a São Paulo convencer o general Krueel a marchar com Minas Gerais.<sup>445</sup> Quando esteve em Juiz de Fora presenciou Mourão Filho, em sua residência, passar aos oficiais as últimas ordens.

Um impasse foi criado em meio aos últimos preparativos. Magalhães e Guedes insistem em sair no dia 30 de março, algo que Mourão não aceita, admitindo que sairia apenas depois de 1º de abril.<sup>446</sup> O núcleo político do IPES/MG reúne-se na casa de Oswaldo Pieruccetti e fica acertado que Guedes iria mobilizar a tropa para início da marcha ao Rio de Janeiro com base no manifesto de Magalhães Pinto. Mourão, como sabemos, apenas sairia com o manifesto em “mãos”. Por fim, Alkmim e Guedes admitem que para Mourão iniciar o golpe teriam que modificar o manifesto.<sup>447</sup>

Mas Mourão Filho, na manhã de 31 de março, por volta das 6 horas, com seu manifesto pronto, liga para Guedes: “Guedes, resolvi sair.” (apud GUEDES, 1979, p.212). O general Mourão ainda solicita o envio rápido a Juiz de Fora do 12º RI. Nesta manhã, Castelo Branco que fora avisado por Muricy do início do movimento, realiza ligações para Mourão, Guedes e Magalhães a fim de convencê-los a desistir, caso contrário seriam esmagados por tropas legalistas.<sup>448</sup> O manifesto de Mourão rapidamente se espalha pelo país via rede rádio e telefone. O coronel Luís de Alencar Araripe servia na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, e recebe ligação que a “revolução” estourou em MG, com o lançamento do manifesto de Mourão.<sup>449</sup>

Guedes entendeu que a decisão de Mourão em não marchar mais para o QG achando que já teria cumprido a missão,<sup>450</sup> tendo em vista a rendição do I Exército, foi muito ruim. O desvio da tropa para o estádio Maracanã foi recebida de forma muito ruim por seus aliados

---

443 GUEDES (1979), op cit, p.180.

444 Ibidem, p.183.

445 Ibidem, p.193.

446 Ibidem, p.180.

447 Ibidem, p.205-210.

448 Ibidem, p.215.

449 MOTTA, A. (2003), op cit, volume 2, p.223.

450 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.383.

Magalhães Pinto e Guedes. Para este, Mourão fugiu ao combinado, que era a tomada do QG, não ditando a vontade de chefe vitorioso. A decisão contrária poderia ter mudado os rumos do movimento.<sup>451</sup> Guedes entendeu naquele momento que a desistência de Mourão em marchar e tomar o QG do Exército estava no fato de, Mourão, ter passando o comando do destacamento para o general Muricy que pouco fez quando chegou ao Rio de Janeiro. Assim sendo o general Costa e Silva assume o Comando Supremo, justificando-se em dois fatos: o primeiro por ser ele o general mais antigo e a fim de garantir o sucesso do movimento, que seria a pacificação das tropas I Exército a fim de estas não lutassem contra os revoltosos. Muricy, que chegou a Juiz de Fora em cima da hora da saída,<sup>452</sup> por influencia de Denys, teria feito Mourão desistir do confronto.<sup>453</sup>

O êxito do movimento que desencadeou a partir de Juiz de Fora pode-se creditar aos extensos contatos realizados com a sociedade civil mineira, sobretudo de Juiz de Fora, e a rápida adesão de outras guarnições como Resende e São Paulo, e momentos depois, outros comando espalhados pelo Brasil, principalmente São Paulo e Rio Grande do Sul, locais onde Mourão passou. O general Antônio Jorge Correa servia na AMAN como tenente-coronel em 1964 e afirmou que desde 1963 os generais Médici e Mourão já mantinham contatos. Quando a Academia recebe ordens do I Exército para ficar de prontidão, Médici marcha para o Rio de Janeiro em apoio a 4ª RM de Mourão Filho.<sup>454</sup>

Mesmo após extensos estudos e planejamento a nível nacional para derrubada do Governo de Goulart, nota-se que as decisões finais foram puramente militares. Para Carlos Fico e Gláucio Ary Dillon Soares, o golpe foi feito pelos militares que realizaram os deslocamentos de tropa, quando também se observou certa hegemonia militar em todas as ações, desprezando as lideranças civis no final do processo de preparação. Soares defende que não houve tanta coordenação entre os militares a nível nacional, o que foi demonstrado pela iniciativa do general Mourão Filho em sair de Minas Gerais com as tropas.<sup>455</sup> E neste

---

451 GUEDES (1979), op cit, p.234-239.

452 Em meados de 1964, Mourão teria sido informado pelo general Varonil de Albuquerque Lima que Castelo Branco, ao saber da movimentação de tropas, mandou Muricy para Juiz de Fora a fim de “consertar as besteiras de Mourão.” SILVA (1978), op cit, p.412.

453 GUEDES (1979), op cit, p.247.

454 MOTTA, A. (2003), op cit, v.1, p.34.

455 SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.) 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. FGV. Rio de Janeiro, 1994, p.27.

entendimento que a decisão de movimentar as tropas foi puramente militar, podemos identificar nos preparativos finais as ações incisivas dos generais Mourão Filho e Guedes.<sup>456</sup>

Como já dissemos, a decisão final foi fruto dos acontecimentos em março de 1964, como o comício do dia 13, no Rio de Janeiro, a falta de disciplina por parte dos marinheiros e a grande aproximação em definitivo de Goulart com as praças<sup>457</sup> das Forças Armadas. Mourão, enquanto se preparava para a hora da decisão já realizava contatos por Minas, enviando emissários para reconhecer estradas e quartéis. O major Cid de Goffredo Fonseca chega à 4ª RM/4ª DI como estagiário da ECEME e foi designado a reconhecer o eixo São Paulo-Belo Horizonte, itinerário de possível deslocamento de tropas do II Exército em direção à Brasília. Em fracassando o plano inicial, Minas tentaria resistir.<sup>458</sup> O que pesou ainda mais na decisão de Mourão foi a manifestação feita em Juiz de Fora, onde as pessoas com tochas e rezas estariam pedindo a salvação do Brasil. Quando o major Goffredo retorna do Rio de Janeiro, onde estava com a família no feriado da Semana Santa, encontra a 4ª RM revoltada por Mourão, que o designa para o Destacamento Tiradentes, sob comando do general Muricy. Antes, ao se apresentar no QG, afirma ter ouvido conversa do general Mourão com Castelo Branco, o qual apela para Mourão desistir da revolução. Mourão respondeu que não seria mais possível, pois a tropa já estava na rua.<sup>459</sup>

Posso dizer com alguma autoridade que o general Olympio Mourão Filho foi o grande chefe de uma coragem e de uma determinação muito grandes, antecipando exatamente tudo que iria acontecer; dessa forma, conseguiu congrega em volta dele toda a tropa, e sua precipitação, segundo o próprio marechal Castelo, foi muito benéfica. (Cid de Goffredo Fonseca apud MOTTA, 2003, v.3. p.92)

Os coronéis Covas e Mandarinó que vivenciaram os fatos em 1964, o primeiro como oficial da ECEME e do EME e o segundo como capitão no 10º RI, em Juiz de Fora, entendem que o comício da Central do Brasil deixou Mourão Filho alerta,<sup>460</sup> mas o problema do Automóvel Clube forçou a saída. A sua precipitação teria valido a pena.<sup>461</sup> O coronel Waldir Abbês, era 1º tenente na 4ª Cia PE, de Juiz de Fora e também entende que o comício do dia 13 e a reunião do dia 30 foram a gota d'água para que Mourão decidisse pela revolução.<sup>462</sup> O

---

456 Anexo nº 11. Relatório das Atividades do Destacamento Tiradentes. General Antônio Carlos Muricy. Juiz de Fora, 7 de abril de 1964, p.4.

457 O círculo das praças é composto por militares das graduações de subtenente, sargento, cabo e soldado.

458 BRANCANTE (1978), p.227.

459 MOTTA, A. (2003), op cit, v.3, p.82-83.

460 Ibidem, v.3, p.176.

461 Ibidem, v.3, p.165.

462 Ibidem, v.3, p.284.

general Orlando Morgado era major e aluno da ECEME e foi estagiar na 4ª RM, em 1964, presenciando a evolução dos fatos dentro do QG de Juiz de Fora. A reunião dos sargentos no Automóvel Clube foi preponderante para se saber que algo iria acontecer. A partida de Mourão pegou muita gente desprevenida.<sup>463</sup> Na AMAN, em Resende, a adesão foi imediata quando o general Médici toma conhecimento do manifesto de Mourão.<sup>464</sup> O movimento iniciado por Mourão também chegou a Campo Grande–MS, onde o Comandante da 4ª DC reúne seus oficiais na tarde de 31 de março e decide apoiar.<sup>465</sup> Outro oficial que não hesitou em afirmar que a motivação final de Mourão residiu nos acontecimentos de março foi o general Carlos Meira Mattos, que era tenente-coronel e comandava o 16º BC, em Cuiabá–MT.<sup>466</sup>

Um oficial da Polícia Militar de Pernambuco, coronel José Fernandes Pontes Soares Filho, 1º tenente em 1964, lembra que no batalhão da PMPE alguém captou o som da Rádio Inconfidência de Belo Horizonte, comunicando a eclosão do movimento do general Mourão.<sup>467</sup> Em João Pessoa, próximo ao Recife, chegou a notícia da movimentação de tropas por Mourão. O Comandante do 15º RI reuniu os oficiais e disse que a partir daquele momento o regimento estava revolucionário.<sup>468</sup> Na unidade de engenharia da 1ª DI, Vila Militar-RJ, chega também a notícia que Mourão se deslocava de Minas para o Rio de Janeiro.<sup>469</sup> Em Belo Horizonte, o Comandante do 12º RI reúne todos e fala da situação do país e da decisão tomada por Mourão, de iniciar o movimento armado contra o Presidente Goulart.<sup>470</sup> Notamos que a “revolução” eclodiu em vários grupos independentes depois da iniciativa de Mourão Filho.<sup>471</sup>

A decisão pega os oficiais do Rio de Janeiro de surpresa. Lá havia um grupo que discutia uma intervenção contra o governo de Goulart encabeçada pelos generais Costa e Silva, Cordeiro de Farias, Ademar de Queiroz, Syzeno Sarmento e coronel Jayme Portela.<sup>472</sup>

---

463 Motta, A. (2003), op cit, v.4, p.73-74.

464 General Oswaldo Muniz Oliva que servia na 4ª DC como tenente-coronel em 1964 Ibidem, v.7, p.52.

465 Entrevista do general Cid de Goffredo Fonseca que em 1964 era major e fazia estágio no QG da 4ª RM/4ª DI, em Juiz de Fora. Ibidem, v.3, p.83.

466 Ibidem, v.1, p.224.

467 Ibidem, v.6, p.250.

468 Ibidem, v.6, p.156.

469 Ibidem, v.6, p.264.

470 Ibidem, v.6, p.239.

471 Motta, A. (2003), op cit, v.8, p.205.

472 Este grupo de oficiais do Rio de Janeiro preparava uma reação, ainda sem data, motivada pela Nota Reservada, de 20 de março de 1964, do Chefe do EME, general Castelo Branco. Ibidem, v.9, p.44.

O tenente-coronel Antônio Ferreira Marques servia na ECEME e tinha ligações com o coronel Portela. Numa reunião na casa deste, em 30 de março, jamais pensavam numa saída de tropas de Minas. Cogitaram que a revolução se daria somente depois de 1º de abril. Mas no dia seguinte, 31 de março, o coronel Portela recebeu ligação de Mourão que a tropa estava a caminho do Rio de Janeiro, surpreendendo a todos.<sup>473</sup>

A reação dos oficiais de São Paulo quando souberam do levante de Mourão mostra o tamanho da articulação que fez por lá quando comandou a 2ª RM. Ele estaria ciente das ideias dos oficiais paulistas, mantendo contato e enviando periodicamente<sup>474</sup> oficiais a São Paulo quando passou a comandar a 4ª RM.<sup>475</sup> O tenente-coronel Guimarães, ao saber da eclosão do movimento, procura seu superior a fim de saber o que fazer em seguida.<sup>476</sup> Fica evidente que Mourão tinha certa influência com estes oficiais paulistas, o que facilitou a adesão do II Exército. Ao decidir participar do levante o general Krueel sabia da doutrinação dos oficiais do II Exército. A ida de Mourão para a 4ª RM/4ª DI expandiu o movimento de São Paulo para toda Minas Gerais e os paulistas passam a ter contato mais estreito com Minas.<sup>477</sup> Apenas o general Mourão pediu ao pessoal paulista que não fosse a Minas Gerais para não despertar suspeitas de suas tramas, já que o ambiente era bom.<sup>478</sup>

Cabe ressaltar a importância nesta reta final, sobretudo a partir de 28 de março, da presença do marechal Denys no fortalecimento das negociações, como foi demonstrado por Mourão e Guedes. O filho do marechal Denys, o general Rubens Bayma Denys, servia em 1964 como capitão na ECEME e detalha os últimos momentos e a saída para o Rio de Janeiro. Para ele, seu pai ajuda Mourão na partida em 31 de março. A decisão de Mourão e o encorajamento de Denys ajudaram que as tropas de Minas partissem antes que fosse deflagrado um golpe pelo Governo e não tivesse mais tempo de reagir.<sup>479</sup> Outro general, Sebastião José Ramos de Castro, também servia na ECEME. Era tenente-coronel instrutor e destaca que o marechal Denys convenceu os comandantes da Vila Militar a lutar a favor da revolução junto com Mourão, principalmente os comandantes do 1º RI, na Vila Militar e o 1º

---

473 Motta, A. (2003), op cit, v.7, p.34.

474 BRANCANTE (1978), p.217.

475 Motta, A. (2003), op cit, v.7, p.97.

476 Renato Guimarães foi Presidente da Sociedade Mackenzie de Educação, Pesquisa e Cultura; Chanceler da Fundação Mackenzie. Em 1964 era major e servia no Depósito regional de Motomecanização. Serviu em 1963 com Mourão Filho. *Ibidem*, v.7, p.258.

477 *Ibidem*, v.7, p.344.

478 BRANCANTE (1978), p.217.

479 Motta, A. (2003), op cit, v.1, p.163.

BC, em Petrópolis.<sup>480</sup> O general Meira Mattos também afirmou que o marechal Denys estava com Mourão no momento final e que Mourão saiu por conta própria.<sup>481</sup> Mourão foi ajudado no comando da 4ª RM pelo marechal Denys que arrastou o general Muricy.<sup>482</sup> Por fim, o coronel Dalísio Menna Barreto, que ajudou Mourão na idealização do Plano Junção ainda em Santa Maria como Chefe do Estado-Maior, e era profundo conhecedor do general, analisa que a adesão do marechal Denys foi muito importante. Embora ele não tenha comandado nada, coordenou as adesões de outros oficiais do I Exército, muito importante para se evitar confrontos armados.

### **3.5 – entendendo melhor a marcha mineira**

*A marcha mineira teve características que marcaram seu sucesso, dentro elas o intenso trabalho que Mourão desenvolveu nos quartéis mineiros para ter ao seu lado a tropa. Os planos de Mourão no Sul e em São Paulo demandavam grande deslocamento de tropas. Em Minas não houve tempo para tais ajustes, onde um destacamento marchou para Brasília e o outro para a Guanabara. Uma questão relevante foi a decisão de Mourão no manifesto de Magalhães Pinto, para lhe garantir respaldo civil e político. O fator surpresa também foi crucial. A **marcha mineira ignorou outros conspiradores nacionais.***

Sobre o período mineiro da conspiração do general Mourão Filho pode-se dizer que ele chegou a Minas com um histórico de conspirador por onde passou. Encontra em andamento uma conspiração contra Goulart fruto de mobilizações do IPES/MG. Mas o território principal de sua atuação concentrou-se em Juiz de Fora, onde desenvolveu intenso trabalho conspiratório no meio civil e nos quartéis locais e do interior. Ao contrário de São Paulo, onde formou com o seu Estado-Maior Civil uma extensa lista de pessoas da alta sociedade paulista, agora em Minas, Mourão busca consolidar os contatos já feitos em São Paulo, designando periodicamente um emissário para se deslocar até lá e confirmar as últimas movimentações. Neste período em Minas, o Governador Magalhães Pinto e o general Guedes, Comandante da ID/4 e da guarnição militar de Belo Horizonte já se ligavam em planejamentos contrários ao governo de João Goulart. Isso facilita em muito o trabalho de Mourão, que não precisa articular muito no meio civil da capital. Mas, em contrapartida,

---

480 Motta, A. (2003), op cit, v.1, p.129.

481 Ibidem, v.1, p.225.

482 Entrevista com o general Helio Ibiapina Lima, in Motta, A. (2003), op cit, v.2, p.185.

Guedes e Magalhães, que já sabiam do trabalho conspiratório de Mourão em Santa Maria e São Paulo, temem alguma atitude precipitada ou errônea de sua parte, partindo para uma constante vigilância de suas ações. Sua saída de São Paulo foi parte da ação controladora do IPES que ele desconfiava, às vezes, mas não tinha certeza. Mesmo mantido em vigilância, Mourão intensificou sua ligação com os capitães e tenentes que lhe seriam úteis na saída para o Rio de Janeiro. Toda oficialidade estaria garantida, com poucas exceções.

Mesmo com as articulações do general Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército e ligado ao grupo de oficiais da ESG, de Magalhães Pinto e o general Guedes, deve-se destacar a ordem de marcha dada por Mourão na manhã de 31 de março, dando início ao movimento. Como visto, Guedes é quem chama Mourão à capital mineira em 27 de março, e junto com Magalhães Pinto, organiza diversas reuniões e dá ordens de prontidão por lá. Contudo a adesão de Mourão seria fundamental para o sucesso do movimento. Mourão como Comandante da 4ª RM/4ª DI teria naturalmente mais adesões à sua ordem de marcha do que o Guedes. Uma possível marcha de Belo Horizonte teria que passar por Juiz de Fora. A impetuosidade de Mourão faltava ao Guedes e a Magalhães, uma vez que estava planejado tomar o QG Exército, no Rio de Janeiro.

Como ocorreu no Sul, onde Mourão sempre cogitava colocar em prática o Plano Junção,<sup>483</sup> e em São Paulo, onde Mourão também tinha um plano de deslocamento pela BR-3 (Via Dutra), agora era a hora de marchar. E o núcleo civil da “revolução” mineira necessitava do seu braço armado para garantia de sucesso. Esse braço armado eram as tropas da ID/4 do Guedes e a PMMG, do coronel José Geraldo e, claro, todo o comando da 4ª RM/4ª DI, a qual enquadrava a ID/4.

O grito de Mourão desencadeando de fato a “revolução” foi categoricamente reconhecido por diversos oficiais que estavam na ativa. O general Alacyr Frederico Werner, tenente-coronel na AMAN, em 1964, um dos núcleos golpistas, confirma que um dos líderes foi o general Mourão porque teve coragem de desencadeá-la, até mesmo se antecipando com o apoio do general Guedes.<sup>484</sup> O general Rubens Mário Burm Negueiros, servia na Vila Militar-RJ e reconhece um movimento ideológico dentro do Exército que teve como principal idealizador o general Castelo Branco. Mas sem dúvidas o primeiro a movimentar tropas foi Mourão.<sup>485</sup> E como Castelo já desenvolvia este movimento dentro do Exército, Mourão procura-o uma semana antes. Mas diante de sua inércia, ao não lhe dar ouvidos, dias depois

---

483 Motta, A. (2003), op cit, v.13, p.139.

484 Ibidem, v.1, p.71.

485 Ibidem, v.1, p.108.

sai a notícia da marcha de Mourão ao Rio de Janeiro, conforme acredita o coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, do EME.<sup>486</sup> Mas fica mesmo evidenciado que o grupo de oficiais ligados aos generais Costa e Silva e Castelo Branco desejavam mesmo uma “revolução” que ainda não tinha data marcada. No momento certo iriam desencadeá-la. Mas falar deste momento certo é outro algo incerto.

Num momento que visava não outra coisa que não fosse a derrubada do dispositivo legalista do Exército, Mourão soube conduzir as negociações finais, com o apoio do marechal Odílio Denys, uma vez que os que marcharam de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro e a tropa do I Exército tiveram comportamento de não se atacarem.<sup>487</sup>

Alguns oficiais que serviam em setores de elite como ECEME e Conselho de Segurança Nacional foram categóricos quanto à iniciativa e bravura de Mourão. “Mourão começou o movimento em MG.” (Amerino Raposo Filho apud Motta, 2003, v.2, p.279). “Mourão deu a partida no movimento.” (José Tancredo Ramos Jubé apud Motta, 2003, v.2, p.332). “Mourão foi corajoso e bravo.” (Francisco Valdir Gomes apud Motta, 2003, v.6, p.136). “O movimento impetuoso de Minas Gerais, com Mourão fez com que Castelo Branco cedesse à pressão do grupo.” (Petrônio Araújo Gonçalves Ferreira apud Motta, 2003, v.6, p.178). “Mas o general Mourão Filho foi o líder comandante, revoltando a tropa da 4ª Região Militar e marchando sobre o Rio, correndo todos os riscos pessoais e de sua carreira. É o líder maior do movimento armado.” (Jonas Moraes apud Motta, 2003, v.9, p.44).<sup>488</sup>

O movimento iniciado por Mourão na manhã de 31 de março teve o primeiro deslocamento de tropas por volta das 10 horas, quando uma companhia do 10º RI parte sob o comando do tenente-coronel Everaldo. O grosso da tropa foi lançado naquela noite, chegando ao Rio de Janeiro na tarde de 1º abril. Conforme já sabemos, neste intervalo Costa e Silva aproveita e se autoproclama Chefe Supremo no lugar que teoricamente deveria ser de Mourão. A reorganização das forças foi feita de forma rápida, onde oficiais tidos como legalistas foram removidos, como era o caso do Comandante do I Exército, general Âncora. Tropas até chegaram a sair do Rio de Janeiro em direção a São Paulo, Resende e Juiz de Fora. Na opinião do general Rubens Mário Burm Negueiros, a retaguarda ficou desprotegida e facilitou pra Mourão.<sup>489</sup> Para o general Alacyr Frederico Werner, um dos líderes foi o general

---

486 Motta, A. (2003), op cit, v.1, p.291.

487 Entrevista do general Everaldo de Oliveira Reis, que era major do EME. Ibidem, v.1, p.129.

488 O general-de-exército Jonas de Moraes Correia Neto era oficial superior e instrutor da EsAO, em 1964. Ibidem, v.9 p.29.

489 Ibidem, v.1, p.109.

Mourão porque teve coragem de desencadeá-la, até mesmo se antecipando com o apoio do general Guedes. A ideia de Mourão seria começar dias depois para se ter as adesões ideais e não lentamente como foi o caso. (MOTTA, 2003, v.1, p.71). Enquanto uns defendem que Mourão partiu de forma precipitada para o Rio de Janeiro,<sup>490</sup> outros sugerem que Mourão não se precipitou porque não conhecia qualquer hora pré-determinada, conforme acredita o general José Antônio Barbosa de Moraes, que era major e servia no Estado-Maior da 4ª RM/4ª DI, como Chefe 3ª Seção.<sup>491</sup>

Cabe ressaltar a condição que Mourão impôs para deslocar sua tropa, que era o manifesto de Magalhães Pinto, contendo o termo de deposição de Goulart. Caso isso ocorresse ainda no sábado, 28 de março, Mourão teria deslocado. O atraso foi em decorrência deste acerto para que Mourão tivesse respaldo civil.<sup>492</sup> O concreto de tudo isso reside mesmo na data de deslocamento de Juiz de Fora, que foi dia 31.

Com as forças militares já reorganizadas, restou a Mourão, que em poucos dias estaria certo de passar para a reserva por atingir o limite de idade no posto de general-de-divisão, aceitar a presidência da Petrobras sob o pretexto de eliminar os comunistas que nela existiam. Os militares que marcharam com Mourão, no caso Muricy e Guedes, além do Governador de Minas Gerais Magalhães Pinto e seu secretariado sentiram que a decisão de não dar um comando digno a Mourão e enviá-lo para a Petrobras seria uma forma de calar os que fizeram o movimento e colocar em evidência outros como Costa e Silva e Castelo Branco. Foram então até o Costa e Silva a fim de tentar reposicionar Mourão numa função compatível com seu posto e como forma de valorizar os demais integrantes da “revolução” mineira.<sup>493</sup>

Mas Mourão estava praticamente vencido. Sabia que não adiantaria ponderações suas e de seus aliados.<sup>494</sup> De resto ainda ofereceu a tropa mineira para ficar no Rio de Janeiro por alguns dias a fim de garantir o Costa e Silva em caso de movimento contrário. No dia 2 de abril, um jornal já trazia a seguinte manchete: “Mourão, JK e Petrobras.”<sup>495</sup> Restou aos seus

---

490 MOTTA, A. (2003), op cit, v.2, p.104.

491 Ibidem, v.2, p.109.

492 SILVA (1978), op cit, p.358.

493 Uma comissão composta pelo Governador Magalhães Pinto, general Gudes e os Secretários Estaduais Monteiro de Castro, Oswaldo Pieruccetti, José Maria Alkmim e Clóvis Salgado parte de Belo Horizonte no dia 2 de abril de 1964 e procura o general Costa e Silva a fim de buscar entendimentos quanto a função destinada a Mourão Filho. Eles não aceitavam que o chefe vitorioso fosse afastado praticamente de vez, tendo em vista que iria ocupar um cargo civil. GUEDES (1979), op cit, p.241.

494 SILVA (1978), op cit, p.388.

495 O Globo, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964.

aliados buscar junto ao Congresso Nacional a promoção de Mourão a general-de-exército a fim de que não caísse na cota compulsória em 9 de maio.<sup>496</sup>

Ainda no Rio de Janeiro, Mourão recebe em 4 de abril em seu apartamento Juscelino Kubitschek quando discutiram os rumos de uma candidatura militar. Para Mourão, o apoio a Castelo Branco poderia significar um golpe, tornando-se ditador e impedindo o processo eleitoral de 1965. Mas termina ali sua missão e deveria voltar a Juiz de Fora com a tropa. Foi recebido com muita festa pela população de Juiz de Fora,<sup>497</sup> com a presença do Governador Magalhães Pinto, que o saúda com homenagens pela “revolução” que acabara de comandar, depondo o Presidente Goulart.<sup>498</sup> O Diário Mercantil trouxe a seguinte manchete: “A população de JF veio para a rua confirmar o seu não ao comunismo. O povo, em lágrimas e com flores, recebeu a tropa em liberdade.”<sup>499</sup>

### **3.6 – Mourão Filho após o golpe**

*O êxito do movimento de 31 de março não garantiu a Mourão posições privilegiadas na nova conjuntura. Os generais Castelo Branco e Costa e Silva buscavam reorganizar o jogo dos vencedores e deixaram de fora quem de fato foi destaque. Buscaram certa hegemonia militar e política e isso foi nocivo a Mourão, o qual não assumiu o comando revolucionário e se auto proclamou Chefe Supremo, o que caiu nas mãos de Costa e Silva. Coube a Mourão funções periféricas no novo regime, indo aos poucos ao esquecimento.*

O movimento iniciado por Magalhães e Guedes no Congresso Nacional tem êxito, apesar da oposição de Costa e Silva.<sup>500</sup> Mourão Filho, com atraso de três anos em relação a sua turma, enfim sai general quatro-estrelas.<sup>501</sup> Dessa forma, não poderia ser mais o Comandante da 4ª RM/4ª DI por ser função de general-de-divisão. Guedes assume interinamente.<sup>502</sup> Esta promoção lhe coroaria no mais alto posto do Exército, algo que lhe parecia pouco provável, principalmente com a oposição de Costa e Silva e o expediente

---

496 GUEDES (1979), op cit, p.274.

497 “A cidade parou a partir das 15 horas e tributou à tropa da liberdade a acolhida justa.”  
Diário da Tarde, Juiz de Fora, 7 de abril de 1964, edição 4.278.

498 SILVA (1978), op cit, p. 392-393.

499 Diário Mercantil, Juiz de Fora, 7 de abril de 1964.

500 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.395.

501 Diário Oficial de 30 de abril de 1964 publicou a Lei nº 4.327, de 30 de abril de 1964.  
Artigo 1º. “Seja promovido ao posto de Gen-Ex o Gen-Div Olympio Mourão Filho”.

502 Arquivo OMF. 10 de junho de 1964.

interno do Alto Comando estar ainda voltado para o recente golpe e a posse do Presidente Castelo Branco. Mas Mourão ainda recebe elogio que o deixa firme e desiste de sua aposentadoria:

O general Mourão deixa traços marcantes de sua operosa chefia e proficiência militar e de cuja enérgica e decidida ação nos recentes episódios que restituíram à Pátria Brasileira o espírito de liberdade democrática e a soergueram da profunda deformação moral e institucional em que se encontrava, muito se orgulham os seus companheiros de farda. Honrado que será com nova e distinguida missão, o general Mourão Filho haverá de exercê-la com o mesmo vigor que acaba de enfrentar o aniquilamento da Pátria e de falsificação sistemática de suas mais nobres instituições, para o que sempre contará com o apoio dos brasileiros dignos. general João Carlos Groos – Secretário do Ministro da Guerra. (arquivo de Mourão Filho, 1º semestre de 1964. Boletim interno nº 109, de 10 de junho de 1964, da 4ª RM/4ª DI)

A promoção lhe traz, apesar dos sessenta e quatro anos, coragem para mais um tempo de caserna. A presidência da Petrobras não é mais cogitada. Como general-de-exército deseja pleitear um dos Exércitos para comandar, objetivando seu desejo em ir para o III, em Porto Alegre.<sup>503</sup> É então designado para comandar o IV Exército, em Recife-PE, o maior em área territorial.<sup>504</sup> Assume então o IV Exército em 4 de agosto e fica até 23 de setembro de 1964.<sup>505</sup>

O brigadeiro João Paulo Moreira Burnier recordou do momento logo após o golpe, quando Mourão Filho se apresentou ao Costa e Silva para reivindicar o comando do I Exército, o que não lhe foi dado sob a alegação que dentro de um mês iria se aposentar.<sup>506</sup> Como Mourão havia precipitado na saída com as tropas, Costa e Silva tinha receios dele no I Exército.<sup>507</sup>

Em setembro de 1964, Mourão Filho é nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar (STM).<sup>508</sup> Segundo o que relatou em 1970, em suas memórias, ao assumir o cargo encontrou praticamente todos os inquéritos militares parados. Quando buscou as causas encontra uma verdadeira centralização administrativa dos processos numa comissão. Isto, ajudado pela pequena quantidade de escrivães, acentuavam a lentidão dos trabalhos. Com isso, os advogados reclamavam da dificuldade de se conseguir certidões nas Auditorias, uma vez que os processos estavam no STM.<sup>509</sup>

503 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.396.

504 Arquivo OMF. Decreto Presidencial, de 2 de julho de 1964.

505 Arquivo OMF. 2º semestre de 1964. IV Exército – Recife.

506 BURNIER, João Paulo Moreira. CPDOC. Rio de Janeiro, 2005. p.78. Entrevista aos historiadores Celso Castro e Maria Celina D'Araújo ocorrida em 1993, como parte do projeto "1964 e o regime militar", desenvolvido pelo CPDOC, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no período de 1992 e 1995.

507 BURNIER (2005), op cit., p.98.

508 Nomeação para Ministro do STM – Arquivo OMF. Decreto Presidencial, de 24 de setembro de 1964.

509 Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.428.

Mais tarde, em 1967, com a posse de Costa e Silva para a Presidência da República, Mourão Filho é empossado como Presidente do STM em 17 de março de 1967, ficando até 17 de março de 1969. Neste período, Costa e Silva e Mourão se desentenderam em relação aos rumos dos processos que chegavam até o Tribunal, devida às soluções divergentes em relação às decisões de primeira instância.<sup>510</sup>

A deposição de Goulart interessava diversos grupos e políticos que, na sua maioria, agiram dentro das articulações do IPES/IBAD. Mourão Filho e Magalhães Pinto, que dizia ser patriota o movimento partido de Minas Gerais, são afastados da nova ordem estabelecida pelo grupo vencedor. Mesmo Mourão tendo iniciativa na saída com as tropas para o Rio de Janeiro, agindo praticamente sozinho, fica à margem na nova conjuntura. Precipitado ou não, Mourão serviu aos interesses da elite nacional. Mas o que de fato ocorre é a tomada imediata do controle das ações por parte de outras personalidades, principalmente os generais Costa e Silva e Castelo Branco. A impressão que se tem é que Mourão Filho serviu apenas para dar a partida, ficando a cargo de outros a continuação e o desfecho. Com a transferência do IV Exército para o STM, Mourão foi praticamente afastado do novo Governo, o de Castelo Branco, por discordar dele.

Chegou a fazer campanha pela candidatura do marechal Dutra, ex-presidente, para completar o quinquênio de Jânio Quadros. Outros militares e políticos apoiaram Castelo Branco, que ele considerava de boas virtudes, mas de capacidade limitada para ser Presidente.<sup>511</sup> O Ato Institucional nº 2 teria sido para Mourão Filho “liberticida e desmoralizador do Poder Judiciário”. A crítica se sucedeu nos anos seguintes, no governo de Costa e Silva, o qual Mourão considerava sem condições de governar.

Como discordava do modo em que era constituído o Tribunal, composto com a maioria de ministros oriundos do meio militar, causando sua dependência em relação ao Poder Executivo e ao Ministério da Guerra, Mourão Filho propôs a criação de quadro de juízes concursados dentro das Forças Armadas. Estes seriam coronéis que deixariam de ser militares. A outra proposta residia em criar novas Auditorias afastadas dos quartéis, a fim destes exercerem menor influência nos julgamentos e decisões. Os Atos Institucionais colocaram nas mãos do Executivo um poder que tinha por finalidade a anulação dos outros Poderes. Mourão cuida então de elaborar o novo Código da Justiça Militar, que era sua

---

510

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.441.

511

Ibidem, p.405.

tentativa de conseguir alguma independência num momento em que o Presidente intimidava até os juízes.<sup>512</sup>

Com a sua aposentadoria em 5 de maio de 1969, o general-de-exército Olympio Mourão Filho encerra um ciclo de cinquenta e um anos de trabalho<sup>513</sup> desde a sua matrícula na Escola Militar de Realengo, no dia 30 de abril de 1918.<sup>514</sup>

Dedicou-se então aposentado a terminar sua análise dos períodos dos governos Castelo Branco e Costa e Silva e afirmou: “Eu era contra militar na presidência.” (apud SILVA, 1978, p.436). Faleceu, aos setenta e dois anos, no dia 28 de maio de 1972, no Rio de Janeiro.

### **Considerações finais deste capítulo**

Como fez questão de ressaltar, o general Mourão Filho passou exatamente dois anos, dois meses e vinte e três dias em conspiração contra o governo do Presidente João Goulart.<sup>515</sup> Desde que chegou a Santa Maria considerou a cidade muito influenciada por comunistas. O que de fato muda sua percepção sobre o que estava acontecendo foi sem dúvidas o encontro do dia 7 de janeiro de 1962, na casa do general Osmino, onde esteve Leonel Brizola. Mourão identificou ali que o acordo para a posse do Presidente sob regime parlamentarista poderia ruir, haja vista a campanha já iniciada por Brizola pela volta do presidencialismo, que daria mais poderes ao Chefe do Executivo. O trabalho conspiratório de Mourão foi intenso, iniciando na sua Divisão e buscando outros comandos dentro do III Exército. Mas não lhe bastava apenas se mexer por lá. O movimento deveria ser coeso e a nível nacional. Para isso, Mourão não poupou esforços em buscar apoio em São Paulo e Rio de Janeiro, tanto no meio civil quanto militar. Ocorre que já existia um movimento conspiratório em andamento, coordenado pelo complexo IPES/IBAD, onde diversos membros da alta sociedade paulista, mineira e gaúcha já atuavam contra o Governo. As articulações de Mourão Filho foram se dando paralelamente ao movimento ipesiano. Em dado momento Mourão Filho servia ao movimento por ser um militar bastante impetuoso. Os acontecimentos políticos nacionais levavam as lideranças do IPES a concentrar ainda mais nas atividades conspiratórias, o que, com o passar do tempo, direcionavam para um golpe contra o Governo.

---

512

Diário de Mourão Filho in SILVA (1978), op cit, p.421-444.

513

Mourão Filho passou quarenta e oito anos, três meses e oito dias a serviço do Exército Brasileiro e quatro anos, sete meses e nove dias a serviço do Poder Judiciário (STM). Inf. nº 251, de 5 de maio de 1969, do STM.

514

Aposentadoria do ministro Mourão Filho. Processo nº 12.990, de 1969, do Ministério da Justiça. Rio de Janeiro, 5 de maio de 1969.

As articulações no meio militar foram coordenadas por Mourão e direcionadas de forma bastante oculta e organizada pelos generais Golbery do Couto e Silva e Agostinho Cortes, do IPES/SP. Mas a fim de não comprometer a mobilização no meio militar já orquestrada por Mourão em Santa Maria, ele agora seria lançado em São Paulo, local de conspirações fortes no meio civil. Enquanto esteve ali foi um conspirador muito ativo, porem controlado para que não precipitasse o deslocamento de tropas e pudesse colocar tudo a perder. Da mesma forma que acontece quando estava no Sul, Mourão deveria agora ir para outro estado.

Por suas conspirações em terras paulistas, ele deveria ser posto em local onde pudesse ser ainda mais controlado. O lugar escolhido foi Minas Gerais, onde lhe deram o comando da 4ª RM/4ª DI, pouco significativo. Em Minas ele foi a maior autoridade militar, o que teoricamente lhe facilitaria as articulações. Mas Mourão tinha por perto duas personalidades que também tinham interesses no sucesso do movimento, o general Guedes e, principalmente, o Governador Magalhães Pinto. Mourão fez o que diversos setores pensavam em fazer desde que Goulart é empossado, que era sua retirada do poder político nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O golpe resultou de processo onde Mourão foi figura atuante desde o início, de modo que a partida com as tropas de Juiz de Fora, em 31 de março de 1964, não pode ser compreendida como atitude inopinada de Mourão Filho. Sem desprezar as demais lideranças conspiradoras, entendemos que o golpe foi resultado de um processo que há muito vinha sendo gestado. O anticomunismo e as conspirações da elite nacional foram fundamentais para o desencadeamento do golpe.

No Brasil, o processo intervencionista dos militares se deu muito antes de 1964. Podemos constatar que durante momentos de crises institucionais, as Forças Armadas apresentaram-se como atores políticos atuantes. Mas o caso de 1964 foi específico. Antes intervinham na política como moderadores de crises, mas a partir de 1964 passaram a ser condutores da política nacional com base na Doutrina de Segurança Nacional, teorizada na ESG a partir dos anos 1950.

Desde a tentativa de golpe em 1961, quando os militares e alguns setores buscaram impedir a posse de João Goulart, os próprios militares e os setores produtivos organizados em torno do IPES já pensavam em condições que pudessem reverter o quadro político vigente. O que ocorreu em 1964 foi a tomada do poder pelos militares num processo que envolveu empresas nacionais e transnacionais, setores políticos e militares das Forças Armadas originários da ESG, congregados no que chamamos de complexo IPES/IBAD/ESG. Os militares esguianos implantavam nas escolas de formação militar a Doutrina de Segurança Nacional, baseada no anticomunismo e que também pregava uma contra-revolução à uma revolução comunista. Os novos militares formados, ao chegarem a seus quartéis tornavam-se multiplicadores dessa ideologia, criando um ambiente que fosse ideal para a deposição de Goulart.

E foi neste contexto que o nome do general Olímpio Mourão Filho ficou registrado na História do Brasil pela participação no golpe civil-militar de 1964. E para chegar ao ano de 1964 na qualidade de conspirador passou por um longo caminho de formação militar, política e ideológica nas décadas de 1920 e 1930 e sendo acusado de redigir o plano Cohen, que foi favorável a Getúlio. Carregou estas acusações por quase vinte anos e foi preterido por outros na promoção a general. Sem formação na ESG e sem aproximação de seus diplomados, com posições nacionalistas e passagens em funções políticas nos anos 1950, Mourão Filho foi um anticomunista ferrenho e militar tradicional. Não participou de nenhum grupo influente dentro do Exército. Cabe-nos considerar que sua ligação com o plano Cohen, em 1937, com desfecho

no golpe do Estado Novo, e sua articulação de 1962 a 1964 paralela à conspiração do complexo IPES/IBAD/ESG, levando-o a agir quase que sozinho no golpe, demonstram que Mourão não fazia parte do grupo militar que tinha poder de decisão. Em ambos os contextos Mourão foi monitorado e utilizado em favor do sucesso desses grupos. Como não tinha poder de decisão por não estar inserido nesses grupos, Mourão, principalmente em 1964, agiu de forma independente e impetuosa quando da deflagração do golpe.

A percepção de que Mourão agiu sozinho foi percebida pelo general José Antônio Barbosa de Moraes que serviu com Mourão em Juiz de Fora como major. Para o general Barbosa, o fato de Mourão ter redigido o plano Cohen e não ter prestígio considerado fez com que o governo do Presidente João Goulart não notasse suas articulações conspiratórias por onde serviu.

Em janeiro de 1962, o general Mourão Filho, recentemente empossado como Comandante da 3ª DI, em Santa Maria, resolveu agir após ser sondado sobre possível apoio pela volta do presidencialismo. O general começa um trabalho conspiratório no início de 1962, visitando quartéis e guarnições militares no que chamou de Plano Junção, que consistia em unir o III Exército numa marcha ao Rio de Janeiro, depondo Goulart. Buscou apoio em São Paulo e Rio de Janeiro. Recorreu aos meios civil e militar. Essa conspiração de Mourão não foi pioneira. Já existia um movimento conspiratório em andamento pelo complexo IPES/IBAD. Assim, as articulações de Mourão foram paralelas ao movimento ipesiano. Mourão Filho, como bom articulador, considerado corajoso e impetuoso, passaria agora a atuar nesta conspiração de nível nacional sob a observação do complexo IPES/IBAD/ESG. Ou seja, suas ações poderiam se desenvolver desde que não colocassem a perder os interesses e planejamentos do complexo. Eles temiam ações inesperadas de Mourão como a prontidão nos quartéis no Rio Grande do Sul que determinou na ocasião da votação do presidencialismo pelo Congresso Nacional.

Quando comandou São Paulo, Mourão foi muito empenhado em ganhar também o apoio dos quartéis, enquanto no meio civil o general Menna Barreto já reunia bom número de pessoas em torno da conspiração. Já não agia livremente como no Sul. Em dado momento, onde notaram que seu trabalho lhes era suficiente, cortaram-lhe o apoio financeiro e Mourão acaba indo parar em terras mineiras, local onde as conspirações não existiam no meio militar.

Encontrando um território com o peso de Magalhães Pinto e articulações do IPES/IBAD, Mourão Filho, nos poucos meses a frente da 4ª RM/4ª DI, agiu de forma bastante independente com pregações anticomunistas e revolucionárias nos quartéis. Se lhe faltava entendimento com Magalhães Pinto, que queria colher frutos do golpe, e com o general

Guedes, o qual divergia sobre os detalhes finais para o marcha mineira, Mourão Filho consegue alinhar um número suficiente de jovens militares, bem como diversos segmentos da sociedade juiz-forana. E quando da decisão de partir rumo à Guanabara, Mourão contou com a mobilização das tropas por ele preparadas ideologicamente.

Não se pode negar os esforços de diversos militares ao longo do Brasil, bem como de pessoas dos setores produtivos ligados ao complexo IPES/IBAD no sentido de propiciar um clima anticomunista. Todas as ações realizadas por estes fomentaram nas classes alta e média um clima que a saída do Presidente foi considerada a melhor decisão para o país. Ou seja, os militares atuaram num terreno preparado não só por eles, mas pelas entidades de classe, elite nacional, empresários, católicos e a classe média, com forte propaganda anticomunista e antiGoulart. O intenso trabalho conspiratório do complexo IPES/IBAD, com financiamento de campanhas não pode ser desprezado. Por isso, admitimos no presente trabalho o caráter civil-militar do golpe, mesmo os militares atuando sozinhos no momento final.

No desencadeamento do movimento notamos que houve rápida adesão em consequência das diversas articulações ao longo de mais de dois anos, não só por Mourão, mas por todos que defendiam esta saída. Como exemplo tem-se a AMAN que no início dos anos 1960 também passou a reproduzir Doutrina de Segurança Nacional. A adesão do II Exército, São Paulo, também não foi apenas na base da pressão de momento. O emissário de Mourão a São Paulo que tinha a tarefa de convencer o general Amaury Krueel encontrou diversos oficiais ainda da gestão de Mourão, os quais foram importantes para a adesão paulista.

Claro que ao final deste tempo de conspirações já não se sabia puramente quem convenceu quem, ou quem pregou pra quem. Uma coisa é certa, que o complexo IPES/IBAD trabalhou com este propósito, juntamente os oficiais diplomados pela ESG e, claro, Mourão Filho. Cada pregação contra o Goulart e contra o comunismo era de acordo com os interesses dos grupos. Já Mourão não desejava mudanças de conjuntura, com os militares assumindo o papel tutelar. Desejava que houvesse as eleições de 1965, onde seria eleito um novo presidente civil.

Mas a resposta rápida de Costa e Silva e Castelo Branco ao movimento iniciado por Mourão Filho em Minas Gerais mudou radicalmente tudo. À medida que as tropas aproximam-se do Rio de Janeiro Mourão perde as forças e sai aos poucos de cena, sendo surpreendido pelas decisões de Costa e Silva em assumir o Comando Supremo e alijando o general Mourão à beira dos fatos.

Mourão fez questão de ressaltar que não era favorável à ditaduras, apenas desejando a queda de Goulart e do comunismo. Desejava que outro civil completasse o mandato até 1965. Mas podemos identificar de forma consolidada a participação intensiva e ininterrupta do general Olympio Mourão Filho desde o início de 1962 até o dia 1º de abril de 1964, quando por fim, chegaram ao Rio de Janeiro, colocando fim ao governo do Presidente João Goulart e iniciando um novo ciclo político brasileiro, que ficou conhecido como ditadura militar. Mais uma vez Mourão agiu a beira dos grupos que tinham o poder de decisão, deixando de colher frutos pessoais com o sucesso do golpe.

Mourão, que disputou com Magalhães Pinto a liderança do movimento, tomando as últimas decisões para deflagração do golpe, coloca a perder seu espaço, principalmente quando decide colocar o general Muricy para comandar o Destacamento Tiradentes. Fica para reflexão a questão caso Mourão tivesse ele mesmo comandando o Destacamento e atacado o QG do Exército, conforme era seu plano.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **FONTES PRIMÁRIAS**

Acervo Pessoal, História Oral, Entrevistas e Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro no CPDOC/FGV – Rio de Janeiro: relatórios e documentos pessoais: período de 1930 a 1964.

### **LIVROS, TESES E ARTIGOS**

A cidade parou a partir das 15 horas e tributou à tropa da liberdade a acolhida justa. Diário da Tarde, Juiz de Fora, 7 de abril de 1964, edição 4.278.

A rebelião dos marinheiros como primeiros resultados do comício do dia 13. O Jornal, Rio de Janeiro, 27 de março de 1964, edição 13.130.

A Última Hora, Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 1964, edição 1394.

ABREU, Hugo de. O Outro Lado do Poder. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1979.

AGUIAR, Ernani. A revolução por dentro. Artenova. Rio de Janeiro, 1976.

As tropas chegam em frente ao QG do Exército. O Jornal, Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964, edição 13.134.

AYRES FILHO, Paulo. A revolução brasileira. Frederick A. Praeger. Nova York, 1965.

BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV – CPDOC – Forense Universitária, 1984.

BLACK, Jan K. United States Penetration of Brazil. Univ of Pennsylvania. EUA. 1977.

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 4ª edição, 2010.

BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 45, nº 2, Brasília, julho/dezembro 2002.

BRANCANTE, Eldino. Relatório do Estado-Maior Civil Revolucionário, in SILVA, Hélio. L&PM Editores, Porto Alegre, 1978.

BURNIER, João Paulo Moreira. In: Celso Castro e Maria Celina D'Araújo. 1964 e o regime militar. CPDOC-FINEP. Rio de Janeiro, 2005.

CAMARGO, Aspásia e WALTER, Góes de. Meio século de combate. Diálogo com Cordeiro de Farias. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1981.

Camponeses de Goiás ameaçam invasões com apoio do CGT. O Globo, Rio de Janeiro, de 14 de fevereiro de 1964, p.1.

CARONE, Edgard. República Nova (1930-1937). Difel. São Paulo, 1982, 3ª ed.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). EDUSC. Bauru, 1999.

CHAVES, Maria de Lourdes. O General Góes Depõe. Coelho Branco, Rio de Janeiro, 1956.

Coluna do Castelo. Jornal do Brasil, 22 de março de 1964.

Correio da Manhã, São Paulo, de 21 de abril de 1963.

CUNHA, Luiz Cláudio. O diário de Mourão Filho. Coojornal. Porto Alegre. Abril 1978, p.20.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O segundo governo Vargas, 1951-1954: democracia, partidos e crise política. Ática. São Paulo, 1992.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. Visões do golpe: a memória militar de 1964. Relumé Dumará. Rio de Janeiro, 1994.

DELGADO, Lucília Neves. PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964). Marco Zero. São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.). O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil e militar de 1964. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003, vol. 3.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo. In: Caio Navarro de Toledo (org.). 1964: visões críticas do golpe – democracia e reformas no populismo. Editora da UNICAMP. Campinas, 1997.

Diário Mercantil, Juiz de Fora, 7 de abril de 1964.

Diário pessoal do General Olympio Mourão Filho. Escrito entre o período de 1955 e 1970, in SILVA, Hélio. Memórias: a verdade de um revolucionário. LP&M Editores, 1978, 6ª edição.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Vozes. Petrópolis, 1981.

DREIFUSS, René Armand e DULCI, Otávio. As Forças Armadas e a política. In: ALMEIDA, Maria Hermínia e SORJ, Bernard (orgs). Sociedade e política no Brasil pós-64. Brasiliense. São Paulo, 1983.

DREIFUSS, René Armand e SMITH, William. As elites orgânicas transnacionais: novas formas de intervenção política entre o Estado Nacional e o capital mundial. Estudos Pecla. Belo Horizonte, DCP-UFMG, julho 1983, vol.2.

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. Ciências Sociais Hoje. São Paulo. Cortez, 1984.

É para Moscou que caminhamos. O Estado de São Paulo, de 22 de junho de 1963.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: historiografia e história. Brasiliense, São Paulo, 1972.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Record. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. O grande irmão. Da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina. Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política: 1961-1964. Paz e Terra. São Paulo, 1993.

FIGUEIREDO, Mário Pope de. A revolução de 1964: um depoimento para a história da pátria. APEC. Rio de Janeiro, 1970.

FILHO, Olympio Mourão. Do liberalismo ao Integralismo. Schmidt-Editor. Rio de Janeiro, 1935.

FONTOURA, Carlos Alberto. In: Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina D'Araújo. 1964 e o regime militar. CPDOC-FINEP. Rio de Janeiro, 2005.

FROTA, Sylvio. Ideais traídos. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2006.

GOMES, Pedro. Minas: do diálogo ao front. In: DINES, Alberto et al. Os idos de março e a queda em abril.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Plínio Salgado e integralismo: relação franco-luso-italiana. Lusitânia Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. 2ª série. Tomo XXVI. vol.26, julho/dezembro 2012.

GORENDER, Jacob. O PCB e sua atuação nos anos 50. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 23, ed. 45. Julho 2003.

GUEDES, Luís Carlos. Tinha que ser Minas. Nova Fronteira. Coleção Brasil Século XX. Rio de Janeiro, 1979.

HELIODORO, Affonso. JK – exemplo e desafio. Thesaurus. Brasília, 2005, 2ª edição.

IANNI, Octávio. O ciclo da revolução burguesa. Petrópolis. Vozes, 1984.

Invasões de lavradores e reações de fazendeiros mantêm a tensão no campo. O Globo, Rio de Janeiro, de 19 de fevereiro de 1964, p.1.

Invasões de terra levam intranquilidade a Sergipe. O Globo, Rio de Janeiro, de 1º de fevereiro de 1964, p.3.

Jango convoca sargentos para reformas. O Jornal, Rio de Janeiro, 31 de março de 1964, edição 13.133.

KELLER, Vilma. Anos de Incerteza (1930-1937). Ação Integralista Brasileira. DHBB – Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2001, 2ª edição.

KORNIS, Mônica Almeida. DHBB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas. Pesquisa realizada em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo\\_sim\\_ou\\_nao](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao).

KUEHNE, João. O integralismo nazi-fascista em Santa Catarina. In: RIBAS, Antônio de Lara; KUEHNE, João. O punhal nazista no coração do Brasil. DOPSSC. Florianópolis, 1943.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. O governo Meneghetti e o golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul. ANPUHRS/UFRSG. Porto Alegre, 2012.

LÖWY, Michael. Do Movimento Operário Independente ao Sindicalismo de Estado (1930-1945). In: Movimento Operário Brasileiro (1900-1979). Vega. Belo Horizonte, 1980.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. AIB: Um Movimento Fascista no Brasil - 1932-1938. in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Organizadores. O Brasil Republicano – O Tempo do Nacional Estatismo do Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

Manifesto de Outubro de 1932. A Ofensiva, 28 de janeiro de 1936, p.2-3.

MATHIAS, Suzely Kalil. 1964. A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e educação. Editora Unesp. São Paulo, 2004.

MEZZAROBA, Orides. Plano Cohen: a consolidação do anticomunismo no Brasil. UFSC. Revista Sequência, Edição de 24 de setembro de 1992.

MOORE, Barrington. Poder Político e Teoria Social: sete estudos. Cultrix. São Paulo. 1972.

MOTTA, Aricildes de Moraes (org). 1964 – 31 de Março – O Movimento Revolucionário e sua História. História Oral do Exército. Bibliex. Rio de Janeiro, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. FAPESP. São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. O mito da conspiração judaico-comunista. Revista de História. FFLCH-USP. São Paulo, 1998.

MOURÃO, Laurita. Mourão: o general do pijama vermelho. Editora Francisco Alves. Rio de Janeiro, 2002.

O Cruzeiro, 11 de abril de 1964, p.124.

O Estado de São Paulo, 10 de agosto de 1963.

O Estado de São Paulo, 12 de Agosto de 1962.

O Estado de São Paulo, 13 de setembro de 1962.

O general Mourão Filho sai em defesa do regime e instala em JF o QG da Força de Defesa da Democracia em Minas Gerais. Diário Mercantil, Juiz de Fora, 1º de abril de 1964.

O Globo, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964.

O Globo, Rio de Janeiro, edição de 11 de julho de 1963.

O Globo. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1978.

O Jornal, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964, edição 13.135.

O Jornal, Rio de Janeiro, 28 de março de 1964, edição extra.

Olímpio Mourão Filho. DHBB – Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2001, 2ª edição.

O programa comunista para o Brasil: sensacional documento divulgado pelo Ministério da Guerra. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1º de Outubro de 1937.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Revolução de 1930. DHBB – Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2001, 2ª edição.

Os paulista vão promover a “Marcha da Família com Deus” contra a comunização do país. Globo, 16 de março de 1962.

PANTOJA, Sílvia. DHBB – Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2001, 2ª edição.

Plano de agitação comuno-sindical. Jornal do Brasil, 1º de março de 1964.

Plano do General Olímpio Mourão Filho para derrubar a administração do Presidente Goulart, 29 abril 1963. TDCS 3/546.074. Arquivos JFK.

Ponta de lança a soldo de Moscou. O título é de um editorial que tratava de presença de comunistas na UNE. O Globo, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1963.

PORTELLA, Jayme. A revolução e o governo Costa e Silva. Guavira. Rio de Janeiro, 1979.

Preocupado o Estado-Maior da Aeronáutica com a infiltração comunista nas Forças Armadas. O Estado de São Paulo, 12 de julho de 1963.

Regulamento Provisório para a Instrução da Milícia Integralista. Monitor Integralista, ano II, n. 7, p. 5, set. 1934. In: SIMÕES, Renata Duarte; GOELLNER, Silvana Vilodre. Motriz. Rio Claro, vol.18, abril/junho 2012.

ROCHA, Hélio. Encontros sigilosos à luz de velas. Tribuna de Minas. Juiz de Fora, 09 de março de 2014.

SALGADO, Plínio. O estrangeiro. José Olímpio. Rio de Janeiro, 1936, 3ª edição.

SALLES, Renato. Do apoio mútuo à censura diária: repórteres, fotógrafos e radialistas lembram como foram os primeiros dias de trabalho da imprensa após o general Mourão Filho anunciar o golpe. *Tribuna de Minas*. Juiz de Fora, 16 de março de 2014.

\_\_\_\_\_. Uma foto para a história: Ao lado do general Mourão, Paulo Emerich e Wilson Cid registram o anúncio da marcha das tropas para o Rio; a foto foi feita por Jorge Couri. *Tribuna de Minas*. Juiz de Fora, 15 de março de 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Quem dará o golpe no Brasil? Coleção Cadernos do Povo Brasileiro. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1962, vol.5.

SILVA, Hélio. 1937 – Todos os Golpes se Parecem. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1970.

\_\_\_\_\_. 1964: golpe ou contragolpe. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1975.

\_\_\_\_\_. A Ameaça vermelha: o Plano Cohen. L&PM Editores. Porto Alegre, 1980.

\_\_\_\_\_. Lembrai-vos de 1937. *Tribuna da Imprensa*. 13 de outubro de 1959, p.5.

SKIDMORE, Thomas Elliot. Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy. Oxford University Press. Nova York, 1967. No Brasil a obra foi lançada em 1988 com o título: Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64).

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.) 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. FGV. Rio de Janeiro, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil. Vozes. Petrópolis, 1984.

STARLING, Heloísa. Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis, Vozes, 1986.

STEPAN, Alfred. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro. Artenova 1975.

Sublevaram as guarnições de Minas Gerais e Kruel adere em São Paulo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964, edição 13.134.

TAVARES, José Nilo. Conciliação e radicalização política no Brasil. Vozes. Petrópolis, 1982.

Telegrama da CIA: Acontecimentos posteriores no planejamento do golpe do general Mourão Filho – TDCS 3/555.784 – Ref 95836, 8 de agosto de 1963. Arquivos JFK, NSF.

Telegrama de Lincoln Gordon ao Secretário de Estado americano, em 9 de abril de 1963, controle 7279-POF nos arquivos de Juscelino Kubitschek.

TOLEDO, Caio Navarro de. 45 anos do golpe de 1964. Revista da Unicamp, 2009, edição 426.

\_\_\_\_\_. A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964. Revista E-premissas, nº 1, junho 2006.

TRINDADE, Hélió. Integralismo, o Fascismo brasileiro na década de 1930. Difel. São Paulo, 1974.

Tropas do 10º e 12º RI iniciam deslocamento na madrugada de 31 de março. O Cruzeiro, 10 de abril de 1964, edição extra.

VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as Insurreições do Novembro de 1935. in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Organizadores. O Brasil Republicano - O Tempo do Nacional Estatismo do Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

VILLA, Marco Antônio. Jango: um perfil (1945-1964). Editora Globo. São Paulo, 2003.

WIAZOVSKI, Taciana. O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954). Editora Humanitas. São Paulo, 2008.

MOURÃO, Laurita. Mourão: o general do pijama vermelho. Editora Francisco Alves. Rio de Janeiro, 2002.